



Inclusão Financeira



Anais do I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira

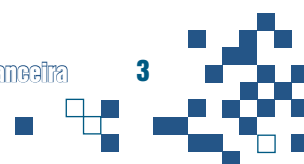
De 16 a 18 de novembro de 2009

Fiesta Bahia Hotel

Salvador – BA

Sumário

Equipe do I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira	5
Glossário	7
Introdução	11
Articulando a indústria das microfinanças	17
Sumário executivo – Articulando a indústria das microfinanças	19
Dinâmica dos grupos de trabalho	23
Resultados dos grupos de trabalho	25
Eixo Temático: Governança	27
Grupo A	27
Grupo B	29
Grupo C	33
Grupo D	37
Eixo Temático: Transparência	41
Grupo A	41
Grupo B	44
Grupo C	46
Grupo D	48
Eixo Temático: Crédito	51
Grupo B	51
Grupos A e C	55
Grupo D	59
Eixo Temático: Tecnologia e canais de distribuição	65
Grupo A	65
Grupo B	67
Eixo Temático: Outros produtos	69
Grupo A	69
Grupo B	71



Moedas sociais, bancos comunitários e outras iniciativas	73
Introdução – O Banco Central do Brasil e as moedas sociais	75
Painel de abertura do evento	78
Painel 1 – 1ª Sessão – Moedas Sociais e Bancos Comunitários	78
Sondagem das Moedas Alternativas em Curso no Brasil (Cordel/BNB)	78
A Experiência do Banco Palmas (CE) e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários	79
A Experiência do Banco Bem e da Associação Ateliê de Ideias.	80
Painel 1 – 2ª Sessão – Moedas Sociais e Bancos Comunitários	81
A Experiência de Incubação dos Bancos Comunitários em Redes Locais de Eco-sol: o caso da Ites-UFBA	81
A Experiência do Banco dos Cocaís em Parceria com a Prefeitura de São João do Arraial (PI)	81
A Experiência da Parceria entre o Banco do Brasil e os Bancos Comunitários como Correspondentes	83
Painel 2 – Outras Iniciativas e Efeitos das Moedas Sociais	84
Redes Sociais, Direito e Moeda na Era da Informação	84
Métodos Monetários Apoiados pela <i>Social Trade Organization</i> (Holanda) e Seus Impactos em Diferentes Ambientes Sociais e Econômicos	85
Redes de Crédito Complementar e Estabilidade Macroeconômica: o caso do banco cooperativo WIR da Suíça	86
Moedas Sociais, Clubes de Troca na Argentina e Projeto Sol na França: lições a serem lembradas	87
Painel 3 – Será que as moedas sociais realmente ajudam as economias locais? Quais os principais problemas relacionados com seu uso? Que supervisão elas exigem?	88
Discussão acadêmica com o professor Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE)	88
Painel 4 – Cooperação Técnica entre o Banco Central do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego	90
Limites e Possibilidades das Moedas Sociais no Brasil – Agenda propositiva	90
Anexo 1	95
Anexo 2	99
Anexo 3	105
Anexo 4	109



Equipe do I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira

Coordenação Geral do projeto Inclusão Financeira

Luiz Edson Feltrim

Coordenação Geral do I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira

Elvira Cruvinel Ferreira Ventura – Gerente do projeto Inclusão Financeira

Articulando a indústria das microfinanças

Coordenação técnica: Alessandra von Borowski Dodl e Elvira Cruvinel Ferreira Ventura

Moedas sociais, bancos comunitários e outras iniciativas

Coordenação técnica: Marusa Vasconcelos Freire

Equipe dos grupos de trabalho

Alexandre Martins Bastos

Alvino de Paula Mendes

André Cabral Marins

Antonio José de Paula Neto

Cleide Martins Silva

Dagberto Cavalcanti Pereira

Delio José Cordeiro Galvão

Denise Silva Fernandes

Eduardo Ferrari de Araujo

Eduardo Luiz Arguelles de Souza Filho

Elker Teodoro Pinto de Castro

Emílio Carlos Dantas Costa

Epitácio da Silva Ribeiro

Fabiano Costa Coelho

Guilherme Soares dos Santos

Igor Daltro Fernandes

José Ricardo da Costa e Silva

José Renato Nunes Barros

Lademir Gomes da Rocha Márcia

Liana Ribeiro dos Santos

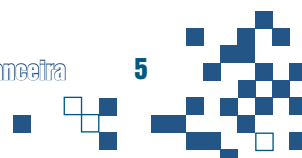
Márcia Maria Resende de Oliveira

Regina Penha Fadel Riolino

Ricardo Monteiro de Castro Melo

Romeu Eugênio de Lima

Sidney Soares Chaves



Equipe de apoio

Adão Vicente Bruno

Antonio Carlos Mendes de Oliveira

Heitor de Andrade e Silva

Helio Fernando Siqueira Celidônio

Luiz Gonzaga Soares Dutra Neto

Ormina de Almeida Ferreira

Sergio Soares Manhães

Veluzia Fernandes de Oliveira

Glossário

ABBC Associação Brasileira de Bancos

ABCRED Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito

ABDE Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento

Abracam Associação Brasileira das Corretoras de Câmbio

ABSCM Associação Brasileira de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

Ancosol Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária

ATISG *Access Trough Innovation Sub-Group*

ATM *Automated Teller Machine*

Anvisa Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BB Banco do Brasil

BCB Banco Central do Brasil

BDMG Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB Banco do Nordeste do Brasil S.A.

BNDES Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

Bovespa Bolsa de Valores de São Paulo

CAF *Corporación Andina de Fomento*

CEF Caixa Econômica Federal

CGAP *Consultative Group to Assist the Poor*

Ciriec Conferência Internacional de Pesquisa em Economia Social

CMN Conselho Monetário Nacional

CNPJ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

Cocais Centro de Organização Comunitária e Apoio à Inclusão Social

Cofins Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Cordel Centro de Estudos para o Desenvolvimento Social

Cosif Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

CPF Cadastro de Pessoas Físicas

Denor Departamento de Normas do Sistema Financeiro

Deorf Departamento de Organização do Sistema Financeiro

DIM Depósito Interfinanceiro para Microfinanças

Dinor Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro

DRS desenvolvimento regional sustentável de negócios

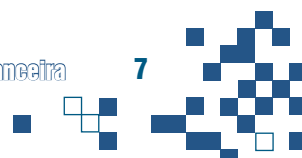
EIU *Economist Intelligence Unit*

FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador

BBB Fundação Banco do Brasil

Febraban Federação Brasileira de Bancos

FGV Fundação Getúlio Vargas



GDES Grupo de Pesquisa Direito, Economia e Sociedade
IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IETS Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IFC *International Finance Corporation*
IJCCR *International Journal of Community Currency Research*
IMF instituição de microfinanças
Inaise *International Association of Investors in the Social Economy*
INSS Instituto Nacional do Seguro Social
InStroDI Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral
IOF Imposto sobre Operações Financeiras
Ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ites Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial
Lets *Local Exchange Trading Systems*
MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIX *Microfinance Information eXchange*
MTE Ministério do Trabalho e Emprego
MINC Ministério da Cultura
OCB Organização das Cooperativas Brasileiras
OIT Organização Internacional do Trabalho
ONG Organização não Governamental
OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDD provisão para devedores duvidosos
PDI Plano de Desenvolvimento Institucional
PGBC Procuradoria-Geral do Banco Central
PIB Produto Interno Bruto
PIS Programa de Integração Social
PNMPO Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SCM Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
SCR Sistema de Informações de Crédito
RSA responsabilidade socioambiental
Sebrae Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMS *Short Message Service*
Senaes Secretaria Nacional de Economia Solidária
Senai Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesi Serviço Social da Indústria
SFN Sistema Financeiro Nacional

Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

STRO *Social Trade Organization*

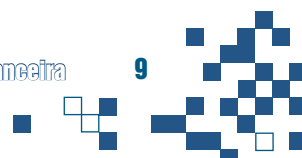
Susep Superintendência de Seguros Privados

UFBA Universidade Federal da Bahia

UniBacen Universidade Banco Central do Brasil

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

USP Universidade de São Paulo



Introdução

Projeto Inclusão Financeira

Em 2009, o Banco Central do Brasil (BCB) formulou o projeto Inclusão Financeira, cujo objetivo é repensar, juntamente com os atores envolvidos, o modelo de inclusão financeira no país, com o propósito de prover acesso a serviços financeiros adequados às necessidades da população brasileira.

Com esse projeto, realiza-se diagnóstico do setor microfinanceiro no Brasil – pontos fortes e fragilidades – e promove-se a articulação dos *stakeholders* – estruturação da rede de competências –, com a premissa de que o BCB pode e deve exercer papel de agente nodal na questão da inclusão financeira no Brasil, por duas razões fundamentais:

- reconhecida capacidade em promover reunião e articulação dos diversos atores em torno do tema microfinanças, haja vista o sucesso dos seminários que promove desde 2002, o que o legitima como potencial articulador de parcerias;
- experiência no exercício de regulação e supervisão do sistema financeiro, função que lhe é peculiar.

O projeto visa, então, conduzir a melhor organização dos atores, de maneira que, com aprofundamento do conhecimento sobre as fragilidades e as fortalezas do mercado das microfinanças no Brasil, tornem-se viáveis as soluções para problemas e dificuldades no campo da inclusão financeira.

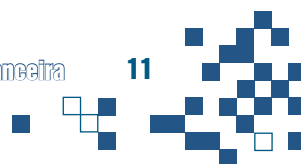
I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira

O I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, promovido pelo BCB e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a *International Finance Corporation* (IFC) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), foi realizado em 16, 17 e 18 de novembro de 2009, no Fiesta Bahia Hotel, em Salvador, na Bahia.

Contou com apoio da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), do Banco do Brasil S.A. (BB), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

Os objetivos do I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira foram realizar diagnóstico a respeito das microfinanças no Brasil e promover parcerias, a fim de alavancar projetos que contribuam para a inclusão financeira, na busca de um sistema financeiro sustentável e inclusivo.

O I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira teve formato diferente do formato dos eventos realizados anteriormente pelo BCB que tinham objetivo de divulgar o tema microfinanças. A reunião dos *stakeholders* ocorria como consequência do evento, mas de forma não direcionada para obtenção de resultados práticos. Nos últimos anos, muitos eventos paralelos vinham ocorrendo durante os seminários, constituindo-se um fórum informal de discussão de toda a indústria microfinanceira.



Assim, o I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira buscou enfatizar o papel dos *stakeholders*, com intuito de promover diálogo e parcerias, de forma organizada. Não foi aberta inscrição ao público como nos eventos anteriores, mas os participantes foram convidados pela Coordenação do projeto.

O I Fórum constituiu-se em ambiente de encontro para discussão de problemas e construção de soluções. A programação foi desenvolvida conforme descrito no Anexo 1, com substituição de alguns nomes da programação original, por estarem os convidados impossibilitados de participar por motivos diversos.

Foi dividido em dois módulos. Os dias 16 e 17 de novembro foram destinados ao módulo Articulando a indústria das microfinanças, que teve as seguintes características:

- público: duzentos representantes do mercado das microfinanças; e cinquenta servidores do BCB;
- objetivo: identificação de problemas (diagnóstico) e propostas de solução (articulação de parcerias);
- metodologia: grupos de trabalho (*workshops*) sobre eixos temáticos relacionados ao setor das microfinanças.

Embora o foco dos dois primeiros dias fossem os grupos de trabalho, houve palestras, ministradas por autoridades nos assuntos abordados, com função de prover informações adicionais e atualizadas e de expor pontos de vista e resultados do setor em outros contextos sobre os eixos temáticos debatidos nos grupos de trabalho. No final do segundo dia, houve sessão plenária, com apresentação dos resultados a todos os participantes.

Os eixos temáticos¹ dos grupos de trabalho foram divulgados previamente ao evento, de modo que os atores estivessem preparados para discussão, com estudos e propostas. Esse formato pretendeu conduzir o debate para questões objetivas, cujo resultado – aqui apresentado – pode vir a se configurar como pauta de problemas e propostas de ação, esboço de uma agenda para o setor.

O segundo módulo, Moedas sociais, bancos comunitários e outras iniciativas, que ocupou o terceiro dia do evento, 18 de novembro, teve as seguintes características:

- público: cem pessoas, envolvidas com os temas; e cinquenta servidores do BCB;
- objetivo: discutir as possibilidades e os limites para moedas sociais no Brasil;
- metodologia: exposição de autoridades no assunto, nacionais e internacionais, e debates.

A exemplo de outros países, as moedas sociais e os bancos comunitários são instrumentos cada vez mais utilizados no Brasil, que recebem apoio de políticas de governo, particularmente da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do MTE, como mecanismos complementares e alternativos de inclusão financeira. Durante o evento, houve solenidade de assinatura de acordo de cooperação técnica entre BCB e MTE (veja o acordo em: <http://www.bcb.gov.br/%5Cpre%5Cacordos_e_convenios%5Cacordo_de_cooperacao_tecnica_BACEN_MTE_SENAES.pdf>).

¹ Os eixos temáticos foram construídos com base nas categorias e nos indicadores usados no relatório *Microscope on the Microfinance Business Environment in Latin America and the Caribbean* (2008), elaborado pela *Economist Intelligence Unit* (EIU), com apoio técnico e financeiro do BID e da *Corporación Andina de Fomento* (CAF), que apresenta análise das características das microfinanças em países da América Latina e do Caribe.

Esse módulo se deu como parte do escopo do projeto estratégico Moedas Sociais, cujo objetivo era estruturar o acompanhamento da evolução das moedas sociais no Brasil, entendendo suas possibilidades e limites. O projeto Moedas Sociais foi incorporado ao projeto Inclusão Financeira.

Preparação para o I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira

Para realizar o I Fórum, novo formato de evento, com sucesso, foi necessária minuciosa preparação. A etapa preparatória foi dividida em três partes principais, interconectadas – a) realização de pré-fóruns; b) preparação dos facilitadores; e c) edição de livro –, que convergiam para os objetivos de aprofundar o conhecimento do setor, formar *expertise* e promover articulação da rede.

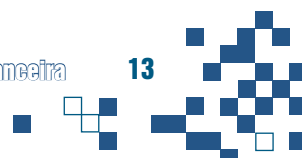
a) Realização de pré-fóruns

Além de reuniões para interlocução inicial e estabelecimento de parcerias para o I Fórum, foram realizados três encontros, denominados pré-fóruns, com diferentes atores, em agosto, setembro e outubro de 2009. O resultado desses encontros foi aprimoramento da abordagem metodológica (grupos de trabalho) e consolidação de parcerias.

A introdução gradual dessa nova forma de trabalho e seu contínuo aperfeiçoamento possibilitaram obtenção de excelentes resultados no I Fórum. Esses encontros foram organizados com *stakeholders* estratégicos para se alcançar o objetivo final, conforme se segue.

- Atores do governo – Realizado na Universidade Banco Central do Brasil (UniBacen), em Brasília, em 26 de agosto de 2009, com dez participantes dos seguintes órgãos: MTE, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Cultura (MINC) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- Atores de mercado – Realizado no BCB, no Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 2009, com 23 participantes das seguintes instituições: Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito (ABCRED), ABDE, Associação Brasileira de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (ABSCM), Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (Ancosol), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), OCB e bancos cooperativos.
- Fomentadores e estudiosos – Realizado no BCB, no Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 2009, com treze participantes das seguintes instituições: Sebrae, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), Centro de Pesquisas em Microfinanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, FGV no Rio de Janeiro em parceria com *Microfinance Information eXchange* (MIX), IFC, BID, *Planet Finance* e *Accion Internacional*.

Os participantes receberam a pauta previamente, para que tivessem melhores condições e informações para se preparar para o pré-fórum. A equipe do projeto Inclusão Financeira apresentou o projeto, os eixos temáticos e a metodologia dos grupos de trabalho e ficou responsável pela análise das críticas, pelas alterações decorrentes delas, pelo aproveitamento das sugestões apresentadas pelos grupos para a metodologia e pela consolidação das questões a serem debatidas no I Fórum.



Com base nos resultados dos pré-fóruns, apresentados no Anexo 2, foi elaborada pauta com os temas propostos, com discriminação do eixo temático, a ser debatida nos grupos de trabalho do I Fórum. Essas pautas, disponíveis no Anexo 3, foram enviadas aos debatedores e ficaram disponíveis nas salas dos grupos de trabalho.

b) Preparação dos facilitadores

Fator significativo para sucesso do I Fórum foi a qualidade dos facilitadores nos grupos de trabalho, que se prepararam com dois cursos específicos, a saber:

- Microfinanças, em setembro de 2009;
- Técnicas de Condução e Dinâmica de Grupos, em outubro de 2009.

Essa preparação cumpre também o objetivo de iniciar processo de formação de conhecimento internamente ao BCB, de modo que as possibilidades de atuação da instituição se fortaleçam. Destaca-se que a equipe do projeto foi composta por servidores de oito áreas distintas do BCB.

c) Edição de livro Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil: visão de diferentes autores

Para atender ao objetivo do projeto Inclusão Financeira de diagnosticar pontos fortes e fracos sobre o assunto, foi editado o livro Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil: visão de diferentes atores, com capítulos preparados por *stakeholders* estratégicos, que buscam evidenciar o “estado da arte” do tema no Brasil, antes do I Fórum. O livro foi lançado durante o evento e distribuído a todos os participantes. A expectativa em relação ao livro é que seu conteúdo sirva de parâmetro para avaliação de mudanças que se processarem do I Fórum em diante. O livro está disponível no *site* do BCB, em <www.bcb.gov.br/?microfin>.

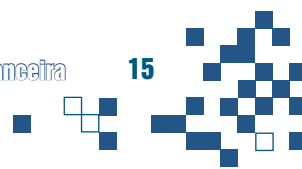
Próximos passos do projeto Inclusão Financeira

Dada a relevância da discussão sobre inclusão financeira, o BCB, em fevereiro de 2010, ao reelaborar seu planejamento, introduziu a questão da “promoção da inclusão financeira” em seus objetivos estratégicos, a serem cumpridos de 2010 a 2014. Em consequência, em abril de 2010, foi instituído componente administrativo no Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor), especialmente para tratar desse assunto e de questões relacionadas à responsabilidade socioambiental do sistema financeiro. Com isso, o projeto Inclusão Financeira migrou do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) para Denor, ambos subordinados à Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro (Dinor).

Os resultados do I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira indicam a necessidade de, para efetivo diagnóstico, organizar e consolidar dados e informações sobre o assunto, disponíveis no BCB. Então, em 2010, busca-se consolidar essas informações, dando início à construção do mapa da inclusão financeira do brasileiro. Esse mapa se consubstanciará com realização de pesquisas em parcerias institucionais e será significativo para estruturação de política de inclusão financeira, com metas e indicadores associados, a partir de 2011.

Deve-se registrar que o projeto Inclusão Financeira incorporou as atividades relacionadas aos trabalhos do Grupo de Especialistas em Inclusão Financeira do G20, em que o Brasil é líder, ao lado da Austrália, na condução dos trabalhos do subgrupo ATISG (sigla correspondente a *Access Through Innovation Sub-Group*). Esse subgrupo trata da relação entre inclusão financeira e desenvolvimento de tecnologia e condições institucionais que impulsionem esse objetivo, preocupações plenamente convergentes com o projeto Inclusão Financeira.

Assim, espera-se em 2010 ampliar a abordagem do tema inclusão financeira, além de aprofundar a articulação dos atores envolvidos, uma vez que estão mais claras as necessidades do setor e os objetivos pertinentes ao BCB. Para tanto, será realizado, em novembro de 2010, o II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, em Brasília, que pretende aprofundar as discussões dos temas apresentados nesse documento.



Articulando a indústria das microfinanças

Em 16 e 17 de novembro de 2009

Sumário executivo

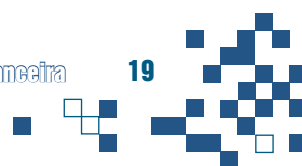
Este sumário executivo tem o objetivo de proporcionar visão geral das ideias debatidas em cada eixo temático dos grupos de trabalho do I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira. Apresentam-se questões e opiniões que, na análise da Coordenação técnica, mais se destacaram em cada eixo temático. No entanto, isso não significa que foram consensuais ou predominantes.

Por contemplar parcialmente as ideias discutidas nos grupos, este sumário não substitui a leitura dos textos sobre os debates, apresentados na sequência. Outras interpretações e análises do material produzido nos debates podem ser realizadas pelos leitores.

Ressalta-se que este sumário não expressa posição do BCB sobre nenhuma questão ou fator envolvido. Apresenta a visão da Coordenação técnica sobre os debates, que se pauta pela neutralidade.

Antes da apresentação por tema, destacam-se os tópicos seguintes, que, na visão da Coordenação técnica, permearam todas as discussões dos grupos, perpassando diversos eixos e todo o setor de microfinanças.

- Articulação entre os atores – Os atores do setor – reguladores, operadores e fomentadores – não estão articulados. É necessário haver política de ação coordenada, que auxilie a organização do setor.
- Marco regulatório – O setor é carente de legislação específica, e o atual marco regulatório dificulta, ou mesmo impede, o desenvolvimento das instituições de microfinanças (IMFs). No entanto, não há consenso sobre como deve se dar o processo de regulação, e teme-se que normas muito rígidas causem retração nas microfinanças.
- Restrição a *funding* – Ficou evidenciado que a limitação de recursos para o setor de microfinanças está vinculada à pouca transparência e às deficiências na governança das IMFs. A assimetria de informações desestimula os fornecedores de funding. O marco regulatório também foi indicado como limitador de acesso a recursos.
- Padrões de transparência e governança – Houve sugestões de estabelecimento de padrões de transparência e governança, a exemplo daqueles adotados pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), com estabelecimento de entidade responsável pela certificação das IMFs.
- Educação financeira – Se, por um lado, os produtos e os serviços microfinanceiros precisam ser adaptados para atender às necessidades da população de baixa renda, por outro, esse público-alvo deve estar preparado para contratar serviços responsavelmente, evitando consequências indesejáveis, como o sobreendividamento, que gera crescimento da inadimplência.
- Necessidade de mercado x crescimento do setor – O público e o mercado das microfinanças não está delimitado, nem é conhecido. É preciso desenvolver estudos e pesquisas para se conhecerem, quantitativa e qualitativamente, as necessidades do cliente, bem como sua distribuição geográfica, para que o crescimento e a diversificação do setor, com uso de recursos tecnológicos, sejam adequados às necessidades da população.
- Papel do BCB – De forma geral, o BCB foi apontado como a instituição mais apropriada para promover o diálogo entre as instituições e para fomentar a revisão do marco regulatório. Também houve opiniões, não consensuais, de que questões como implementação de um bureau de crédito, de um cadastro positivo e de certificação de instituições deveriam ser delegadas a essa autarquia.



A seguir, apresentam-se os principais pontos dos debates, por eixo temático.

Eixo temático: Governança

- A boa governança é essencial para que as IMFs se desenvolvam. No entanto, essas entidades não são dotadas de recursos administrativos adequados, principalmente aquelas não sujeitas à regulamentação prudencial (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs). Uma das principais dificuldades geradas pela falta de boa governança é a escassez de *funding* para as operações, já que os fornecedores de recursos não têm segurança quanto ao desempenho dessas entidades.
- Para uma organização atingir seus objetivos, ela deve se estruturar com órgãos gestores bem definidos, controles internos e mecanismos mitigadores de riscos eficientes, sistema de auditoria eficaz e manuais bem elaborados. O modelo de governança deve levar em consideração a finalidade da instituição: se for somente obtenção de lucro, a governança será diferente daquela aplicada à entidade que prioriza inclusão social. Deveriam ser exigidos “níveis de governança” de acordo com as particularidades de cada instituição.
- Dependendo de subsídio de qualquer tipo representa grande risco à governança das instituições. Subsídios podem provocar distorções no mercado, mascarando resultados, gerando dependência política e, até mesmo, inibindo a iniciativa privada de atuar em microfinanças. No entanto, podem ser catalisadores para o setor em algumas situações, por exemplo, quando sua inexistência resulte em taxas de juros muito altas para o público de baixa renda.
- A falta de regulação limita a atuação de IMFs. Experiências internacionais mostram que as instituições reguladas prosperam mais que as não reguladas. No entanto, normas regulatórias não são suficientes para que o mercado de microfinanças se desenvolva adequadamente. É preciso haver mais integração entre todos os atores (operadores, fomentadores e reguladores).
- A regulação pode gerar custos elevados, por isso é importante que ocorra de forma gradual, para possibilitar adaptação dos não regulados. Além disso, é recomendável que esse processo seja precedido por uma etapa de autorregulação do setor.

Eixo temático: Transparência

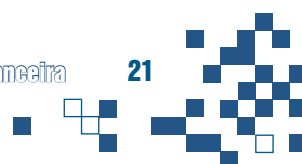
- A falta de transparência representa fragilidade do sistema. Há significativa assimetria de informação na indústria de microfinanças: boas informações são divulgadas, más informações são omitidas do mercado. Alguns defendem a autorregulação nesse sentido, outros afirmam que o sistema carece de legislação específica, que defina padrões de transparência para as instituições de microfinanças.
- Deve existir sistema de certificação para a transparência de IMFs, bem como canal para tornar públicas as informações.
- A exigência de informações deve ser estabelecida conforme o perfil e o grau de desenvolvimento das IMFs, podendo até variar a periodicidade de acordo com a natureza jurídica.
- É caro gerar informação, mas o ônus é compensado por mais acesso a *funding*. A padronização de conceitos, de indicadores e de dados solicitados pelos fomentadores e investidores diminuiria o custo de produzi-los e geraria parâmetros de comparação entre as instituições.

Eixo temático: Crédito

- O marco regulatório do setor precisa ser revisto, de forma que haja estímulo ao ingresso de *funding* no sistema, sejam desoneradas as instituições e incentivada a entrada de *players* no mercado. Esse avanço propiciaria aumento da competição e massificação necessária à sustentabilidade das operações do microcrédito.
- Deve-se buscar sinergias e ganhos de escala. A telefonia celular, os cartões de crédito locais e regionais e o compartilhamento de infraestrutura e dos sistemas, a exemplo da *Automatic Teller Machine* (ATM), contribuem para reduzir custos e massificar operações. Na mesma linha, parcerias entre instituições que possuam vocações e competências complementares podem gerar ganhos para o setor.
- O mercado das microfinanças precisa ser mapeado. As reais necessidades dos clientes não são conhecidas. É preciso conhecer as demandas e as características dos diversos públicos e das diferentes regiões, visando orientar as ações das instituições do setor.
- A massificação do microcrédito está associada aos canais de distribuição. Deve-se buscar melhor utilização da figura do correspondente, verificar a atuação do agente de crédito e instituir formas que contribuam para mais penetração no mercado. Contudo, há questões de ordem trabalhista, regulatória, jurídica e operacional que precisam ser enfrentadas para tornar viável o foco no público de baixa renda.
- A instituição de uma Central de Crédito para o setor, que incorporasse o conceito do cadastro positivo e propiciasse compartilhamento de informações, poderia simplificar o processo de concessão de crédito. Além de conferir mais segurança e agilidade, essa Central poderia reduzir custos operacionais, endividamento inconsequente e inadimplência.
- Há potencial para novos produtos de crédito, visando a produção e o consumo. O poder da segmentação de mercado não está sendo explorado. Há diversos setores desatendidos em suas necessidades, como os de saúde, habitação e educação. A diversificação é fator-chave para obtenção de escala, mas há restrições de regulação que teriam de ser removidas.

Eixo temático: Tecnologia e canais de distribuição

- A tecnologia da informação é determinante no desenvolvimento das microfinanças, por tornar viável a escala necessária à sustentabilidade dos negócios desse mercado. Possibilita, também, implementação de soluções otimizadas que combinem, em graus diferenciados, conforme as características de cada segmento-alvo, o trabalho personalizado do agente de crédito com mecanismos que confirmam maior grau de automatização às operações de microcrédito e as tornem mais seguras.
- Recursos tecnológicos e sistemas centrais, de elevados custos e utilidade determinada pela abrangência do seu uso, como o *bureau* de crédito, devem ser compartilhados pelas instituições do mercado.
- A visão do cliente deve nortear a padronização, a ampliação e o uso compartilhado de sistemas e canais para distribuição de produtos que satisfaçam a necessidade e a realidade dos públicos que compõem o mercado das microfinanças.
- A construção de uma rede compartilhada, em que transações seguras sejam feitas de forma remota, possibilitaria expansão substancial das operações de microfinanças.
- A massificação e a diversificação das operações pelo canal dos correspondentes (e dos agentes de crédito) com uso de tecnologia é um ponto a ser focado. Isso requer prévio equacionamento das ameaças trabalhistas e das restrições regulatórias às iniciativas dos setores envolvidos.



- O telefone celular é de grande alcance por estar disponível às pessoas de baixa renda, mas seu emprego como canal de comunicação em microfinanças depende de regulação e de engajamento das operadoras, que deveriam se empenhar para desenvolver soluções seguras, compatíveis tecnologicamente e de fácil assimilação pelo público das microfinanças.
- A educação financeira é decisiva no desenvolvimento das microfinanças, devendo abranger as várias etapas e os atores das atividades envolvidas, com empenho permanente de governo, empresas e escolas.

Eixo temático: Outros produtos

- As IMFs devem promover diversificação de seu portfólio de produtos e serviços. Embora as microfinanças tenham se desenvolvido com base no microcrédito produtivo, outros produtos são necessários para atender às necessidades da população de baixa renda – microsseguros, financiamento para reforma e construção e outros – e para garantir a sustentabilidade das IMFs. Para isso, é preciso mapear a demanda de seu público antes de desenvolver novos produtos.
- Não há consenso sobre "quem deve oferecer o quê". Alguns atores defendem que todos os produtos podem e devem ser oferecidos por qualquer IMF, outros acreditam que OSCIPs não devem ter acesso a instrumentos de captação, como seguros ou poupança, até melhorarem sua governança e a transparência de suas informações.
- A regulação deve sempre proteger o consumidor final, preocupando-se em desenvolver mecanismos que evitem consequências indesejáveis, como o sobreendividamento.
- A educação financeira deve ser usada para preparar os consumidores para os produtos microfinanceiros. Benefícios são esperados tanto para quem oferece os produtos – redução da inadimplência – quanto para quem os utiliza – mais acesso a produtos financeiros, controle das dívidas.

Dinâmica dos grupos de trabalho

Para cada dia do módulo Articulando a indústria das microfinanças, foram programados oito grupos de trabalho, com duas rodadas de discussão de 1h30. Cada grupo foi composto por até dez debatedores, representantes dos grupos de *stakeholders*.

Foram convidadas instituições representativas dos três grupos de atores – governo, operadores e fomentadores e estudiosos –, que indicaram seus representantes para o debate, em número previamente definido e limitado pela Coordenação do evento.

Cada debatedor soube com antecedência em que grupo e de que eixo temático participaria, a fim de se preparar para o debate.

Na 1ª rodada de discussão, os atores foram divididos em dois grupos denominados “operadores” (atores de mercado) e “não operadores” (atores do governo e fomentadores e estudiosos). Na 2ª rodada, metade dos debatedores de um grupo se deslocava (grupo móvel) para outra sala de mesmo eixo temático, onde permaneciam debatedores do outro grupo (grupo fixo). Esse “rodízio” teve o objetivo de, após discutidos os argumentos entre um grupo homogêneo (operadores e não operadores), integrar, confrontar e reiniciar a discussão com interação de atores diferentes, portanto, de interesses e pontos de vista distintos sobre o eixo temático.

Os grupos de trabalho foram divididos nos eixos temáticos seguintes.

Dia 16 – Governança e transparência

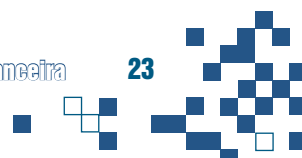
- 4 Grupos sobre Transparência
 - 2 Grupos de operadores e 2 de não operadores (governo e fomentadores)
- 4 Grupos sobre Governança
 - 2 Grupos de operadores e 2 de não operadores (governo e fomentadores)

Dia 17 – Tecnologia de produtos e serviços

- 4 Grupos sobre Crédito
 - 2 Grupos de operadores e 2 de não operadores (governo e fomentadores) (devido à ausência de representantes do grupo de não operadores, duas salas, ou grupos, foram unificadas, havendo somente 3 grupos sobre Crédito)
- 2 Grupos sobre Outros produtos
 - 1 Grupo de operadores e 1 de não operadores (governo e fomentadores)
- 2 Grupos sobre Tecnologia e canais de distribuição
 - 1 Grupo de operadores e 1 de não operadores (governo e fomentadores)

As discussões nos grupos de trabalho foram conduzidas pela equipe técnica do I Fórum, servidores do BCB capacitados para essa função. Havia, então, oito equipes com três integrantes cada: um moderador, que teve o papel de mediar o debate; um redator, que fez as anotações e compilou o material apresentado a seguir; e um secretário, que auxiliou nas inscrições e no controle do tempo do debate, principalmente.

Foram estabelecidas regras para o debate, divulgadas anteriormente às discussões e distribuídas em cada sala para os debatedores, além de haver cartazes com informações e regras gerais para a plateia.



No início de cada rodada, houve apresentação da equipe de facilitadores do BCB e dos debatedores. A seguir, foi solicitado aos debatedores que indicassem o relator do grupo, escolhido entre os membros do grupo fixo, que teria o papel de apresentar os resultados e a síntese da discussão na plenária no dia 17.

Ficou estabelecido que os debatedores, para se manifestarem, deveriam se inscrever, levantando a mão; as inscrições seriam anotadas pelo secretário do grupo; cada intervenção deveria ter duração máxima de 3 minutos, controlados pelo secretário; nenhum debatedor poderia interromper outro em sua fala; a plateia (convidados observadores) não teria voz no debate.

As regras foram fundamentais para sucesso da dinâmica. Porém, em alguns casos, os moderadores tinham autorização para ser flexíveis, caso entendessem que isso melhoraria o debate. Então, em algumas salas, em partes do debate, principalmente nas 2^{as} rodadas, os moderadores abriram a discussão a integrantes da plateia.

No final do segundo dia de debate, os relatores dos grupos se reuniram com os redatores durante cerca de 50 minutos, a fim de consolidar as sínteses para apresentação em plenária. Os relatores de cada eixo temático tiveram liberdade de estruturar sua apresentação e decidir se somente um relator ou todos deveriam se manifestar na plenária. Os relatores tiveram 20 minutos para apresentar os principais pontos do debate, por eixo temático, na plenária.

Com o resultado e a experiência no I Fórum, será possível expandir ou reduzir o número de participantes nos próximos fóruns, bem como aprimorar a metodologia empregada.

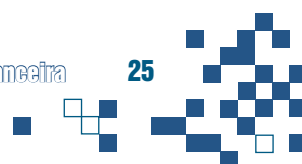
Resultados dos grupos de trabalho

A seguir são apresentados os resultados dos grupos de trabalho, por salas e por eixos temáticos.

Procurou-se expressar a síntese dos debates, sem indicar o nome de pessoas ou entidades, ou fazendo-o somente nos casos em que isso foi considerado extremamente relevante para entendimento do argumento. Os redatores tiveram liberdade para relatar as discussões. Assim, alguns debates foram apresentados de forma consolidada (1ª e 2ª rodadas), outros separadamente; alguns em forma de narrativa, outros em tópicos ou questões.

O nome dos debatedores, bem como o das instituições que eles representavam ou que os indicaram para participar, constam no Anexo 4. Cada debatedor pôde participar de um ou dois grupos, conforme indicação prévia.

Para mais informações sobre a dinâmica dos grupos, veja o item Dinâmica dos grupos de trabalho neste documento.



Eixo Temático: Governança

Grupo A

1ª Rodada

Não há boa governança nas instituições de microfinanças, principalmente nas instituições não reguladas (OSCIPs), e a boa governança é essencial para que suas atividades se desenvolvam.

O modelo de governança, no entanto deveria levar em consideração a estratégia da instituição: se a estratégia é obtenção de lucro, por exemplo, a governança deveria ser diferente daquela cuja estratégia seja inclusão social.

O acesso ao crédito é prejudicado pela falta de boa governança. Mesmo recursos oriundos do governo, muitas vezes não chegam aos potenciais tomadores por falta de boa governança.

Regulação

Regulação é a colocação das instituições sob o guarda-chuva do BC, instituição considerada a mais indicada para exercer essa função, entre outras instituições mencionadas com partícipes do processo (Ministério da Justiça, por exemplo).

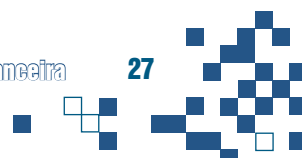
Exemplos internacionais demonstram que as instituições reguladas desenvolvem-se mais do que as não reguladas. A regulação traria mais segurança aos *stakeholders*. Seria importante que a regulação ocorresse em etapas, de forma que os não regulados pudessem adaptar-se gradativamente às novas regras.

As instituições não reguladas podem oferecer microcrédito, mas não se pode admitir que captem recursos do público ou que ofereçam outros produtos, tais como seguros, sem regulação. A falta de regulação, portanto, limita a atuação das instituições de microfinanças.

No entanto, a regulação não é fácil e pode acarretar custos elevados às instituições não reguladas. Além disso, para que a regulação ocorra com sucesso, é necessário que as instituições de microfinanças não reguladas queiram a regulação.

Níveis de governança

Há consenso de que as instituições deveriam ser classificadas de acordo com seus objetivos e seus riscos e com as características de suas operações. Então, seria exigido que atendessem a certas regras de governança. Entidades com operações mais complexas, principalmente as que captam recursos do público por meio de poupança ou seguro, teriam de ter governança bem mais rígida que aquelas que operam apenas com microcrédito, por exemplo.



Modelo mais adequado para instituições de microfinanças no Brasil

As OSCIPs constituem uma estrutura inadequada para administração de grandes recursos, pois são dotadas de má governança. Elas não têm dono, e seus conselheiros normalmente não entendem de finanças. Além disso, muitas OSCIPs no Brasil dependem de recursos públicos. Há bons exemplos de OSCIPs desse tipo, mas esse modelo apresenta grande risco político.

Acredita-se que somente os bancos podem promover uma revolução em microfinanças no Brasil, pois têm condições de oferecer uma gama de produtos, além de microcrédito. Os bancos públicos poderiam ser uma opção. No entanto, o BB e a Caixa Econômica Federal (CEF) tiveram experiências negativas nesse campo e optaram por agir por intermédio de correspondentes bancários. Excetuando-se o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), a presença dos bancos nesse mercado é irrelevante. Seria interessante conhecer as barreiras que têm impedido o sucesso dos bancos nesse mercado.

As cooperativas seriam uma opção interessante para atividades rurais, mas não servem de modelo para microfinanças, uma vez que abrangem número limitado de pessoas.

2ª Rodada

Marco regulatório

O marco regulatório é ruim: a questão trabalhista até agora não foi resolvida, pois profissionais de instituições de microfinanças têm recebido tratamento de bancários pela Justiça do Trabalho, o que eleva o custo das operações de microfinanças; o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) impõe o monoproduto, mas o mercado demanda diversidade de produtos; a limitação das taxas de juros impede o desenvolvimento do mercado de microfinanças.

Governança

A governança é ruim nas empresas de microfinanças. As responsabilidades não são bem definidas nessas instituições. Há recursos no mercado que poderiam ficar disponíveis para operações de microfinanças se a governança fosse boa.

Integração entre os atores

Para que o mercado de microfinanças se desenvolva adequadamente, é preciso que haja mais integração entre os atores: BCB, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e outros.

Outros assuntos

Os bancos precisam de instituições de microfinanças como as OSCIPs, para chegar aos pequenos. Para isso, é preciso que elas tenham boa governança. Se o BCB regulasse as OSCIPs, os bancos passariam recursos a elas.

A cunha fiscal é um problema, pois é idêntica para operações de pequeno e grande porte.

É necessário profissionalizar o mercado de microfinanças, oferecendo boa formação aos profissionais que atuam na área.

1ª Rodada

O ponto de partida para o debate foi a citação, por um dos debatedores, de alguns conceitos e princípios de governança corporativa, extraídos do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre os quais figuram transparência, equidade e prestação de contas.

Foi citado que, para uma organização atingir seus objetivos e cumprir sua missão, é necessário que se tenha visão de futuro, compartilhada por todos os seus profissionais. Além disso, ela deve contar com órgãos gestores bem definidos, controles internos e de riscos eficientes, sistema de auditoria eficaz e manuais bem elaborados. Foi dito que, para haver boa governança, seriam necessários programas de valorização e capacitação permanentes dos profissionais da instituição.

Posteriormente, afirmou-se que o marco legal deveria considerar as diferenças de perfil das IMFs. As OSCIPs não foram concebidas para serem IMFs, mas parceiras do governo, ou seja, Organizações não Governamentais (ONGs) com papel social. Entretanto, a governança que se pretende para as OSCIPs é a mesma que se quer para as demais IMFs. A debatedora perguntou: “De que modelo de governança estamos falando? Cooperativas, OSCIPs, SCMs? Que tipo de governança esperamos ou queremos? Depende do perfil da instituição”.

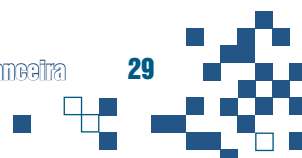
Outros debatedores ressaltaram que, independente do modelo das instituições, todas possuem missão e princípios, e que problemas ocorrem porque os princípios da boa governança são descumpridos. Existem especificidades das IMFs, entretanto, transparência é fundamental para todas elas.

Em seguida foi discutida a forma de incluir pessoas no mercado (inclusão financeira). Foi dito que, para as IMFs obterem sucesso na inclusão financeira, é necessário que elas tenham escala, a exemplo do Compartamos. Afirmou um dos debatedores que o modelo atual de algumas IMFs não se sustenta, como as OSCIPs, que têm dificuldade de *funding*, já que os bancos que poderiam repassar recursos para essas instituições não o fazem em volume satisfatório ou desejado por elas. As OSCIPs têm dificuldade de atingir suas metas por falta de *funding*, o que poderia ser modificado, caso outros atores fossem parceiros dessas instituições.

Em contraponto, foi dito que o marco regulatório atual não permite a outros atores aumentarem a disponibilidade de *funding* no mercado.

Ademais, foi falado que o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) encontra dificuldades em repassar recursos para as OSCIPs, porque não consegue informações importantes para efetuar análise de crédito adequada. Segundo a debatedora, “Hoje precisamos ser paternalistas com algumas IMFs, porque, se não ensiná-las, não é possível”. A mesma debatedora afirmou que necessita-se de política de educação financeira a longo prazo para o setor. Além disso, é preciso reduzir as exigências, sem perder o controle dos riscos inerentes.

Outro debatedor ressaltou que “Há um *gap* entre governo e operadores”. Citou os casos de um pedido de repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) pelo BNDES e de



uma consulta ao BCB, a respeito de repasses dos depósitos compulsórios, em que houve demora na resposta. Foi proposto que, para haver avanço no marco legal, fossem retiradas as microfinanças do texto geral e elaborado um marco legal específico para o seguimento.

Em seguida, foram abordadas algumas questões relativas às OSCIPs e à Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, conforme se segue.

- Dilema, segundo a debatedora, sustentabilidade x inclusão financeira – “Como navegar entre a noção do comercial e ter em mente que está servindo aos pobres?”
- Questão patrimonial das OSCIPs – Ressaltou-se que elas “não possuem donos”, seus dirigentes estão sujeitos apenas ao risco moral.
- Não remuneração dos conselheiros – Foi falado que o marco legal existente impede que os conselheiros sejam remunerados, até para cobrir custos relacionados ao dia a dia no trabalho, pois apenas os dirigentes que atuam na gestão executiva podem ser remunerados. “Como pesar responsabilização com compromisso?” Grande parte dos dirigentes é voluntária, “sonhadora”, entretanto, é necessária compensação para que a missão da OSCIP seja perseguida. Foi citado o exemplo de alguns contratos com bancos, em que são exigidas garantias pessoais dos cônjuges.
- Falta de proteção às pessoas que tomam decisões e arriscam seu patrimônio pessoal por fazer política pública.
- Governança corporativa x treinamento ou capacitação dos dirigentes: “Deveria haver exigência mínima de conhecimento do negócio?” “Como investir em RH (capacitação), se as OSCIPs não possuem recursos?”
- Impasse da transformação das OSCIPs em Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), devido à dificuldade de destinação do patrimônio constituído por essas entidades.
- Dificuldade de acesso a *funding*, o que impõe entrave ao crescimento das OSCIPs. Foi citado que a legislação poderia sanar a dificuldade de recursos para o setor.

Representante das cooperativas mencionou sua preocupação em encontrar meio de garantir o cumprimento da missão e a representatividade dos cooperados. Ressaltou que não há mais dificuldade quanto a legislação em geral, à exceção das regras para se constituir uma cooperativa, que, segundo ele, são as mesmas para se constituir um banco. Questionou-se se, para haver inclusão financeira, deveria haver adequação na legislação, considerando-se a natureza e as particularidades das instituições.

Outro ponto abordado foi a necessidade de se estabelecer ação conjunta, já que há setores em dificuldade. Precisa-se avançar na interlocução, uma vez que o BCB alega que, entre as reguladas por ele (SCMs e outras), não constam as OSCIPs. Foi questionado o papel do Ministério da Justiça no que concerne a microfinanças.

Foram expostas algumas dificuldades em relação ao marco regulatório, a saber:

- limitação da taxa de juros, do valor financiado, dos produtos e do acesso a *funding*;
- ineficiência do modelo instituído para as OSCIPs (Lei nº 9.790, de 1999) para atender às necessidades do setor;
- dificuldade de transformação das OSCIPs em SCMs;
- necessidade de “desregulamentação” do PNMPPO;
- carga tributária excessiva para o setor, sobretudo para as OSCIPs – Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Programa de Integração Social (PIS) e outros.

Além disso, foi proposto que a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, seja aplicada às OSCIPs, já que bancos de desenvolvimento possuem recursos para repassar, mas não repassam, porque as garantias dadas pelas OSCIPs são insuficientes, e a profissionalização do setor é inadequada.

Uma dificuldade exposta pelos debatedores refere-se à legislação trabalhista, notadamente com as recentes decisões do Judiciário que equipararam os agentes de crédito a bancários. Foi dito que é um assunto preocupante e acarretará elevados custos com questões trabalhistas para o setor.

A solução indicada pelo grupo é a elaboração de um marco legal específico para microfinanças, bem como a ruptura de vínculos com vários órgãos do governo. A proposta é designar apenas um agente, que seria, ao mesmo tempo, interlocutor e regulador. Seu objetivo seria facilitar o diálogo, a prestação de contas e o desenvolvimento das microfinanças no Brasil. Foi cogitado que o BCB assumisse a causa, dada a proximidade com a matéria.

2ª Rodada

O debate teve início com a citação, por um dos debatedores, de alguns conceitos e princípios básicos de governança corporativa, entre os quais foram mencionados transparência, equidade e prestação de contas.

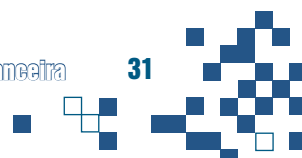
Posteriormente, foi questionado: “Que marco legal devemos pensar para termos avanço em governabilidade?” Foi feito um relato histórico sobre as OSCIPs, em que se ressaltou que foram instituídas para executar políticas de desenvolvimento social (ONGs), mas que depois assumiram outro papel. Para executar esse papel, existem várias instituições concorrentes, tornando necessário que as OSCIPs se adaptem a essa nova realidade. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário que a legislação avance, por exemplo, em pontos relacionados à transformação das OSCIPs em SCMs. Foi comentado que as regras para abertura das OSCIPs são as mesmas para abertura das demais IMFs, demasiadamente rígidas, o que impossibilitaria de discutir novas formas de inclusão financeira.

Foi questionado à representante do Ministério da Justiça presente: “Como são vistas hoje as OSCIPs pelo Ministério da Justiça?”. A representante disse que o ministério iniciou a revisão das normas que regulamentam o 3º Setor. Comprometeu-se a levar as questões comentadas nos debates ao Secretário e colocou seu departamento à disposição para discussões a esse respeito.

Algumas questões relacionadas às OSCIPs também foram abordadas, como:

- dificuldade de acesso a *funding* público e privado;
- dificuldade de receber fundos estrangeiros pelo fato de algumas instituições financeiras estrangeiras não possuírem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) no Brasil;
- dificuldade de acesso a recursos do FAT;
- problema na instituição das OSCIPs, que não foram concebidas para operar na lógica de microcrédito (lógica de mercado), mas para consecução de políticas públicas. Foi citado que, “quando as OSCIPs crescem, são vistas como algo errado pelo governo”;
- “falta de definição clara dos reguladores e *players*” do setor.

Posteriormente, houve discussão sobre a necessidade ou não de diversificação de produtos como forma de ampliar a competitividade e aumentar a escala e a participação das IMFs. Foi dito que a lógica de monoproduto não atenderia mais às necessidades do mercado e às demandas dos



clientes, o que dificultaria o desenvolvimento do setor. Em seguida, um debatedor disse que, para se atingir escala, é necessário, na fase inicial das IMFs, trabalhar com a lógica de monoproduto, para, posteriormente, buscar diversificação.

Outro ponto discutido foi a dificuldade, no marco regulatório, de transformação das OSCIPs em SCMs, bem como a dificuldade de definição do controle da nova instituição transformada ante composição do seu capital, de natureza pública e privada.

Para as OSCIPs, foi proposta a profissionalização da gestão do setor, o que envolveria educação financeira para dirigentes e outros profissionais dessas instituições.

Representantes das SCMs lembraram que o modelo das SCMs era inadequado até pouco tempo atrás, mas houve nítida evolução, notadamente após maio de 2008. Sugere que essa evolução ocorra também com as OSCIPs, com a “flexibilização das atuais regras”.

O representante do IFC fez um relato em que citou exemplos de instituições que obtiveram sucesso após sua transformação, a saber, Compartamos, Banco Sol e outros. Questionado se existiria um “número mágico” para que uma instituição se transformasse em outra, adquirindo novo tipo jurídico, respondeu que não existe um “número mágico”, mas que isso ocorre em instituições que conseguem comprovar capacidade, visão e compromisso.

Um dos presentes defendeu a tese de que deveria haver subsídios para setores que operam com baixa renda. Uma debatedora ressaltou que o subsídio seria instrumento de peso para que as OSCIPs atinssem a capacidade de se autossustentar. Afirmou que o Sebrae é importante apoio.

Uma pergunta foi dirigida ao representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): “Qual seria o papel do Ipea e como ele vê microfinanças no Brasil?” O representante do Ipea respondeu que aquele instituto iniciou estudos a respeito desse assunto, que há apenas pesquisas isoladas, mas que o tema microfinanças é visto como algo crucial no processo de inclusão financeira.

Foi dito que o BCB precisa repensar novos modelos de bancos para operar em microfinanças, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) precisa instituir formatos de bancos que atendam aos grandes e aos pequenos.

Em seguida, foi dito que o marco legal foi formulado há aproximadamente dez anos, e que, nesse período, não houve evolução, sendo necessário rediscutir o papel do BCB, do Ministério da Justiça e de outros órgãos regulamentadores, reguladores e supervisores do setor.

Foi proposta a constituição de um comitê ou de um grupo de trabalho para efetuar revisão da legislação, devendo ser ouvidos todos os *players* envolvidos, com o objetivo de encontrar solução para o setor de microfinanças no Brasil.

Grupo C

1ª e 2ª Rodadas

Questão: Modelo de governança para o mercado de microfinanças

A formulação do modelo deve se pautar pela definição do elenco de *stakeholders* a ser considerado e da forma de atender à diversidade de seus respectivos interesses: acionistas, gestores, servidores, empregados, financiadores, clientes, fornecedores, auditores, reguladores, comunidade e outros que sejam pertinentes.

A governança abrange componentes de estrutura e de informação, que devem compor um arranjo equilibrado para atender aos interesses dos *stakeholders* definidos.

O interesse do acionista é assegurado pela definição da missão do negócio, e, a seu atendimento, deve-se contrapor o interesse do cliente.

A incorporação da comunidade ao modelo conduz à questão da transparência, do código do consumidor e da ética empresarial. A transparência pode minimizar o problema da representatividade na governança das IMFs.

Equilibrar o atendimento às demandas por controle com a fluidez da operação deve ser objetivo do modelo.

A abordagem da governança deve ser diferenciada, compatível com as características e as categorias de IMFs: diferentes estruturas de governança para diferentes tipos de negócio. O grau de governança deve ser dosado conforme a natureza das atividades, a visão, a missão, a maturidade, o grau de regulação, a possibilidade de captação, o porte e o impacto sistêmico, além de outras peculiaridades de cada tipo de iniciativa no mercado.

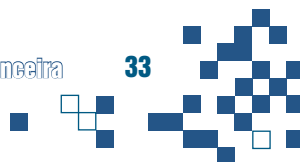
Padrões mínimos referenciais de governança poderiam ser sugeridos pelo BCB. Caberia às empresas sua implementação com sofisticação compatível com sua realidade e seus interesses.

É necessário adequar as exigências das normas atuais das cooperativas de crédito: prestação de contas, auditorias interna externa e outras. Essas exigências de governança extrapolam a capacidade das OSCIPs. Mais representatividade na gestão poderia ser obtida pela revisão da norma regulatória.

A construção do modelo de governança para as IMFs deveria ser liderada pelo BCB.

Questão: Qualificação, remuneração, comprometimento e responsabilização dos conselheiros

Profissionalização e qualificação são imperativos para desenvolvimento sustentável do mercado de microfinanças, mas há forte restrição, representada pela escassez de profissionais bem preparados, em razão das peculiaridades do mercado e da falta de incentivos a profissionais do mercado financeiro tradicional, o que sugere priorização de ações de capacitação e formação de colaboradores e gestores



em âmbito institucional. Não há no país cursos de formação acadêmica ou técnica específica para atuação no mercado de microcrédito.

A exigência regulatória de formação profissional prévia para conselheiros é limitadora e conflitante com as características mais decisivas, requeridas do papel desempenhado por esses membros. A exigência poderia restringir-se ao órgão de assessoria técnica das instituições.

O marco legal deve favorecer a profissionalização da gestão nas microfinanças.

Conselheiros devem ser remunerados, ou ter outra contrapartida às responsabilidades que assumem e à exposição pessoal a que se submetem, principalmente quanto às questões de ordem legal.

Questão: Pertinência e relevância de manual de boas práticas de governança

Padrões de boas práticas requerem cuidadosa avaliação quanto à sua aplicação a casos reais. Existem casos de sucesso reconhecido que não seguiram “cartilhas”.

Os padrões não devem ser impostos – uma “camisa de força” por exigência normativa –, mas um guia para ser adotado de forma livre, e, eventualmente, incentivado por fomentadores do mercado.

Os padrões poderiam prever gradação, para que as empresas pudessem optar entre as formas básicas (de baixo custo) e as mais sofisticadas (mais custosas) e mais apreciadas pelo mercado. Deveriam refletir a ideia do tratamento diferenciado em razão da estrutura, da natureza, da complexidade e do volume de negócios das organizações a que se destinam.

Questão: Sustentabilidade e subsídios

Sustentabilidade é premissa primordial do negócio das IMFs. Implica boa governança, de forma que se assegure continuidade das organizações, ou seja, sua perenidade.

O subsídio pode provocar distorções no mercado, mascarando resultados e levando a dependência de órgãos governamentais. Deve estar vinculado à missão da IMF e ao segmento de mercado em que atua a instituição. Deve ser feita opção clara: microfinanças comerciais ou microfinanças sociais.

Subsídios não implicam dependência. O elenco limitado de produtos com que podem operar as OSCIPs, por exemplo, reflete-se em elevado custo de operação. O entendimento é que os subsídios podem ser direcionados para o desenvolvimento institucional, o crédito ao primeiro empreendimento, as agências itinerantes, a auditoria externa e as novas formas de operação de cunho predominantemente social. Os subsídios poderiam ser admitidos, ainda, em situações em que sua inexistência resultasse em taxas de juros mais elevadas, proibitivas para os muito pequenos.

Deve ser avaliado criteriosamente se é necessário tratar em separado o negócio sustentável e o negócio subsidiado para atender à missão social da instituição, ou se é possível solucionar a questão, com o objetivo de abranger as duas faces do problema da sustentabilidade.

Também a diferenciação entre subsídio à operação e subsídio ao crédito é importante para orientar seu uso no mercado de forma não predatória.

A coexistência de operação subsidiada e de operação não subsidiada provoca problemas de governança de difícil administração, além de conflitos na área tributária.

O subsídio não deveria ser levado em conta na avaliação da equação de sustentabilidade do negócio.

A clara identificação, a quantificação e o controle do subsídio são úteis para não “contaminar” ou frustrar as iniciativas comerciais.

Admite-se o uso do subsídio, desde que ele não promova competição entre as IMFs e as iniciativas comerciais, mas sirva aos negócios de forma complementar.

Questão: Riscos e tecnologia da informação

Risco é barreira ao crescimento das microfinanças. A avaliação de crédito está baseada em julgamento pessoal do agente (“gargalo”). Precisa se apoiar em sistemas informatizados para mais agilidade e segurança no processo. A combinação adequada do uso da tecnologia com a *expertise* do agente, construída no relacionamento com o cliente, deve ser alcançada.

Em operações de microcrédito, a relação do cliente é com o agente, e não com a empresa, e a satisfação e a fidelização do cliente são determinadas, principalmente nos rincões, pelo relacionamento interpessoal. Isso se traduz em custo alto e elevada exposição ao risco potencial de descontinuidade causados por perdas na carteira.

Existe assimetria de informação em relação ao risco, que precisa ser resolvida.

Tudo indica que investimento em tecnologia da informação seria a forma de possibilitar o desenvolvimento do mercado de microfinanças.

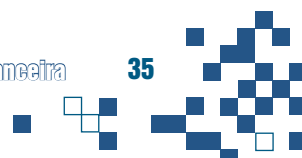
O mercado carece de um modelo de risco específico, que é pré-condição para encaminhamento objetivo da questão.

Falta centralização dos créditos (central de risco de crédito), o que implica risco de comprometimento indesejável da renda dos tomadores.

O uso compartilhado de central de risco de crédito, com integração de informações de clientes comuns, combinado à *expertise* do agente, propiciaria eliminação de importante “gargalo” no crescimento das microfinanças. Cada empresa poderia buscar o *tuning* mais adequado às características de suas operações.

As iniciativas de desenvolvimento e o compartilhamento de sistemas de informações poderiam ocorrer com o envolvimento das instituições com capital público, como a CEF e o BB.

A promoção do acesso à tecnologia talvez pudesse se pautar na estrutura de governança.



Há potencial significativo no compartilhamento de sistemas, ainda muito pouco explorado pelas IMFs. As IMFs deveriam conversar entre si sobre desenvolvimento e uso de sistemas comuns. O *Grameen* já adota o compartilhamento de sistemas.

As IMFs não devem reproduzir o que os bancos fazem, mas unir o que as IMFs fazem hoje com a tecnologia bancária existente e desenvolvê-la. Há experiências internacionais que ilustram bem essa afirmativa.

A prestação de contas é aspecto-chave, mas impõe custo elevado. O marco legal deve ser enfrentado para não ser entrave ao crescimento.

A padronização de informações eliminaria os efeitos da assimetria relacionada ao risco de crédito e possibilitaria comparações pertinentes de desempenho e de posição de mercado.

A falta de padrões é evidenciada pelas exigências de informações discrepantes por parte dos reguladores.

Um plano de contas seria elemento aglutinador e possibilitaria, até mesmo, o teste de modelos (pilotos), contribuindo para o desenvolvimento setorial.

Questão: Produção do conhecimento científico e sua utilização pelo mercado

A produção e a disseminação de conhecimento específico pela universidade e suas extensões com o mercado, como as incubadoras, pode desempenhar papel relevante no desenvolvimento da governança das IMFs.

Questão: Marco legal

O acesso das IMFs aos juizados especiais contribuiria na agilização do recebimento de créditos, reduzindo o risco e o custo de acesso à justiça.

Deve ser repensado o emprego dos recursos, hoje definidos pela regulação, referentes aos 2% e destinados, obrigatoriamente, a operações de microcrédito. Propõe-se avaliar a instituição de fundo, administrado pelo BCB, para aplicação, visando ao bem público com mais efetividade.

1ª Rodada

Na 1ª rodada, o diagnóstico foi rapidamente feito pelos debatedores: não há boa governança nas instituições de microfinanças. Muitos motivos foram mencionados para esse fato: não existem critérios definidos de governança para pequenas empresas, é necessário mais tecnologia do que aquela a que elas têm acesso, e falta conceito de transparência amplamente aceito, que é essencial para a governança.

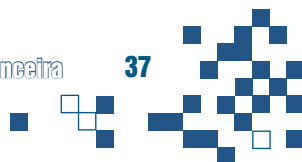
Um debatedor citou os efeitos perversos da inclusão financeira reversa. Eles seriam consequências da terceirização dos serviços, feitos por intermédio dos correspondentes bancários. Esse debatedor afirmou que eles não estariam suficientemente preparados, fornecendo serviço de baixa qualidade. Além disso, estariam muito vulneráveis a situações de risco e violência. Outro debatedor discordou, alegando que, apesar de todos os contras, a ação desses correspondentes está conferindo cidadania à população.

Outro motivo muito discutido para falta de boa governança nas instituições de microfinanças é a cultura dessas instituições. Os conselheiros não podem ser remunerados, e é difícil encontrar pessoal bem qualificado para o trabalho. A falta de capacitação dos gestores acaba dificultando a obtenção de recursos financeiros. Além disso, o trabalho voluntário alimenta a informalidade e a falta de preocupação com a qualidade.

A legislação que regulamenta essa atividade, apesar de proibir a remuneração dos conselheiros, deixa lacunas para interpretações subjetivas e inferências. Por isso, foi sugerida a alteração dessa legislação, de forma que aqueles cargos se tornem remunerados. Um debatedor alegou que gestores mais bem preparados e maior verticalização das relações de trabalho seriam formas de se conseguir escala.

Outro ponto de polêmica foi como implementar critérios de governança para pequenas empresas. A dificuldade se mostra já na hora da definição dos critérios. Um debatedor ressalta que não há modelo de sustentabilidade que considere os riscos operacionais. Outro argumenta que a governança para os excluídos passa pelo compromisso social, e não pela economia de mercado.

Houve mais divergências entre os debatedores em relação à forma como deveria ser feita a implementação desses critérios. Um participante citou a dificuldade de trabalhar com instituições que estão fora do SFN, defendendo a incorporação das OSCIPs a esse sistema. Muitos defenderam a imposição de normas pelo BCB, argumentando que a comparação entre as instituições e a padronização contábil são essenciais para incrementação do setor no Brasil. Para eles, o BCB é o único órgão capaz de incentivar a governança por meio de suas exigências. Outros debatedores, preocupados com o crescimento das instituições de microfinanças, defenderam o mínimo de exigências necessário, porém combinadas com várias medidas, sem as quais o cumprimento das exigências se tornaria inviável para essas instituições, tais como subsídios na forma de isenção de impostos para os pequenos, segmentação das regras, em conformidade com o tipo de financiamento que a entidade recebe ou com o seu tamanho, e a constituição de fundos garantidores de crédito. Um debatedor argumentou que auditorias independentes custam muito caro, e que há poucos profissionais na área preparados para realizá-las, apesar de elas serem essenciais para captação de recursos no exterior.



Foi explicitado ainda que a governança precisa ser implementada em partes. Primeiro no que diz respeito ao corpo funcional interno, depois na relação com os parceiros que atendem ao público.

Os parceiros teriam papel fundamental, pois, como os microempreendedores, não são suficientemente treinados e capacitados, precisam de bom atendimento, com esclarecimento. Um debatedor falou da importância, ao lidar com esse público, de que as relações sejam de conhecimento e proximidade, e não apenas de formalidade e preenchimento de contratos.

Nesse ponto, tornou-se muito forte o debate sobre educação financeira. Um debatedor opinou a respeito dos temas sociais, considerando que devem ser mais discutidos nas universidades do país, porém menos no que se refere a *marketing* da responsabilidade social, mais no que se refere a questões sociais em si. Foi unânime a opinião de que a educação financeira deveria ser mais valorizada não só em universidades, mas também no ensino fundamental e no ensino médio.

A rodada terminou com a fala de um debatedor, que destacou a importância do relacionamento próximo com os *stakeholders* e do contato constante entre reguladores e financiadores, sugerindo que se forme uma comissão de relacionamento que se reúna com frequência e de forma regular.

2ª Rodada

Na 2ª rodada, um debatedor começou sua fala ressaltando a importância de se construir um modelo de governança com o mínimo de exigências possível para as instituições financeiras de qualquer porte, pequena, média ou grande. Outro participante replicou, dizendo que isso não seria possível, pois depende do perfil e da missão de cada instituição, ou de seu tamanho e de sua complexidade, ou seja, do seu grau de integração ao sistema.

Esse tópico gerou muito debate. Alguns ressaltaram a importância do tamanho da entidade. Outros disseram que, ainda que seu porte fosse diferente, existem princípios básicos, como ética e planejamento estratégico, que perpassam todos os tipos de instituição.

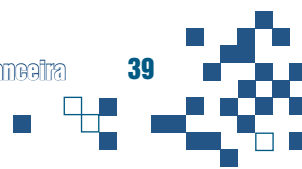
A falta de auditorias para essas entidades também preocupou os debatedores. Elas seriam muito caras, mas essenciais ao crescimento e à atração de investidores para as instituições de microfinanças. Um debatedor disse que, embora as OSCIPs já contem com conselho fiscal, este não substitui a auditoria, pois é composto por atores internos da instituição, sem capacitação adequada e, principalmente, com alta rotatividade, já que o cargo não é remunerado. Outro debatedor lembrou a confederação de cooperativas, que consegue fornecer serviços de auditoria por baixos custos, e ressaltou que as auditorias devem ser especializadas nesse assunto. Foi dito ainda que a contratação ou não de auditores externos deve ser decisão tomada pela instituição, de acordo com sua necessidade.

Outro motivo importante para a falta de governança das instituições de microfinanças seria a falta de profissionalização dos que atuam nessas entidades. O grupo considerou que profissionalizar o corpo diretivo, o que abrangeria tanto gestores como conselheiros, seria essencial para atender melhor às comunidades e para possibilitar a essas empresas que crescessem e conseguissem captação de mais recursos, uma vez que adquiririam transparência e credibilidade. Um debatedor advertiu que a capacitação é um desafio para essas instituições, mas que não é tudo. Por não se tratar de entidade financeira convencional, não basta que seus gestores sejam bem treinados, devem ter também sensibilidade social. Ele acrescentou que a divulgação de boas práticas de governança pode ajudar o

processo. Foi feita a sugestão de que o Sebrae ficasse responsável por ministrar cursos de capacitação, tanto para conselheiros e operadores como para auditores.

Nesse sentido, um representante da academia ressaltou que a produção científica da área está muito dispersa. Afirmou que seria necessário aproximar os centros de pesquisa da prática, pois seus estudos poderiam se tornar mais úteis, sendo mais bem aproveitados pelo setor. Outro debatedor destacou a importância de se desenvolverem estudos mais concretos e sugeriu que o BCB se responsabilizasse por disseminar as informações e as pesquisas produzidas.

A rodada terminou com a sugestão de constituição de um fórum *on-line* para o setor, além de uma comissão periódica, que reunisse órgãos reguladores e instituições financeiras para garantir a possibilidade de os produtos serem oferecidos ao público e a utilidade deles.



Eixo temático: Transparência

Grupo A

1ª Rodada

As primeiras intervenções foram feitas para classificar como muito frágil a transparência dos atores que compõem o sistema de microfinanças. Envolve-se nisso a totalidade dos atores do sistema. Uma das causas dessa fragilidade é a falta de padronização de conceitos. Um exemplo é a questão da inadimplência, que tem diferentes limites para as instituições no mercado. Por fim, tratou-se da falta de capacitação dos atores do sistema.

Afirmou outro participante que a transparência tem conotação distinta para cada tipo de instituição diante da falta de regras claras, do custo e da falta de incentivos para ser transparente. Essa posição, posteriormente, recebeu apoio de outro ator, que acrescentou que, sem benefícios, os administradores não serão transparentes.

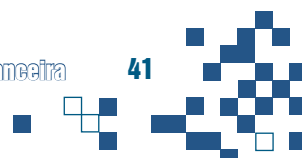
Para esse ator, ao BNDES, faltam padrões claros de conduta a serem cumpridos para atendimento das demandas. Não entende por que as demandas não chegam ao BNDES e sugeriu redução dos limites dos valores para atendimento das OSCIPs. Ademais, disse que o PNMPO e o BNDES estão tentando padronizar os indicadores de transparência.

No entendimento desse debatedor, o sistema de microfinanças lida com três problemas principais: (i) falta de capacitação de quem trabalha nesse mercado, pois não há cursos específicos para qualificação nessa área; (ii) relação custo/benefício envolvida na questão, que faz com que apenas as boas informações sejam transparentes, em detrimento das más, que são omitidas do mercado; (iii) política assistencialista existente no Brasil e descontinuidade das ações do governo. Nesse sentido, uma debatedora destacou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como um programa que foi descontinuado.

Outro ator defendeu a padronização mínima de conceitos e de informações a serem prestadas aos órgãos de supervisão no sistema de microfinanças. Nessa mesma linha, a participante defendeu a padronização como instrumento para aprimorar a comparação entre as instituições no mercado. Para que a padronização seja feita, deve haver consenso entre os órgãos de supervisão e regulação e os fomentadores envolvidos (BCB, Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça e BNDES). A padronização dos critérios de transparência deveria ser conduzida e administrada pelo BCB, ser feita no âmbito institucional e direcionada ao público-alvo.

A manifestação que se seguiu foi que a transparência é exigência para as grandes firmas que esperam captar no exterior; que a falta de recursos, para implementar um bom sistema de transparência, deixa de existir no momento em que todo o sistema de microfinanças cresce, porque traz o dinheiro “a reboque”. Dessa forma, a transparência aumenta, à medida que o sistema cresce.

Nesse ponto, ocorreu a proposta de liberar a consulta ao Sistema Central de Risco do BCB às instituições não reguladas (OSCIPs) como forma de aumentar a eficiência desses operadores. Ponderou-se que um *bureau* de crédito é uma condição essencial para crescimento do setor de



microfinanças. Ademais, foi defendida a proposta de se instituir um sistema central de serviços de informação nacional que diminuísse os custos das IMFs. Foi dito também que o cadastro positivo, que facilitaria o acesso a *funding*, deveria ser previsto em uma lei geral de microfinanças e ter seu valor reduzido de R\$5.000,00 para R\$1.000,00.

Na avaliação desse ator, o sistema está carente de legislação específica, que defina padrões de transparência das instituições, que o BNDES não atende nem a 10% das demandas do mercado, e que as OSCIPs precisam crescer para atender às demandas.

Houve divergência quanto à inserção das OSCIPs no sistema financeiro regulado. Alguns veem a inclusão como forma de ampliar o acesso de *funding*, dar início à formação de uma série histórica de dados sobre as OSCIPs e ampliar a transparência no setor. Outros acreditam que essas organizações devem ficar fora do sistema regulado, pois a regulação agiria como inibidora das inovações financeiras, e defendem que a exigência de transparência das IMFs deve ser escalonada conforme o perfil e o grau de desenvolvimento da IMF. Ademais, a regulação poderá gerar retração do setor.

Foi sugerido que o BCB e o BNDES se responsabilizassem por levar, às instituições financeiras em geral, mais informações sobre a maneira como o mercado de microfinanças funciona, de forma que se estabelecesse confiança para liberação de mais recursos para empréstimo por parte dos bancos.

O desconhecimento da forma como opera a IMF e do que representa no setor foi apontado como razão que leva os bancos, avessos ao risco, a não concederem empréstimos.

Os integrantes do grupo, então, pareceram convergir para a ideia de que as OSCIPs deveriam ser regidas em formato híbrido. Assim, apesar de as OSCIPs não estarem sujeitas à supervisão do BCB, aquelas que fornecessem informações acerca de seus balanços de forma espontânea receberiam certificado de transparência, já que o grupo identifica que a chancela do BCB facilitaria o acesso a *funding*.

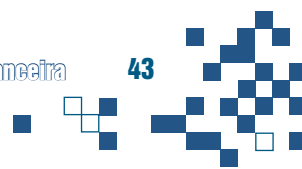
2ª Rodada

Após breve apresentação dos tópicos que tiveram mais destaque nos debates realizados pelos dois grupos na 1ª rodada, a primeira manifestação da 2ª rodada foi afirmar a convergência do grupo na ideia de que o marco regulatório das microfinanças deve levar em consideração as especificidades das IMFs e ser aceito por todos os atores do sistema.

Houve amplo debate sobre as causas da falta de crescimento do setor das OSCIPs. Foram apontadas como principais causas a inexistência de regulação e o fato de as Oscips não estarem sob abrigo do BCB. Contudo, os debatedores concordaram com a afirmativa de que a regulação poderá levar a retração e perda de qualidade no que se refere a seu caráter de fomentador de inovações no campo financeiro, no setor de OSCIPs. Foi diagnosticado posteriormente que a falta de crescimento deve-se a falta de *funding*, e não a falta de regulação.

Houve consenso quanto a se formular padronização de informações que seja aceita pelos principais atores do setor de microfinanças. Também houve acordo quanto à ideia de que divulgar ao público as informações, por intermédio do BCB, deve ser prerrogativa da IMF (discrecionabilidade da sociedade).

Ficou acertado que o BCB deveria abrir seus canais de divulgação para as IMFs (especificamente as OSCIPs), e que a disponibilização de dados no BCB iria servir como certificação de qualidade dessas IMFs que participarem do programa de transparência das informações mínimas padronizadas pelo BCB. Em síntese, houve uma proposta de semirregulação, como é feita na Bolívia, em que haverá publicidade dos dados, pelos canais do BCB, sem que este exerça supervisão direta da sociedade. Para alguns dos presentes, a certificação de qualidade concedida pelo BCB às OSCIPs que participarem do programa de transparência mínima deve ter anuência dos órgãos que, de alguma forma, estão envolvidos no processo (Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça e BNDES).



Grupo B

1ª e 2ª Rodadas

O grupo diagnosticou que é necessário transparência por parte de todos os *stakeholders*. O fomentador deve ser transparente em relação aos projetos avaliados, independentemente da aprovação dos projetos.

As instituições de microfinanças devem buscar transparência tanto na relação com o fomentador, para reduzir o custo de *funding*, quanto na relação com seus clientes, para evitar endividamento excessivo da população de baixa renda.

Deveria existir um conjunto mínimo de indicadores divulgados pelas instituições, para garantir transparência. As informações básicas devem ser exigidas também das instituições não reguladas. Não há uniformidade das informações requeridas pelos fornecedores de recursos. A padronização dos dados solicitados pelos fomentadores diminuiria o custo de geração da informação.

Quanto às informações exigidas das instituições de microfinanças, foram observados os seguintes posicionamentos:

- a. as informações seriam as mesmas para todas as instituições de microfinanças, entretanto, a periodicidade poderia variar de acordo com a natureza jurídica;
- b. as informações seriam diferenciadas, levando-se em consideração a natureza jurídica e o porte da instituição.

Os clientes devem ser corretamente informados das características do empréstimo. O fornecimento de crédito deve se dar de forma responsável. O microcrédito deveria estar atrelado à educação financeira.

De acordo com um debatedor, a transparência não envolve necessariamente regulação. No entanto, a maioria dos debatedores identificou a regulação como necessária para melhoria da transparência das instituições de microfinanças. A regulação deveria obedecer à natureza jurídica de cada instituição. A padronização deveria ocorrer na informação, e não na regulação.

Ficou evidente a necessidade de haver um órgão centralizador das instituições de microcrédito para fortalecimento do setor de microfinanças. Alguns debatedores identificaram que essa função poderia ser exercida pelo BCB.

Foi ressaltada a importância social das OSCIPs, pois atendem a um público muito específico (de alto risco). As OSCIPs não têm fins lucrativos, porém têm finalidade econômica. A transparência das OSCIPs exige monitoramento de seus dirigentes. Em longo prazo, existe a tendência de regulação das OSCIPs. A existência de um órgão regulador e de educação financeira colaboraria para diminuir o risco das OSCIPs, tornando o *funding* menos oneroso.

Identificou-se a necessidade de legislação que possibilite às SCMs oferecer novos produtos e captar recursos do público por meio de poupança, seguros, *leasing*, financiamento habitacional ou outra forma, para se tornarem mais atraentes e, assim, estimularem as OSCIPs a se transformarem em SCMs.

Os órgãos públicos deveriam emitir certificação de transparência para as IMFs. É importante a formação de um cadastro positivo da indústria de microfinanças e de um *bureau* de crédito para as operações inferiores a R\$5.000,00.

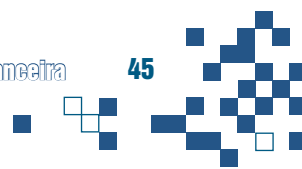
O grupo relatou a necessidade de pesquisas para melhor entendimento do público e do setor de microfinanças para esclarecer questões tais como tamanho do setor, características dos participantes e meta.

Durante o debate, ocorreu o seguinte questionamento ao BCB: “Como a supervisão classificará as carteiras de microcrédito de uma instituição bancária? Será atribuído o *rating* “h” a esses créditos?”

Foi mencionado o problema no custo das indenizações trabalhistas dos correspondentes, quando há equiparação dos correspondentes com os bancários.

A regulamentação do microcrédito precisa ser revista, pois foi estabelecida num cenário econômico diferente do atual.

Para mais estabilidade das microfinanças, a política pública para o setor deve ser de Estado, e não de governo.



1ª e 2ª Rodadas

Um dos pontos mais comentados pelos debatedores foi a grande assimetria de informação existente na indústria de microfinanças, com impactos significativos no custo de oportunidade e na falta de investimentos no segmento.

Apesar de haver consenso no que se refere ao fato de a falta de padronização das informações contábeis dificultar, principalmente, a obtenção de financiamentos, houve divergência em relação à forma pela qual essa padronização poderia ser atingida: se oriunda de imposição de uma autoridade reguladora, se de exigência da própria entidade doadora de recursos, ou se de um processo de autorregulação.

Os debatedores que se posicionaram a favor da padronização de informações decorrente de imposição regulamentar argumentaram que isso poderia ser atingido com a inserção das OSCIPs e das ONGs no âmbito da supervisão do BCB. Isso possibilitaria a construção de uma base de dados para o segmento, que não existe, e de um *bureau* de crédito, que poderia auxiliar o processo de concessão de crédito por parte dessas entidades.

A constituição do *bureau* de crédito foi apontada pelos operadores como instrumento de prevenção de fraudes na concessão de operações de crédito, dado que a ausência de mecanismos mais eficazes para negatar determinados clientes tornam as OSCIPs mais vulneráveis a ações desse tipo. No entanto, além da questão do acesso a esse *bureau*, foi ressaltada a preocupação com o custo de alimentação desse cadastro, já que as informações serão usadas por outras instituições, razão pela qual sugeriu-se a construção de um *layout* simplificado para alimentação do sistema.

Nesse sentido, representante do governo indica o BCB como o único agente capaz de constituir um sistema nacional de informação, a exemplo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), aplicável à indústria de microfinanças.

O microcrédito como política pública, com o BNDES como provedor de recursos, foi argumento usado pelo governo para justificar a necessidade de haver imposição regulamentar para apresentação de um mínimo de informações para obtenção de financiamentos, já que se trata de recursos públicos, e não de recursos do setor privado.

Em contraponto, representante do governo manifesta preocupação de se colocar a regulação como “tábua de salvação”, argumentando que as forças de mercado também precisam atuar na busca de eficiência da indústria.

A maior parte dos debatedores entendeu que o processo de autorregulação traria mais benefícios para as OSCIPs na promoção do processo de padronização, o que levaria a mais transparência. A intervenção do governo acarretaria custos mais elevados para produção de informação. Nesse sentido, o mecanismo de autorregulação foi apontado como incentivo para padronização e, principalmente, para produção de informações.

Representantes dos fomentadores comentaram a dificuldade de produção de um banco de dados do segmento, em virtude de ausência de cultura de transparência por parte das entidades não reguladas.

As pesquisas efetuadas com a finalidade de construir *benchmarks* nacionais para essa indústria não obtiveram sucesso por falta de resposta das entidades consultadas, mesmo sabendo que transparência é fundamental, e que os indicadores internacionais não se aplicam ao nosso mercado.

Os operadores contestaram essa afirmativa, alegando que as instituições de microfinanças não respondem a essas pesquisas porque não entendem com clareza a finalidade das informações solicitadas. Como o processo de coleta e organização desses dados é caro, é preciso que as instituições percebam de que maneira essas informações podem voltar, para ajudar o segmento. Nesse sentido, impõe-se como necessária a instituição de incentivos, para que essas entidades não reguladas sejam atraídas para investir tempo, esforço e dinheiro, no sentido de gerar informações para fins de constituição de um *benchmark* nacional.

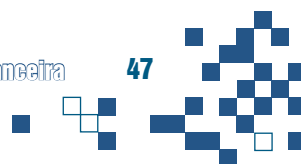
A esse respeito, foi comentada, por um representante dos fomentadores, a necessidade de mudança de paradigmas por parte dos gestores dessas entidades, no sentido de demonstrar que isso pode levar a mais investimentos para o setor. A gestão profissional dessas organizações foi mencionada como a melhor estratégia para torná-las viáveis, pois o custo de oportunidade de entrada nesse mercado é alto.

Representante do governo concordou com a afirmativa de que há custo para gerar informação, mas disse que também há custo por não haver essa informação. Questões contábeis, bem como existência de auditoria, por exemplo, são analisadas no momento de concessão de financiamento e podem ser determinantes para aprovação do crédito.

Questionado, representante dos operadores afirmou que as OSCIPs não se transformariam em SCMs como se esperava, porque passariam a ser reguladas pelo BCB. Questionou a impossibilidade de repasse de Depósitos Interfinanceiros para Microfinanças (DIMs) para as OSCIPs, por parte das agências de fomento. Outro representante dos operadores sugeriu que o BCB abrisse esse mercado para investidores qualificados, o que, no seu entender, promoveria mais transparência como exigência para concessão de *funding*.

Em relação a esse assunto, representante do governo comentou a existência de um programa embrionário de concessão de *funding* para SCMs.

Houve consenso no que se refere à afirmativa de a educação financeira ser o caminho para a transparência.



Grupo D

1ª Rodada

A discussão da 1ª rodada começou com consenso quanto a existir muita divergência no conceito de transparência. Um participante defendeu a transparência como algo absoluto, ou seja, uma instituição é transparente ou não é. Outros preferiram defender o respeito à peculiaridade das diversas instituições que funcionam nesse mercado.

Outra crítica presente nos discursos foi a falta de divulgação, de valorização e de difusão da cultura da transparência entre os *stakeholders* do mercado brasileiro. Afirmaram os debatedores que a transparência é fundamental para o bom funcionamento do mercado, a sua expansão e a confiança dos fornecedores, que trazem recursos para as instituições de financiamento, e dos clientes.

A forma de constituir essa cultura, no entanto, gerou bastante polêmica. Alguns defenderam que o governo deveria exigir, por meio da regulamentação, o comprometimento de todas as instituições. Essa seria a única forma de implementar nova cultura nas organizações. Defenderam a presença de reguladores, disponibilidade de consultoria inicial para instituições com baixo ou nenhum gasto fornecido por organizações não governamentais e auditorias, para garantir a qualidade dos dados e a comparação entre eles. Outros, por sua vez, diziam que o governo deveria estabelecer as regras, sem interferir diretamente, pois a interferência poderia prejudicar algumas instituições financeiras. O alto custo desse processo poderia ser fatal para uma instituição que estivesse no início de suas operações, por exemplo. Para esses debatedores, o incentivo, a divulgação da informação e as exigências do mercado seriam suficientes para pressionar as instituições, que se conscientizariam com o tempo, por si só, da necessidade da comparação. Tornar-se-ia claro que, quanto menos uma instituição financeira demonstrar sobre suas atividades, menor será a oferta de recursos para ela.

Um participante, nesse momento, ressaltou que já existem muitos desses serviços disponíveis, como consultorias por baixo custo, até sem nenhum gasto, oferecido por instituições não governamentais, mas que poucas instituições brasileiras aproveitam essa oportunidade. Para ele, a falta de circulação da informação sobre esses serviços é mais prejudicial do que a falta de regulação. Todos, no entanto, defenderam que o governo deveria estabelecer as regras de padronização de processos e informações, uniformizando os relatórios exigidos por alguns órgãos, como CEF, BNDES, BCB. Esse conjunto de dados serviria para governo, academia e instituições. Também foi unanimidade que a padronização e a regulação das OSCIPs devem respeitar suas peculiaridades, e que as exigências em relação a essas instituições devem ser compatíveis com seu porte.

Destacou-se a conveniência da padronização de contratos, com a preocupação de garantir legalidade dos contratos para o cliente final.

Outro ponto foi a necessidade de uma base de dados com informações de crédito dos clientes – *bureau* de crédito. Por não haver transparência quanto às informações dessa natureza, as instituições não podem impedir as pessoas de contrair vários empréstimos concomitantes em diferentes instituições. Também se sente falta de uma metodologia para cálculo de indicadores de inadimplência. A ausência desses recursos não só faz com que as instituições de financiamento deixem de usar os benefícios e os serviços disponíveis, como também conservam a população ignorante sobre suas possibilidades.

Muitos participantes ressaltaram a importância da educação financeira e abordaram a hipótese da discussão com outras entidades públicas, argumentando o efeito de longo prazo de uma política que ensinasse a população, desde a infância, a gerenciar os recursos disponíveis.

Finalizando a discussão, um debatedor defendeu a importância da regulação e da transparência. Afirmou que devem coexistir para que o *funding* se torne viável e ressaltou que o balanço social e a padronização devem ser considerados pelas instituições brasileiras como investimentos, e não como despesas.

2ª Rodada

A 2ª rodada se iniciou com o resumo de todos os tópicos discutidos anteriormente. Um participante afirmou que a regulação e a transparência estão ligadas e que são requisitos para bom funcionamento do mercado de microfinanças.

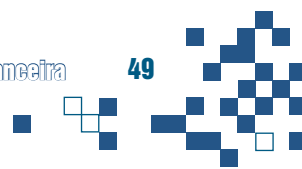
Todos concordaram que é essencial a constituição de um *bureau* de crédito, ou seja, um sistema livre que se comunique com o sistema do BCB, fazendo *upload* por meio da *web*.

Embora fosse unânime a opinião de que não se pode prescindir de efetiva regulação, transparência e base de dados, mais uma vez os participantes discordaram a respeito da forma como deveria ser constituído um sistema adequado ao campo das microfinanças. Alguns defenderam que as microfinanças deveriam ser totalmente inseridas no SFN, pois, dessa forma, seria mais fácil controlar e incentivar a transparência em todas as IMFs. Outros sugeriram a constituição de um sistema de dados semelhante e paralelo ao já existente no BCB, com valores entre R\$700,00 e R\$1.000,00.

A discussão sobre a obrigatoriedade de aderir à padronização e aos critérios de transparência também gerou polêmica nessa rodada, e a preocupação com o excesso de padronização na regulação das instituições financeiras veio novamente à tona. Um debatedor, afirmando que seria importante não incorrer nos erros cometidos, ressaltou a importância de não nos espelharmos em modelos estrangeiros que não possam ser aplicados no Brasil. Conforme sua opinião, deveríamos formular nosso próprio modelo.

Um item que não teve destaque na 1ª rodada e ganhou bastante força nessa discussão foi o conhecimento da população sobre os serviços e produtos financeiros. Esse grupo afirmou que a população não tem conhecimento das operações disponíveis e que, por isso, não as utiliza. Outras vezes, diante de grande oferta de produtos, o cliente sente dificuldade de encontrar um que corresponda à sua real necessidade.

O debate terminou com o comentário de um participante sobre a importância de os *stakeholders* se aproximarem para construir um sistema abrangente, que dê vazão a todas as necessidades da população e possibilite crescimento do país.



Eixo temático: Crédito

Grupo B

1ª Rodada

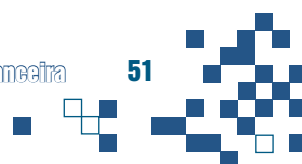
O debate iniciou-se com a conceituação de crédito, cujos pilares são os “5 Cs”, a saber, caráter, capacidade, capital, colateral e condições. Foi dito que a concessão do crédito deve ser pautada por critérios meramente técnicos e econômicos, entretanto, seria fundamental a padronização de políticas de crédito para o setor. O debatedor citou o exemplo dos bancos, que, segundo ele, possuem valores em torno de R\$1,2 bilhão de depósitos compulsórios recolhidos no BCB, mas que esses recursos não são direcionados para o microcrédito porque existe “excessiva regulamentação”. Ressaltou que o atual marco regulatório é “disperso, defasado, oriundo de uma conjuntura inflacionária e instituído sem critérios técnicos, apenas políticos”. Disse que o BCB, ao regular, “foi no extremo da regulamentação”. Diante disso, os custos operacionais das operações de microcrédito desestimulam os bancos a operar nesse segmento de mercado.

Questionado por um dos participantes quanto ao fato de os bancos pretenderem operar diretamente com microcrédito, o debatedor disse que os bancos querem operar, mas que o atual marco regulatório impossibilita de o fazerem. O debatedor novamente teceu críticas ao marco regulatório (Resolução nº 3.422, de 30 de novembro de 2006), principalmente em relação à obrigatoriedade de “direcionamento de crédito”, com a existência de “tetos e limites impositivos”, com o “tabelamento das taxas de juros e do montante máximo de empréstimo”. Em seguida, disse que as garantias deveriam ser pactuadas entre as partes, que a fiscalização do BCB atualmente “penaliza as operações”. Outra crítica foi em relação ao IOF de 1,5% em operações de financiamento de 12 a 24 meses, o que, segundo ele, implica custos extremamente altos, principalmente se comparados à taxa Selic. Quanto à Central de Risco, o debatedor sugeriu reduzir de R\$5.000,00 para R\$100,00 o limite de corte, o que implicaria mais transparência e ampliaria a base de dados para os operadores de microcrédito.

O debatedor disse que, apesar de os correspondentes bancários representarem um modelo bem-sucedido, sofrem ameaças com as recentes decisões do Judiciário que equipararam alguns profissionais dos correspondentes bancários a bancários, pois isso implicará elevados custos trabalhistas e tornará o modelo inviável. Informou ainda que a equiparação está ocorrendo também com os agentes de crédito. Outra preocupação é com a fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que proíbe as farmácias de atuarem como correspondentes, bem como com a intenção da Polícia Federal de exigir a presença de um segurança em cada ponto físico em que haja um correspondente bancário.

Uma debatedora ressaltou que as OSCIPs enfrentam problemas de capacitação técnica de seus dirigentes e de seu corpo funcional. Disse ainda que “a atual legislação é confusa e dispersa”, que traz altos custos e torna inviável o desenvolvimento do 3º Setor.

Posteriormente, um dos participantes perguntou: “Quem regulamenta e fiscaliza as OSCIPs?” Disse que há confusão entre Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho, BCB e outros órgãos no que se refere à regulamentação, à fiscalização e à interlocução com as OSCIPs, o que, segundo ele, causa a sensação de que o segmento “não tem dono”.



Foi dito ainda que é necessário haver legislação contábil própria para as OSCIPs, sendo que a aplicação da Lei das Sociedades Anônimas é inadequada para o setor. Lembrou-se que as normas internacionais de Contabilidade, já em vigor, trarão ainda mais problemas para as OSCIPs. Outra dificuldade comentada foi o fato de não existirem empresas de auditoria especializadas para essas instituições, já que constituir-las seria demasiadamente oneroso. Por fim, fez críticas à falta de profissionalização do setor.

Sobre as OSCIPs, foram abordadas outras questões, como:

- dificuldade de transformação em SCMs;
- falta de padronização das informações e de exigência por parte do Ministério da Justiça;
- educação financeira como aspecto relevante para desenvolvimento do 3º Setor, tanto internamente (gestores e RH) quanto externamente (tomadores finais de microcrédito);
- dilema: lógica de mercado x interesse público das OSCIPs;
- existência de custos elevados, com necessidade de contratação de agentes de crédito;
- preocupação com a possibilidade de equiparação dos agentes de crédito das OSCIPs a bancários;
- dificuldade de acesso a *funding*.

Um dos debatedores disse que o atual modelo das OSCIPs está “fadado ao insucesso”, sendo necessário estabelecer nova formatação jurídica para elas. Disse que, se as OSCIPs “operassem de forma profissional”, elas teriam acesso a *funding*.

Foi relatado que a regulação do setor de cooperativas, nos últimos anos, avançou, e que, apesar do aumento dos custos com a supervisão exercida pelo BCB, o novo marco regulatório das cooperativas trouxe solidez e segurança para o segmento. Foi dito que a possível equiparação dos profissionais das cooperativas aos bancários também preocupa o seguimento cooperativista.

Em seguida, o representante das SCMs reclamou do excesso de regulamentação daquele segmento, ressaltando ser necessário tornar flexíveis as regras atuais, para que empresários se interessem em constituir novas SCMs. Reclamou que a necessidade de ouvidoria interna elevou os custos para o setor. Relatou que “os recursos dos bancos não chegam às SCMs”, o que impossibilita de se direcionar o microcrédito aos tomadores finais.

Por fim, houve algumas propostas, a saber:

- estabelecer, na legislação trabalhista, novo marco regulatório específico para a atividade de microfinanças;
- inserir a disciplina educação financeira no currículo das escolas;
- formular “nova arquitetura” para as OSCIPs e redefinir seu papel (legislação);
- diversificar produtos para ganho de escala das IMFs, por meio de seguro e cartão de crédito, por exemplo;
- fomentar o uso de outras ferramentas tecnológicas de acesso a produtos e serviços, como o *mobile banking*.

2ª Rodada

O debate iniciou-se com a crítica de um dos debatedores a respeito do atual marco regulatório, com normativos que pressupõem que todas as instituições sejam iguais. Para ele, há “sobre-regulamentação”; o BCB emitiu “regulamentação pesada e contra o setor”, ao estabelecer, por exemplo, limites de capital e patrimônio e regras de provisão para devedores duvidosos (PDD) rígidos (Resolução nº 2.682, de 1999). Disse que a obrigatoriedade de “direcionamento de crédito engessou o segmento” (Resolução nº 3.422, de 2006) e, como exemplo, citou que a taxa de 4% a.m. pode ser relativamente baixa para a região Sul do país, mas elevada para a região Nordeste. O mesmo ocorre para outros tipos de operações, já que as instituições poderiam estabelecer taxas diferenciadas para consumo e financiamentos, por exemplo.

Em seguida, um dos participantes criticou a Febraban, dizendo que a regionalidade e a particularidade de cada cliente deveriam ser respeitadas, mas que, de acordo com a Febraban, parece que isso não ocorre.

O representante da Febraban respondeu, dizendo que “os bancos defendem o atendimento de todos, sem exclusão”, mas que a legislação (Resolução nº 3.422, de 2006) impede os bancos de operarem com microcrédito por algumas imposições, a saber:

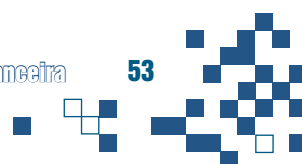
- obrigatoriedade de direcionamento de 2% dos depósitos a vista para operações de microcrédito;
- limitação do montante a ser emprestado ou financiado em R\$1.000,00 para pessoas físicas;
- limitação a 4% da taxa de juros nas operações dessa natureza.

Relatou que os bancos possuem aproximadamente R\$2,6 bilhões de recursos disponíveis, mas que, desse total, cerca de R\$1,2 bilhão está depositado no BCB, na forma de depósitos compulsórios, recursos que poderiam servir de *funding* para o microcrédito.

Outro debatedor citou que os bancos oferecem produtos de acordo com o perfil dos tomadores de crédito, e padronizar esses produtos não seria o caminho adequado. Disse que a legislação é restritiva ao limitar a taxa de juros e os valores dos empréstimos e dos financiamentos. Ressaltou que os bancos, ao emprestarem dinheiro às OSCIPs, são obrigados a classificar essas operações como operações de nível “h”, ou seja, 100% de provisionamento, conforme estabelece a Resolução nº 2.682, de 1999. Tal fato, segundo ele, desestimula os bancos de financiarem as OSCIPs.

Na sequência, foram comentadas algumas questões em relação às OSCIPs, entre as quais:

- falta de transparência, sendo necessário que haja padronização das informações, o que facilitaria o conhecimento desse mercado e o estudo do segmento;
- inexistência de plano contábil definido para essas organizações;
- necessidade de definir único órgão regulador para o segmento. Foi sugerido que o BCB seja o órgão regulador e supervisor das OSCIPs, a exemplo do que ocorre com as SCMs;
- necessidade de estabelecer novo marco regulatório para o segmento, com “novo formato jurídico” para as OSCIPs, e de redefinir o papel dessas instituições;
- falta de profissionalização e capacitação para o setor. Embora muitos gestores possuam “espírito de voluntariado”, falta a eles capacitação técnica;
- falta de auditoria e assessoria técnica para o segmento.



Algumas críticas foram feitas ao Ministério da Justiça, sendo questionada até a capacidade técnica daquele órgão em relação às OSCIPs.

A representante do Ministério da Justiça perguntou qual seria a representatividade das OSCIPs no mercado de microcrédito. Disse estar surpresa com a ênfase dada a elas nos debates, dada sua representatividade no mercado de microcrédito.

Um dos presentes ressaltou que a regulação do setor de cooperativas nos últimos anos avançou muito. Disse que, apesar do aumento dos custos com a supervisão exercida pelo BCB, o novo marco regulatório das cooperativas trouxe solidez e segurança ao segmento.

Foi dito, na sequência, que os bancos repassam recursos para as cooperativas, porque elas são reguladas pelo BCB, o que não ocorre com as OSCIPs, dificultando o acesso a *funding* por elas.

Posteriormente, o representante das SCMs ressaltou que, apesar do que foi exposto, as cooperativas não operam com microcrédito produtivo orientado, apenas com seus associados e cooperados. Disse que a questão crucial não seria a IMF ser regulada ou não, mas mais interesse por parte dos bancos de fornecer *funding* para as IMFs. Foi citado o exemplo de alguns gerentes de banco que “nem sabem o que é Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado”.

Outro debatedor relatou que os bancos não têm vocação para operar com microcrédito, que faltaria conscientização para repassar os recursos disponíveis para as IMFs atuarem no segmento.

Em seguida, o representante dos bancos disse que as instituições bancárias estão preocupadas com recentes decisões do Judiciário que equipararam os profissionais dos correspondentes bancários a bancários, bem como com a intenção da Polícia Federal de exigir a presença de um segurança em cada ponto físico em que opere um correspondente bancário. Citou que recentemente foi publicado um decreto do governador do Amazonas sobre esse assunto.

No final do debate, foi feita crítica ao atual marco regulatório, dizendo que “a sobre-regulamentação ou a falta de regulamentação” seria o grande entrave para desenvolvimento do setor.

Grupo A e C

1ª Rodada

Marco legal

O marco legal das microfinanças é ruim. Ele não contempla a boa governança, não é claro e impõe limite de taxas de juros e de prazos, o que impede o desenvolvimento das microfinanças no Brasil.

Educação financeira

É preciso investir na educação financeira das pessoas que trabalham em instituições de microfinanças. Somente pessoas com bons conhecimentos poderão desenvolver produtos adequados aos clientes de microfinanças.

Produtos adequados

É preciso haver pesquisas que identifiquem exatamente os produtos que o cliente de microfinanças demanda. Hoje, o mercado de microfinanças oferece produtos padronizados, que nem sempre atendem à demanda.

Assimetria de informação

Há assimetria de informação no mercado de microfinanças. Se as regras desse mercado não forem claras, os recursos continuarão escassos.

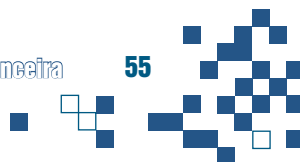
2ª Rodada

Questão: Atendimento à demanda do cliente-alvo e crescimento do mercado

É necessário possibilitar às IMFs que se desenvolvam pela diversificação na operação com produtos, ainda que isso implique mais rigor em sua governança.

O *deficit* habitacional no país representa grande oportunidade para o setor de microfinanças, mas sua exploração demanda equacionamento de questões peculiares a esse segmento, tais como prazo longo de financiamento, estrutura de garantias, instrumentos de cobrança, que apresentam características distintas das presentes nas operações de microfinanças.

Um problema para desenvolvimento das microfinanças no país é que poucas empresas estão, de fato, focadas no cliente de baixa renda, inovando com produtos para atender às necessidades específicas desse público-alvo, típico das IMFs.



Há alguns fatores que inibem as iniciativas nessa linha estratégica: necessidade de simplificar o marco regulatório e de desmistificar a imagem dos bancos, além de fatores culturais. Essas são questões relevantes a enfrentar.

Observa-se, contudo, que há certa movimentação dos bancos para estabelecer relação com o cliente, conceito basilar do mercado das microfinanças.

Questão: Oferta de microcrédito e políticas públicas

Microcrédito hoje não tem dono. Deve ser objeto de política pública específica para estabelecimento das condições ambientais para seu desenvolvimento.

O papel dos bancos públicos deve ser considerado, conforme indicam experiências internacionais.

O governo não deve competir com a iniciativa privada, somente promover ações complementares nos espaços de mercado hostis ao capital privado.

Foi mencionado também que os bancos públicos devem atuar sem limitação, retirando-se dos espaços de mercado apenas na medida que haja ocupação concreta e significativa do mercado pelo capital privado.

Questão: Microempreendedor individual e acesso ao crédito

A legislação referente ao microempreendedor é muito positiva por incentivar a inclusão financeira do mercado informal. Há, porém, problemas a serem superados, relacionados à questão fiscal (emissão de nota fiscal x sistema de tributação).

Questão: Agentes de crédito e correspondentes bancários

O agente de microcrédito não deve se comportar como correspondente bancário. Os correspondentes estão preparados para “vender transações”, e não para “vender crédito”, como é o caso dos agentes.

Apesar do sucesso da iniciativa, a solução dos correspondentes é frágil no que concerne ao marco legal, por não estabelecer, de forma simplificada e clara, as regras do jogo, em âmbito nacional, com força de lei.

Há riscos quanto a questões trabalhistas que envolvem os correspondentes, o que se verifica também relativamente aos agentes (equiparação a bancários), que precisam ser eliminados, para que o modelo de correspondentes possa se conservar e continuar crescendo.

Questão: Marco regulatório: custos e restrições ao desenvolvimento das instituições de microfinanças

A fixação de limites para as taxas de juros causa incongruências no mercado e inibe o desenvolvimento do microcrédito no país.

A norma dos 2% e da destinação desse valor deve ser objeto de reconsideração, dada sua pouca efetividade no formato atual, na promoção do desenvolvimento do mercado.

É fundamental que haja legislação que elimine o espectro sombrio do risco quanto a questões trabalhistas para desenvolvimento do mercado das microfinanças.

Há necessidade de regulamentação ampla para o setor de microfinanças no país.

O interesse crescente de investidores internacionais por esse setor no país impõe reflexão sobre ações de cooperação e modelo regulatório, que abrange relações no âmbito internacional, que possibilitem aproveitamento das oportunidades crescentes que estão emergindo concretamente, em vista da excelente situação do país no quadro internacional.

Limitações legais de captação de grandes investidores devem ser flexibilizadas.

OSCIPs e SCMs deveriam ter possibilidade de captação.

Questão: Assimetria e sistema de informações

A utilização de uma central de crédito pelo setor é um ponto a ser focado.

Faltam instrumentos eficazes para monitoramento do grau de endividamento da população de baixa renda, estando muito centrada no agente a minimização dos riscos resultantes disso.

A sugestão é de que o BCB reduza o valor mínimo, para que a operação se torne visível para as IMFs (R\$100,00, por exemplo) em seu sistema.

Os sistemas de *bureaus* indicam tardiamente o problema de endividamento apontado.

Compartilhamento de informações torna-se fundamental para desenvolvimento seguro do mercado.

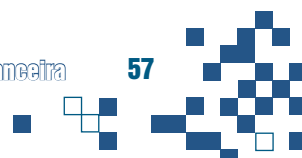
Talvez o desenvolvimento e a administração de um sistema centralizado para compartilhamento de informações devam ser atribuições do setor público, considerando-se os conflitos de interesse que podem advir da troca de informações entre concorrentes.

O compartilhamento não deve levar à concorrência predatória. A regulação pode evitar que isso ocorra. De forma mais apropriada, a autorregulação tornaria viável a iniciativa pelo próprio mercado, fundamental a todo o setor, sanando as questões estratégicas do compartilhamento.

Questão: Expansão do mercado por meio de cartão de crédito

Não é apropriado, no mercado atual de microfinanças, o uso do produto cartão de crédito na sua modalidade convencional, ou seja, como meio de pagamento e de consumo. As possibilidades seriam o crédito ao microempresário, limitado pela escala atual das IMFs, e o celular para a transação.

É possível combinarem-se outras formas de transação com uso de telefonia celular. Também poderiam ser implementados cartões de crédito locais ou regionais, o que representaria um salto na oferta, de acordo com a estratégia de massificação.



Questão: Educação financeira e inadimplência

A educação financeira dos agentes de crédito pode contribuir na melhoria da qualidade da venda, influenciando positivamente na inadimplência.

1ª Rodada

A 1ª rodada se iniciou com discussão sobre o papel do agente de crédito. Afirmou um debatedor que esses agentes diminuem significativamente o risco do negócio, por atuarem nas comunidades e poderem levar educação financeira e empresarial até as pessoas. Entretanto, adverte que há dificuldades relativas à legislação trabalhista, pois, às vezes, os agentes são considerados como bancários. Para preservar o modelo, é recomendável não elevar os custos trabalhistas.

Outro debatedor defendeu a possibilidade de pessoas físicas atuarem como correspondentes, pois, ao se registrarem os agentes de crédito, as promotoras de venda e outros agentes, o monitoramento torna-se mais fácil, o processo fica mais transparente, e as responsabilidades são assumidas por ambas as partes. No entanto, essa questão não foi consensual: parte dos debatedores defendeu que agentes de crédito não devem atuar como correspondentes, apenas efetuar as transações, “sem mexer com dinheiro”.

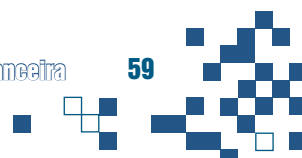
Nesse sentido, um debatedor enfatizou que, selecionando e capacitando bem os agentes, o que abrange o campo emocional, e responsabilizando-os por seus atos, é possível ganhar muito no processo, até em relação ao endividamento dos clientes – por isso não deveriam ser correspondentes. A “blindagem” do agente de crédito também representa, segundo um debatedor, questão fundamental para as pequenas OSCIPs, uma vez que ele deve inspirar confiança e, para isso, deve ser bem selecionado.

Para outros, o agente de crédito poderia ser também um microempreendedor individual, legalizado para ambas as atividades. Nessa linha, outro debatedor defendeu que a atuação do agente como correspondente seria uma forma de legalizá-lo, o que propiciaria capacitação, certificação, controle, entre outras coisas, ou seja, os agentes seriam regulados, e, a isso, corresponderia mais padronização e responsabilização – ideia corroborada por outros debatedores. Em sua opinião, é preciso haver regulação para agentes, “pastinhas”, promotores e outros profissionais, a fim de que tenham mais acesso à educação financeira. Assim, os agentes de crédito seriam capazes de fazer boa análise de crédito e oferecer um produto que fosse útil e acessível a seus clientes. Na visão de outro debatedor, é preciso educação financeira para que haja boa análise de crédito.

Colocou-se, então, a questão do endividamento de clientes ante as IMFs, citando-se o fato de algumas instituições “clonarem” carteiras de clientes, contratando os mesmos agentes de crédito, ou seja, alguns agentes encaminham os mesmos clientes a diversas instituições para solicitar empréstimos.

Segundo um debatedor, deveria ser constituído um *bureau* de crédito, com cadastro positivo, para se conhecerem as pessoas de *ticket* baixo (R\$100,00, por exemplo) e propiciar boa análise de crédito desse cliente, para que as pessoas paguem de acordo com esse parâmetro – ideia corroborada por outros ao longo do debate.

Alguns defenderam que esse sistema deveria ser gerenciado pelo BCB, outros, pela iniciativa privada, mas todos concordaram que sua constituição é vital para o bom funcionamento do mercado.



Sugeriu-se que o compartilhamento não se limitasse às informações sobre os clientes, mas que se estendesse à estrutura dos canais de distribuição – ATMs, por exemplo –, que poderiam ser acessados por IMFs, ainda que pagassem tarifas. Na mesma linha, foi dito, por outro debatedor, que é preciso encontrar um modelo adequado para acesso de pessoas de baixa renda, por exemplo, o telefone celular.

Para um debatedor, a central de risco de crédito do BCB deveria baixar seu valor mínimo para registro de operações para R\$1.000,00. Outra falha apontada por ele é que as operações realizadas com fundos estaduais não sejam contempladas nessa central.

Alguns debatedores argumentaram que os correspondentes deveriam aumentar o portfólio de produtos oferecidos. Outros disseram que eles não sabem vender bem o crédito, e que seria interessante copiar o modelo de corretores independentes de seguros.

Nessa linha de ampliação de serviços, um debatedor defendeu que as SCMs deveriam expandir seus serviços, oferecendo financiamentos e seguros.

A questão sobre dificuldade de acesso a linhas de crédito também veio à tona. Foi feita crítica em relação ao alto valor mínimo (R\$1 milhão) estipulado pelo BNDES há alguns anos. A opção utilizada, segundo o debatedor, são as agências de fomento, que, todavia, existem em poucos estados. Lembra outro debatedor que o crédito dessas agências é exclusivamente “produtivo”. Assim, deve-se buscar outras maneiras de as OSCIPs terem mais acesso a linhas de crédito, até mesmo para poder ter acesso aos 2% previstos em lei.

A discussão sobre o motivo de os 2% dos depósitos a vista destinados ao microcrédito não chegarem a esse fim, ficando grande parte depositada no BCB, deu-se de forma acirrada. Representantes das OSCIPs disseram que a obrigatoriedade de esse repasse ocorrer por meio de DIM torna o processo mais trabalhoso e afirmaram haver pouco acesso a esses recursos.

Um debatedor corroborou a ideia, afirmando que os bancos não possuem estrutura necessária para trabalhar com esse mercado, tampouco as entidades que lidam diretamente com isso. Os bancos não dispõem de metodologias apropriadas para repassar recursos eficientemente a instituições de microcrédito. Por outro lado, essas instituições também não estão suficientemente capacitadas para negociar de forma eficiente com os bancos e, assim, captar seus recursos disponíveis. Segundo ele, isso acabaria gerando sempre prejuízo, então é melhor deixar o dinheiro parado do que repassar por meio de DIM. Para solucionar esse problema, foi sugerido que esses 2% fossem repassados sob a forma de isenção de tarifas às instituições.

Outro debatedor argumentou que falta apenas informação para emprego dos recursos compulsórios para microcrédito – que ele diz utilizar. Em sua visão, os bancos não dispõem de profissionais com conhecimento sobre aplicação desses recursos, mas isso não acarreta prejuízo a eles.

Uma sugestão apresentada por um debatedor para redução de custos nas transações em microfinanças foi a (necessidade de) conferência de assinatura (ser facilitada) com uso de tecnologia, além de se adotar o cadastro de crédito, já mencionado.

Outro ponto criticado foi o fato de a SCM só oferecer crédito produtivo aos seus clientes, argumentando-se que eles poderiam estender esses serviços a financiamentos, seguros e, principalmente, crédito de consumo, pois isso complementaria seus trabalhos e evitaria desvio do crédito produtivo, uma vez que eles não têm como controlar o gasto de seus clientes. Propôs-se, então, que essa limitação seja retirada da regulamentação.

Outra opção mencionada foi financiamento para reforma habitacional: se essas entidades pudessem oferecer esse serviço, a inadimplência poderia cair.

Conforme um debatedor, o diferencial de uma IMF deve ser o acompanhamento, a educação financeira, ainda que esses serviços gerem custos, uma vez que devem ser realizados por agentes contratados, portanto, profissionais da organização.

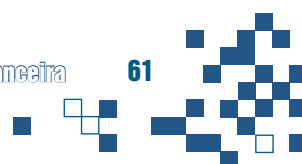
É preciso haver educação financeira, regulação e treinamento para mostrar aos fundadores que as IMFs são especialistas no assunto, pois há desconhecimento sobre esse mercado por parte dos agentes financeiros, segundo um debatedor.

Na visão de um debatedor, as cooperativas de crédito talvez pudessem contribuir, investindo em tecnologias e capacitação para pessoas de baixa renda.

A regulação excessiva, com obrigatoriedade de ouvidoria para instituições reguladas e obrigatoriedade de fornecimento de informações excessivas ao PNMPO, gera custos demasiados, além dos custos tributários, que acabam sendo pagos por meio de *spread* bancário e juros do crédito, limitando os recursos disponíveis para os clientes, na opinião de outro debatedor.

Entende um participante ser essencial que o país consiga atrair o maior número possível de entidades que concedam crédito, mas, para isso, é necessário que os procedimentos estejam padronizados.

Nesse sentido, foi sugerido que o BCB assumisse a função de articulador do setor, sem, no entanto, monopolizá-lo, como ocorreu com o BNDES há alguns anos. No passado, o BNDES era a única fonte de recursos para as instituições do setor de microcrédito, as quais, portanto, dependiam muito daquele banco. A sugestão foi que o BC atuasse com objetivo de articular o setor, sem, no entanto, produzir "dependência" ou "engessamento" para o mercado.



2ª Rodada

A 2ª rodada se iniciou com discussão sobre os custos das operações de microcrédito, que, conforme entendeu um debatedor, deveriam ser baratíssimos. Outro considera que eles constituem fator inibidor para desenvolvimento do microcrédito. Outro indicou formas de reduzir custos, como o repasse direto ao fornecedor do bem a ser adquirido e a utilização de grupos solidários na concessão. Houve ainda quem dissesse que, no caso de cooperativas de crédito, a existência de três esferas no sistema ajudaria a reduzir custos na captação e nas operações em geral, sugerindo que as OSCIPs e as SCMs se organizassem de forma semelhante, para não ficarem tão dispersas – ideia corroborada (à frente) por outro debatedor, que acrescentou que essa central ou essa associação poderia certificar suas filiadas, o que ajudaria até a promover a educação coletiva.

Um debatedor alegou que formar redes para OSCIPs é muito difícil, uma vez que os conselheiros são diferentes dos cooperados de uma cooperativa, e as OSCIPs não costumam se comunicar entre si. A única saída, a seu ver, seria o Ministério da Justiça intervir nessa questão. Para outro debatedor, as OSCIPs não conseguem se reunir em redes, tendo em vista seus problemas de governança; para ele, é preciso definir melhor o papel dos dirigentes (conselheiros), haja vista seu objetivo social.

Outro debatedor trouxe o exemplo de operadoras de turismo que se juntaram e, com disso, conseguiram contratar operações de seguro para os consumidores por preço melhor – ação que, em sua visão, poderia ser usada para captação para microcrédito. Ele considera necessário haver novo marco legal, mas que não enrijeça o setor e esteja sob responsabilidade do BCB, uma vez que a dispersão das atribuições pelos ministérios e órgãos de governo, como se dá atualmente, é prejudicial, ideia corroborada por outros participantes.

Para outro debatedor, isso significaria a mutualização, da captação ou dos seguros, mas ele entende que, preferencialmente a isso, deve haver compartilhamento das estruturas (ATMs, por exemplo), o que seria mais eficiente para reduzir custos.

Um debatedor disse que, para as cooperativas de crédito, o BCB vem sendo um “pai excelente, mas bem severo”, o que teria sido muito importante para fortalecimento da cultura de fusão de cooperativas “inviáveis”. A partir do momento em que as cooperativas vão se fortalecendo, o BCB vai, aos poucos, “liberando”. Recomenda que, ao BCB, seja atribuído o papel de organizador do setor.

Conforme outro debatedor, a aproximação das IFs com as microfinanças depende do custo de oportunidade e da simetria de informações, o que é dificultado pela regulação – crítica explícita aos 2% do depósito compulsório. Propôs como solução a instituição de incentivo aos bancos. Como exemplo, sugeriu que, a cada 2% aplicados em microfinanças, o BCB liberaria 2% do depósito compulsório. Segundo ele, os grandes bancos não conseguem emprestar por prazo longo para as OSCIPs por causa da legislação.

Um debatedor reivindicou a revisão da proibição de as agências de fomento repassarem recursos de DIM por meio das OSCIPs, que, segundo ele, conhecem melhor seu público. No entanto, reconheceu que, após esse repasse, o BCB não poderia mais visualizar a aplicação dos recursos nas OSCIPs.

Um debatedor defendeu a ideia de que há limitação por parte do BNDES para repassar recursos para OSCIPs, uma vez que, por dificuldade operacional, o limite mínimo hoje é R\$1 milhão – valor que, segundo ele, deverá diminuir. Complementou que o BNDES não pode ser o único agente a prover recursos para as OSCIPs. Em sua visão, é preciso haver diversos fornecedores de recursos, para evitar o risco de dependência somente do BNDES, uma vez que a instituição está sujeita a ingerências políticas. Citou o ocorrido em 2003, quando o BNDES cessou o repasse – que considerou “erro” da instituição, que agora tenta reconstruir o modelo. Segundo ele, se as OSCIPs tiverem mais transparência e melhor governança, poderiam captar de instituições no exterior, por exemplo. Outro debatedor questionou a necessidade de buscar recursos no exterior, dada a existência dos recursos do FAT. Lembrou a perda do *funding* do BNDES, ocorrida em 2003, como uma “relação traumática”, ideia corroborada por outro debatedor, que disse que o BNDES “deixou o setor na mão”.

Outro debatedor complementou que o papel do BNDES como fundeador é importante, porque ele emite sinais para o mercado sobre a qualidade do risco das instituições a que empresta. Para ele, quanto mais irrelevante o BNDES se tornar, melhor para o mercado, pois isso significaria que ele (o mercado) já está fortalecido.

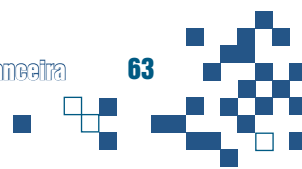
Outro disse que as OSCIPs poderiam ter classificações diferentes e graus correspondentes de exigência, até se tornarem bancos, por exemplo. Mas, para isso, antes, é preciso haver um líder para a área. Para ele, a cultura de crédito está se desenvolvendo, estando mais presente no Nordeste do país. Somente quando isso ocorrer haverá perenidade de *funding*. Lembrou o caso, já citado, do corte do BNDES em 2003. Apesar disso, segundo ele, o setor sobreviveu, e muito bem: “Precisamos de um canal permanente de *funding*, que não fique tão sujeito a chuvas e trovoadas”.

Foi exposta a questão da necessidade de realizar pesquisas para se conhecer a demanda do setor.

Segundo um debatedor, a regulação deve ser flexibilizada de maneira radical, uma vez que, em sua visão, ela “atrasa a concessão de crédito aos pobres no Brasil”. Outro debatedor falou sobre a complementaridade entre crédito produtivo e crédito para consumo, afirmando que a não distinção auxiliaria na sustentabilidade das IMFs.

Outro afirmou: “Sabemos que microcrédito não é crédito subsidiado”. Para ele, é preciso organizar o sistema, com estrutura de regulação simplificada, amigável, para que a população entenda, ou seja, é preciso haver normas simples para regular o sistema de microcrédito, para que a população consiga entendê-las. Em sua visão, para os bancos, o microcrédito será mais um produto em seu portfólio, não necessitando serem especializados nesse assunto, pois podem se associar a agentes repassadores de crédito, como as OSCIPs.

Um debatedor lembrou que o MDS possui um programa de inclusão financeira ligado ao Bolsa Família, com bancarização e educação financeira dos beneficiados.



Eixo Temático: Tecnologia e canais de distribuição

Grupo A

1ª e 2ª Rodadas

Inicialmente o debate concentrou-se na questão da fonte de financiamento para desenvolvimento de tecnologia de informação. Foi consensual a opinião de que os recursos para financiamento não devem vir apenas do Estado, mas sim de diversas fontes. No caso da rede de tecnologia de celulares, representante dos fomentadores argumentou que os recursos para expansão da rede, destinados a ampliar as estruturas para população de baixa renda, deveriam vir unicamente do governo.

Concordando com esse argumento, representante do governo ressaltou que a existência de tecnologia de celulares não significa necessariamente acesso a serviços financeiros, e que, dessa forma, os recursos públicos poderiam vir a ser utilizados no setor de inovação de tecnologia. Considerou a desinformação das operadoras de telefonia celular como causa da não redução dos custos de distribuição de serviços financeiros. Como exemplo, citou a não utilização dos correspondentes como canal estruturado de baixo custo para distribuição de produtos e serviços, por se desconhecer seu funcionamento, o que faz com que esse canal seja subutilizado em diversas localidades. Concluindo, afirmou que a sinergia entre os correspondentes e os meios de pagamento poderia otimizar a prestação de serviços no país.

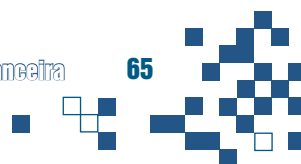
Houve consenso quanto à ideia de que, para construção de políticas públicas que aumentem os canais de distribuição, é preciso entender melhor a demanda e identificar o local em que elas são necessárias. O governo deve fazer investimentos para mapear essas necessidades.

O compartilhamento de canais é apontado como forma de redução de custos para distribuição de produtos e serviços para a população de baixa renda. Representante dos fomentadores citou o banco postal como exemplo disso, lembrando que é uma iniciativa privada.

Comentou-se novamente a necessidade de formulação de políticas públicas para facilitar as operações entre esses canais.

Representante do governo ressaltou que as instituições de microfinanças pouco utilizam os recursos disponíveis de distribuição de produtos e serviços como forma de reduzir o custo de suas operações. Como exemplo, citou a internet, que poderia ser usada para preenchimento de cadastro, e o celular, para efetuar a pesquisa cadastral. O cartão de crédito local também poderia ajudar a reduzir os custos de utilização, pois propiciaria circulação de menos recursos. Em seu entender, para que essas experiências sejam massificadas, é preciso que o público e as necessidades desse público sejam conhecidos.

A afirmação foi corroborada por todos os debatedores. Todos concordaram com a afirmativa de que não adianta desenvolver uma base muito grande de produtos sem que a população deseje ou esteja pronta para utilizá-los. No entanto, deve existir diferenciação entre a tecnologia utilizada para produtos que requeiram mais ou menos contato entre o ofertante e o demandante.



Concordando com essa afirmativa, representante dos operadores ressaltou que o Brasil ainda está muito fraco em serviços de relacionamento em microfinanças, e que, por essa razão, precisamos de tecnologia de proximidade.

Os aspectos envolvidos no processo de massificação das operações de microcrédito *versus* melhoria dos canais existentes para produtos relacionais foi objeto de grande discussão.

O representante do governo afirmou que, para haver produto de microfinança, é preciso que haja escala, e, para haver escala, é preciso massificação. Os operadores complementaram, afirmando que a massificação das operações de crédito requer domínio de tecnologia de microcrédito.

Os fomentadores concordaram com a ideia de que a tecnologia proporciona ganhos de escala e redução de custos, mas que não substitui, por exemplo, um agente de crédito bem treinado. Representante dos operadores comentou que há países em que o agente de crédito é uma profissão, ao contrário do que se dá no Brasil, onde ele é mal remunerado e mal utilizado como descobridor de novos produtos para a instituição.

Segundo representante dos fomentadores, a figura do agente de crédito é necessária, porque não há forma automática de empréstimo a pessoas de baixa renda. No entanto, o custo com encargos trabalhista desses agentes é progressivamente alto, e a lei trabalhista no Brasil impõe diversas restrições para operações massificadas, o que acaba explicando o fato de algumas instituições de microfinanças recorrerem a processos informais para oferta de operações.

A questão trabalhista também foi comentada por representante do governo, ao ser questionado sobre a forma de se utilizarem canais transacionais, como os correspondentes, para abrangerem outros tipos de serviços, como a concessão de crédito. Segundo ele, quanto mais o correspondente se afasta dos serviços puramente transacionais, mais riscos ele corre (em relações de trabalho e em requisitos de segurança). Por essa razão, entende que a ampliação de sua atuação depende de algumas melhorias na regulação, de forma que haja “blindagem” desse canal.

Houve concordância quanto à pouca utilização da tecnologia existente por parte das instituições de microfinanças para distribuição de seus produtos e serviços. A internet foi citada como exemplo de canal que poderia ser mais usado para captação de clientes e para captação de informações sobre eles.

Essa observação foi contestada por um operador, segundo o qual, embora a internet possa ser utilizada como canal de distribuição, ela não atinge a população mais carente. Existem graus de evolução distintos na tecnologia utilizada pelas OSCIPs. Algumas OSCIPs estão evoluídas tecnologicamente, outras ainda usam tecnologia obsoleta.

Também nesse debate foi ressaltada a importância da educação financeira para as instituições operadoras, pois não adianta disponibilizar recursos tecnológicos sem que se eduque o cliente para utilizá-los. Não basta comercializar o produto. Se a venda está sendo feita pelo celular ou pela TV interativa, é importante que o usuário seja educado para isso.

Representante do governo comentou que a não formalização de um histórico de crédito para instituições de microfinanças acaba por vincular um cliente a determinada instituição, para evitar que a análise de cadastro seja reiniciada. Nesse sentido, o debate terminou com a proposta de formulação de um cadastro positivo e de diminuição do valor de operações que devem ser informadas ao Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BCB.

Grupo B

1ª Rodada

Inicialmente, foi abordada a questão da integração de canais como fator vital para aceleração do processo, diminuição de custo e consolidação desse processo. Ressaltou-se que o compartilhamento entre os *players* do mercado pode levar a redução de custos de tecnologia e, assim, ajudar na inclusão. Quanto a isso, foram sugeridos compartilhamento de ATMs e pontos de atendimento, bem como centrais, em que se fizessem as transações necessárias. Além disso, ocorreu a ideia de um posto de atendimento móvel, que chegasse aos municípios em que não há agências bancárias. Foi citada, como exemplo, a compensação de cheques. Enfim, sugeriu-se constituição de uma rede de cooperação de soluções composta pelos atores do mercado, que propicie redução de custos de tecnologia.

Os participantes destacaram a importância de entender o público-alvo e de oferecer produtos que atendam a ele. Consideram essencial empregar a tecnologia para servir o cliente e torná-la inteligível a todas as pessoas, até mesmo àquelas que não têm, sequer, documentos básicos. É fundamental que se amplie o portfólio, para atender melhor às necessidades da população, e que se formule uma padronização que possibilite implementação da tecnologia em maior escala.

Foi destacado, como desafio do mercado de microfinanças no Brasil, a massificação do microcrédito orientado, sendo a tecnologia considerada a fronteira.

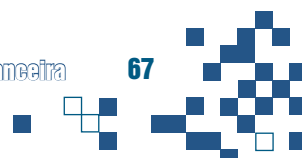
O celular foi mencionado como bom recurso, mas o SMS (sigla correspondente a *Short Message Service*) não é considerado adequado. Ressaltaram que seria importante convidar as operadoras de telefonia para tratar desse problema. Foi comentada a ideia de se instituir uma conta virtual de telefone celular regulada no SFN pelo BCB.

Também foi sugerida a opção de posto de atendimento móvel para regiões que não possuem agências bancárias.

O agente de crédito foi assunto bastante debatido, considerado importante integrador social, pois está presente nos 5.600 municípios. Foi sugerido que as entidades se unissem para estabelecer mecanismos de proteção para os correspondentes e flexibilização da legislação. Sugeriu-se também que houvesse duas figuras de correspondentes que oferecessem produtos diferenciados e tivessem capacitação distinta. O corretor de crédito foi apontado como opção para oferecer produtos além do crédito. Foi proposto que os agentes trabalhassem com um cadastro do empreendedor e com uma estimativa do balancete, com o perfil econômico do negócio proposto e com o perfil social da família do cliente.

O mercado de seguros estava representado e, como exemplo, usou-se o setor, que vem ampliando sua atuação na base da pirâmide. Ressaltou-se que a legislação atual sobre os correspondentes bancários não contempla o seguro.

Foi bastante defendida a ideia de capacitar e treinar esses profissionais, por meio de convênio, para o serviço da educação financeira.



2ª Rodada

A 2ª rodada iniciou-se com a síntese dos tópicos debatidos na 1ª rodada. Esse grupo apresentou muita preocupação com os produtos que serão oferecidos, pois devem ser formulados de acordo com a necessidade do cliente, do empreendedor, e desenvolvidos de forma que sejam englobados todos os tipos de clientes e suas necessidades. Um debatedor lembrou a importância de observar o fluxo de renda sazonal de alguns clientes.

Também se defendeu a cooperação com o governo e com entidades de ensino, de forma que se amplie a educação financeira sistematicamente, para que a população possa fazer uso adequado e pleno das facilidades que se oferece. Foi sugerido ampliação do crédito para pessoa jurídica, já que hoje esses clientes só podem ser atendidos como pessoas físicas.

Destacou-se que tecnologia é fundamental para otimizar os recursos disponíveis e diminuir gastos com correspondentes. Embora seja essencial algum tipo de serviço que chegue até o empreendedor, muitos debatedores ressaltaram que o custo com essa mão de obra impossibilita o processo. Além disso, eles apresentaram preocupações de ordem trabalhista, de segurança e de regulação de outros órgãos.

O desafio é incrementar tecnologia que possibilite inserção do mercado de microcrédito. Ela precisa oferecer segurança, estar distribuída por todo o território nacional, ser automática e envolver o menor número de pessoas possível. Para isso, houve algumas propostas de solução. Uma delas foi o celular, como já foi citado, por estar disponível a quase toda a população do Brasil. Entretanto, para alguns participantes, não parece dispositivo seguro para isso. Outros argumentaram que se trata de um mecanismo mais barato, já que o aluguel de ponto e de máquinas sairia bem oneroso. Outra sugestão bem aceita foi a utilização dos Correios como canal de distribuição, por sua abrangência e pela confiança que lhe é conferida pela população.

Outra sugestão foi elaboração de um cartão com bandeira local, com transporte de valores. Ele geraria redução de custos e circulação de moedas, fomentando a cadeia de valor da região. Um participante complementou que a estrutura para trabalhar com análise de crédito em microfinanças é muito distinta da estrutura usada em análise de crédito tradicional. Ele afirmou que os bancos, por sua estrutura, por seu porte e pelo tipo de serviços que oferecem, não estão habilitados a oferecer esse novo tipo de produto e sugeriu que fossem estabelecidas parcerias com as instituições de microfinanças, para gerar mais canais de produtos para os clientes.

Eixo Temático: Outros produtos

Grupo A

1ª Rodada

A primeira manifestação dos participantes na 1ª rodada do tema Outros produtos foi quanto a opções de produtos a serem levados ao público por meio das instituições não reguladas (OSCIPs). Uma das opções seria o cartão de crédito como forma de inclusão no sistema de microcrédito, para minimizar o tempo despendido pelos administradores com burocracia nas instituições bancárias, visando a liberação de créditos.

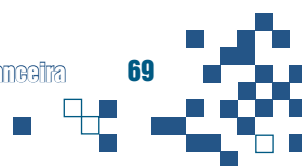
Houve divergência e largo debate em relação aos produtos que devam ser oferecidos pelos *players* no mercado de microfinanças. Para alguns, não deve haver restrições, e todos os produtos devem ser oferecidos por todas as IMFs. Para a maior parte, contudo, as OSCIPs não devem fazer operações que envolvam poupança e microsseguros, por se tratar de operações em que há captação de recursos da população que ocupa a base da pirâmide social.

Foi comentado que as OSCIPs devem ser reguladas para poderem crescer e operar com produtos diversificados. Ademais, a diversificação de produtos deve ser encarada como premissa para aquelas IMFs que desejarem se manter no mercado. Outro ator defendeu que a regulação deve ser feita de forma gradual e que deve ser precedida de autorregulação no setor.

Um dos debatedores destacou os benefícios advindos da integração de produtos na inclusão financeira, especificamente no ramo de atividades de microcrédito e microsseguros, e destacou que a regulação tem de existir, de forma que proteja o consumidor final, que é um público de baixa renda.

Nesse ponto, foram abordadas as questões da deficiência de dados e da falta de pesquisas específicas na área, que identifiquem a real necessidade desse público de baixa renda, que quantifique essa necessidade e indique a distribuição geográfica das necessidades. Destacou a carência de séries históricas, pesquisas e avaliações no mercado de novos produtos, diferentes do microcrédito.

Foi destacada a pesquisa patrocinada pelo BNDES sobre o setor, em 2007 e 2008. Os resultados do I Fórum de Inclusão Financeira deveriam ser cruzados com os resultados daquela pesquisa. Ademais, um ator destacou a importância do intercâmbio de informações entre os órgãos do governo, como a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a FGV e o IBGE.



2ª Rodada

O debate se iniciou com a fala de um dos debatedores a respeito da atual regulamentação, que amarra os operadores do mercado na questão da oferta de inovações financeiras.

A seguir, houve consenso quanto a sustentabilidade. Para a maior parte dos debatedores, existe o entendimento de que qualquer oferta de produtos no mercado de microfinanças deve agregar valor ao lucro da IMF. Sendo assim, a quem caberia o financiamento de um *bureau* de crédito público de consulta gratuita? Ele deve existir, contudo, como forma de negócio sustentável.

Nesse ponto, mais uma vez foi abordada a necessidade da educação financeira do público de baixa renda, antes da oferta de novos produtos, como forma de reduzir o grau de inadimplência nos novos produtos, sejam de consumo, sejam de crédito produtivo. Adiante, outro ator propôs que a educação financeira seja feita por meio do sistema S – Sebrae, Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) – e caminhe lado a lado com a inclusão financeira.

Um dos atores sugeriu que o crescimento das OSCIPs passe pela fusão destas com as SCMs. Assim, a deficiência de uma seria suprida pela outra. As OSCIPs detêm o conhecimento do público-alvo por meio de agentes de crédito, e as SCMs detêm a possibilidade de acesso a *funding* graças a sua regulação pelo BCB. Assim, foi imaginando uma fusão em que teria uma SCM controlada por uma OSCIP. Adiante, outro ator deu como exemplo de parceria que envolve educação e crédito a união de uma SCM com uma OSCIP. Nesse caso, não haveria perda de eficiência, fato que seria comum nos casos que envolvem parcerias para captação e oferta de crédito.

Outro ator declarou que a necessidade de uma IMF de oferecer outros produtos reside no fato de que, se não o fizer, o cliente irá buscar esse produto no mercado e, na falta da devida educação financeira, estará sujeito a contrair crédito sem condições de pagar e tornar-se inadimplente na primeira IMF. Assim, uma IFM deve estar apta a oferecer todos os produtos e fornecer a devida orientação financeira, para evitar que o cliente assuma dívidas acima de sua capacidade de pagamento.

1ª e 2ª Rodadas

Apesar de as microfinanças terem sua origem no microcrédito produtivo, outros produtos são necessários para atender às necessidades da população de baixa renda (microseguros, financiamento para reforma e construção e outros). Essa população, na maioria, não possui reservas para atender a eventualidades, como despesas inesperadas com saúde, danos provocados em residências por acidentes ou fenômenos naturais, despesas decorrentes de falecimento de um ente da família.

Para atender ao seu público com mais eficiência, as instituições precisam dispor de resultados de pesquisas, para conhecer melhor as necessidades desse segmento, observando os aspectos econômicos e sociais de cada região do país.

Os produtos financeiros existentes devem ser customizados para atender à população de baixa renda. Essa adaptação requer, por meio de inovação, diminuição dos custos dos produtos oferecidos. O produto eletrônico na ponta é facilitador do microcrédito. Assim, os cartões de microcrédito facilitariam a oferta de produtos. O telefone celular, em decorrência de sua popularização, seria também bom instrumento para oferecer serviços financeiros. Os correspondentes são muito importantes, pois facilitam o acesso aos serviços bancários para as populações mais isoladas.

A diversificação de produtos e o *bureau* de crédito de custo mínimo com informações positivas e negativas foram considerados importantes para fortalecimento e desenvolvimento do setor.

Os debatedores salientaram que as instituições comerciais já oferecem crédito para consumo, porém com alto custo, à população de baixa renda.

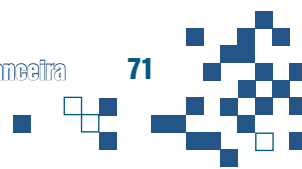
A oferta de produtos deve estar atrelada à educação financeira, com o objetivo de divulgar com clareza as características de cada produto oferecido e evitar o endividamento irresponsável da população de baixa renda. Os produtos devem ser oferecidos de maneira responsável.

A maioria dos debatedores indicou a necessidade de regulação mínima para o setor, embora tenha havido posicionamento que priorizou a organização das instituições de maneira proativa, com elaboração de projetos e planos de ação como meio de fortalecimento, independentemente de regulação.

Os produtos oferecidos pelas OSCIPs poderiam variar de acordo com o grau de governança e transparência da instituição. As OSCIPs mais bem conceituadas ofereceriam uma gama diferenciada de serviços.

Foi diagnosticado que as instituições precisam melhorar sua governança e sua transparência antes de oferecer produtos por meio dos quais captariam recursos do público. A captação de recursos possibilita ampliação das microfinanças e exige regulação. A cobertura do Fundo Garantidor de Crédito seria interessante. A captação de recursos deveria ocorrer com investidores qualificados.

O grupo mostrou preocupação também com a ausência de legislação no que tange aos crimes eletrônicos.



Moedas sociais, bancos comunitários e outras iniciativas

18 de novembro de 2009

Introdução – O Banco Central do Brasil e as moedas sociais¹

Embora no sistema capitalista a existência de moedas alternativas tenha sido constante nos últimos três séculos, foi a partir da década de 80, com a instituição dos *Local Exchange Trading Systems* (Lets) no Canadá, que elas começaram a ter mais expressão. O caráter social desse instrumento vem do poder integrador e gerador de desenvolvimento local, por ser administrado pelos próprios usuários e por pautar sua circulação na confiança mútua entre os membros de uma comunidade. Experiências como essas já se espalharam por diversos países, como Estados Unidos, Espanha, Inglaterra, México e Argentina.

No Brasil, há várias experiências com moedas sociais circulantes locais com lastro em reais, emitidas por bancos comunitários apoiados pelo governo federal por meio de políticas públicas de finanças solidárias, incentivadas pela Senaes, instituída em 2003, na estrutura do MTE. Em parceria com o BNB, a Senaes realizou convênio com cinquenta entidades de fomento para instituição de fundos rotativos solidários no Nordeste, geridos pelas próprias comunidades, que oferecem crédito e propiciam formação de poupança comunitária.

Como os bancos comunitários são organizações comunitárias sem fins lucrativos, que possuem relações contratuais com instituições bancárias, ora como correspondentes, ora como agentes de microcrédito, o BCB, como executor da política monetária e emissor exclusivo do meio circulante em nome da União, tem interesse direto no estudo e no acompanhamento das experiências de moedas sociais.

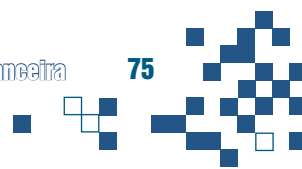
O estudo e o acompanhamento das moedas sociais por parte do BCB possibilitarão melhor compreensão sobre o alcance e a distribuição de moedas sociais em todo o território nacional e, caso seja considerado conveniente, tornarão viável a implementação de medidas específicas para evitar distorções ou prejuízos aos usuários desses instrumentos.

Além disso, a prospecção sobre as experiências em moedas sociais ou complementares prevê:

- (i) possibilidade de antecipação de questões relevantes ao funcionamento das moedas sociais, no âmbito da teoria econômica, conforme se verifica por analogia entre moedas sociais e outros sistemas de trocas já estudados;
- (ii) possibilidade da comparação dos sistemas de moedas sociais do Brasil com os de outros países, com o objetivo de conhecer especificamente a atuação das autoridades monetárias;
- (iii) contribuição para desenvolvimento de relações econômicas pautadas na cooperação e na solidariedade; e
- (iv) contribuição para fortalecimento das políticas públicas de inclusão formuladas pelo governo federal.

Nesse contexto, foi elaborado o projeto Moedas Sociais, aprovado pela Diretoria Colegiada na sessão de 19 de abril de 2007 (Voto BCB 109/2007), com o objetivo de conhecer e acompanhar, de forma contínua, o processo de criação e difusão das moedas sociais no Brasil. As atividades previstas nesse projeto tiveram início em setembro de 2007. Entre os avanços realizados nos primeiros meses, merecem destaque o levantamento e a análise de bibliografia especializada e as visitas de campo, além de estudos e pesquisas sobre moedas sociais com base em experiências nacionais e internacionais, conduzidos por equipe do Deorf e da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC).

¹Texto elaborado com base no Voto BCB nº 400/2009, aprovado pela Diretoria Colegiada na sessão de 11 de novembro de 2009.



No Brasil, foram realizadas visitas técnicas ao Banco Comunitário Palmas, ao Banco Comunitário Bem, e foram entrevistados quatorze bancos comunitários de desenvolvimento durante o Seminário Banco Palmas – 10 anos, realizado de 28 de fevereiro a 1º de março de 2008, em Fortaleza, no Ceará. No exterior, foram entrevistados os responsáveis e/ou participantes para coleta de informações em visita a *Victoria Lets* e *Salt Spring Dollar*, no Canadá; *Tianguis Tlaloc* e *Xico*, no México; *Berkshare* e *Ithaca Hours*, nos Estados Unidos; e *Crom Alternative Money*, na Croácia. Também houve aquisição de bibliografia destinada a fornecer suporte técnico às atividades a serem desenvolvidas; participação em eventos, congressos e reuniões no Brasil e no exterior, para coleta de informações e debate sobre a economia social, merecendo registro a apresentação de *paper* na 1ª Conferência Internacional de Pesquisa em Economia Social (Ciriec), no Canadá – de 22 a 25 de outubro de 2007; e publicação de artigo no *International Journal of Community Currency Research* (IJCCR), em 2009.

Entretanto, após seis meses de execução, verificou-se impossibilidade de continuidade das atividades do projeto, em razão da consecução de problemas, previstos nos riscos do projeto, como escassez de mão de obra. As atividades do projeto foram então suspensas em março de 2008, sem prejuízo do andamento de atividades que não dependiam de recursos financeiros e que podiam ser realizadas sem uso extensivo de mão de obra. Uma vez que o problema de escassez de mão de obra se manteve, o projeto não foi retomado formalmente.

Na sessão de 2 julho de 2009, por meio do Voto BCB 253/2009 a Diretoria Colegiada do BCB aprovou o projeto Inclusão Financeira, com promoção de evento específico sobre Moedas Sociais, com os objetivos de debater o assunto com atores ligados ao tema, discutindo-se limites e possibilidades desses instrumentos, e de verificar o melhor caminho para se efetuar acompanhamento sistemático da evolução do uso das moedas sociais no Brasil – objetivo principal do projeto Moedas Sociais.

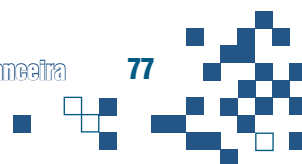
Com a aprovação do projeto Inclusão Financeira, houve oportunidade para se propor novo encaminhamento do projeto Moedas Sociais, de maneira mais consistente com a atuação do BCB para promover a inclusão financeira no país. Ocorre que a rápida proliferação de moedas sociais circulantes locais emitidas por bancos comunitários decorre da difusão de políticas públicas de finanças solidárias, incentivadas pela Senaes, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). A estimativa dessa Secretaria é que, nos próximos anos, pelo menos 180 dessas instituições estejam em funcionamento, atuando, simultaneamente, como alternativa institucional de acesso a produtos e serviços financeiros e como agente de promoção do desenvolvimento territorial local, especialmente nas comunidades pobres.

A incorporação do projeto Moedas Sociais ao projeto Inclusão Financeira foi aprovada pela Diretoria Colegiada na sessão de 11 de novembro de 2009 (Voto BCB 400/2009). Com isso, eliminaram-se os riscos relacionados com a equipe de trabalho, reduziram-se custos e possibilitou-se que, em sinergia com as demais iniciativas do BCB, direcionadas à promoção da inclusão financeira no Brasil, o Comitê de Inclusão Financeira do BCB – composto por representantes das áreas que se envolvem direta ou indiretamente com o tema, sob coordenação da área de Normas e Organização do Sistema Financeiro – definisse e conduzisse adequadamente a matéria, considerando as diretrizes do governo federal, as possibilidades legais e as competências do BCB. Na mesma decisão, foi aprovada a formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o BCB e o MTE, voltado para estabelecimento de ação coordenada das atividades de estudo e para acompanhamento da evolução do uso de moedas sociais no Brasil, bem como para intercâmbio de informações e outras atividades relacionadas à matéria.

Dessa maneira, o terceiro dia do I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, 18 de novembro, foi dedicado ao tema moedas sociais, bancos comunitários e outras iniciativas, com o objetivo de discutir os limites e as possibilidades para as moedas sociais no Brasil, com base nos primeiros resultados dos estudos realizados no âmbito do projeto Moedas Sociais. Na ocasião, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre o BCB e a Senaes.

As exposições que se seguem foram selecionadas com o propósito de fornecer visão geral da situação em que se encontram as experiências nacionais e internacionais com moedas sociais e de fornecer elementos para aprofundamento da discussão sobre limites e possibilidades do uso de moedas sociais no Brasil. A relevância do assunto situa-se no mesmo plano das discussões ocorridas nos dois primeiros dias do I Fórum e diz respeito à necessidade de se construir um sistema financeiro eficiente, sustentável e inclusivo, com utilização de inovações tecnológicas ou metodológicas que possam assegurar amplo acesso da população de baixa renda aos produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras.

Os textos que compõem este relatório foram preparados pela equipe de redação do I Fórum e apenas sumariam as exposições realizadas, registrando a perspectiva da variedade de aspectos abordados, que merecem ser mais bem examinados. Por contemplarem parcialmente as idéias apresentadas, não indicam a posição dos autores ou do BCB sobre nenhuma questão de fato ou de direito envolvida nos assuntos tratados, nem substituem as apresentações realizadas, que se encontram disponíveis no sítio do BCB na internet, em <www.bcb.gov.br/?microfin>.



Painel de abertura do evento

Luiz Edson Feltrim – Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro

Francisco Siqueira – Procurador-Geral do Banco Central

José dos Santos Barbosa – Chefe-Adjunto do Departamento do Meio Circulante

A abertura da discussão sobre moedas sociais, bancos comunitários e outras iniciativas foi feita pelo chefe do Deorf, Luiz Edson Feltrim, unidade do Banco Central responsável, naquela data, pela execução dos dois projetos estratégicos – Inclusão Financeira e Moedas Sociais –, e contou com a participação do procurador-geral do Banco Central naquela data, Francisco Siqueira, e do chefe-adjunto do Departamento de Meio Circulante (Mecir), José dos Santos Barbosa.

Após saudações aos participantes pelo chefe do Deorf, o chefe do Mecir relembrou rapidamente o episódio que envolveu o Banco Palmas, em 2001, quando o BCB comunicou ao Ministério Público a existência de indícios de infração penal com base em notícia veiculada de que a Associação de Moradores do Conjunto Palmeira, em Fortaleza, estaria emitindo moeda, registrando que a situação foi posteriormente esclarecida. Por sua vez, o procurador-geral declarou que o episódio estaria superado, informando que visitou o Instituto Banco Palmas e encontrou ali uma associação comunitária, que tem por objetivo promover o desenvolvimento da comunidade em que se situa.

Painel 1 – 1ª. Sessão – Moedas Sociais e Bancos Comunitários

Moderador: José dos Santos Barbosa – Chefe-Adjunto do Departamento do Meio Circulante do Banco Central do Brasil

Sondagem das Moedas Alternativas em Curso no Brasil (Cordel/BNB)

Sheila Sztutman – Pesquisadora do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local

A palestra intitulada Sondagem das Moedas Alternativas em Curso no Brasil (Cordel/BNB) apresentou o resultado de pesquisa realizada pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local (Cordel) em parceria com o BNB em 2007, sobre alguns produtos oferecidos pelos bancos comunitários para as populações de baixa renda, que têm dificuldade de acesso ao sistema financeiro tradicional.

O objetivo da pesquisa foi verificar como funcionam as experiências com moedas alternativas em curso no Brasil, quais as motivações sociais para que essas moedas existam e qual o significado delas. A pesquisa também teve por finalidade subsidiar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento territorial.

Os resultados da pesquisa demonstraram que as práticas de moedas sociais estão inseridas na construção de propostas para geração de trabalho e renda. As moedas sociais são criadas e utilizadas por empreendimentos econômicos solidários, têm origem na própria comunidade e podem ser encontradas em clubes de trocas ou em bancos comunitários. Em geral, elas não são emitidas aleatoriamente pelos bancos comunitários, uma vez que existe o lastro em real. A impressão é feita em gráfica própria, com os cuidados necessários para evitar falsificação.

Os bancos comunitários têm normas e regimentos e exercem função pedagógica ante a população, na área financeira. Com exceção do Banco Comunitário do Rio Grande do Sul, essas

organizações atuam como correspondentes de instituições bancárias, facilitando o acesso aos serviços financeiros. O crédito fornecido pelos bancos comunitários à população de baixa renda tanto pode ser em real quanto em moeda social, sem cobrança de juros ou com juros de valor extremamente inferior ao que se observa na maioria dos programas de microcrédito. Os bancos comunitários se constituem em localidades com deficiência dos bancos convencionais. As experiências mais significativas são a do Banco Palmas, no Ceará, que serviu de paradigma para a maioria dos bancos comunitários, e a do Banco Bem, no Espírito Santo. O Banco Bem, localizado no Espírito Santo, também repassa o benefício do programa Bolsa Família.

Por fim, a palestrante mencionou que os bancos comunitários têm propiciado fortalecimento das comunidades em que atuam. Ao mesmo tempo em que, por seus valores e quantidade de transações, o impacto dessas experiências na base monetária é pequeno, observa-se nas comunidades alto impacto social.

A Experiência do Banco Palmas (CE) e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários

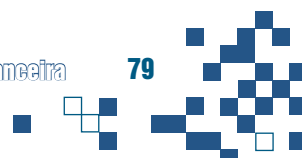
João Joaquim de Melo Neto Segundo – Coordenador-Geral do Instituto Banco Palmas

A palestra sobre a experiência do Banco Palmas, em Fortaleza, e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários foi proferida pelo presidente daquela instituição, Joaquim de Melo. O palestrante destacou a importância do reconhecimento público, manifestado pelo procurador-geral do BCB, de que o uso da moeda social na forma proposta pelo Banco Palmas não caracteriza o ilícito penal. Lembrou que, em determinado momento na existência do Banco Palmas, ao mesmo tempo em que ele era convidado a proferir palestra nas dependências do BCB para explicar o funcionamento do banco comunitário, ele recebia ordem de prisão deflagrada por um processo que teve início em outro setor e afirmou que o posicionamento ora uniformizado no âmbito do BCB mudaria a história dos bancos comunitários no Brasil, por trazer mais segurança jurídica às práticas propostas pelo Instituto Banco Palmas.

Em seguida, Joaquim de Melo relatou diversos pontos, remontando à fundação da instituição, que começou suas atividades em 1988. Contou que a instituição do Banco Palmas se deu para suprir a necessidade de levar recursos financeiros a localidades distantes e sem acesso ao sistema financeiro e bancário regular. Explicou que os bancos comunitários prestam serviços financeiros solidários sob a lógica da economia solidária, com o objetivo de desenvolver a economia local. Atuam como correspondentes de instituição bancária e fornecedores de microcrédito produtivo ou microcrédito para consumo, o que pode ocorrer por meio de contrato que firmam com o mesmo banco, como no caso do BB.

Todas as operações feitas com a moeda social circulante local palmas estão lastreadas na proporção de 1 x 1 em relação aos reais, ou seja, só são emitidas palmas que estejam lastreadas em moeda corrente. Como incentivo ao uso da moeda local, os pagamentos e as compras feitas com uso de palmas recebem desconto de 5% no seu valor de face. Dessa forma, boa parte do produto da região fica retida e é utilizada para retroalimentar e ampliar a circulação de bens e serviços na economia local.

Desde 2005, em parceria com a Senaes, é incentivada a ampliação de uma rede de bancos comunitários. Hoje há 51 bancos comunitários em atividade, e o Instituto Palmas é o gestor da rede em parceria com o BB. Para que essa rede de bancos comunitários continue crescendo, o expositor mencionou os pontos seguintes, que precisam ser mais bem examinados.



- Como lidar com riscos? Os riscos atualmente são assumidos exclusivamente pelo banco comunitário apesar da parceria com as instituições bancárias. Por exemplo, não há garantias em caso de roubo.
- Quem é o financiador do banco? O crédito existente, por ser crédito bancário, geralmente é caro.
- Quais são os mecanismos de garantia? É necessário instituir um fundo de aval.
- Quais os produtos adequados? As contas simplificadas precisam ter o valor máximo de depósito aumentado de R\$1 mil para R\$5 mil.
- Quais as maiores dificuldades? O prazo da obrigatoriedade do alívio de numerário deve ser ampliado.
- Que normas devem ser seguidas? Um marco legal e regulatório deve ser estabelecido.
- Como fortalecer os bancos comunitários? Um programa nacional para fortalecimento dos novos bancos comunitários e das OSCIPs deve possibilitar manutenção dessas instituições por, pelo menos, 3 anos.

A Experiência do Banco Bem e da Associação Ateliê de Ideias (ES)

Leonora M. L. Mol – Fundadora e Diretora-Presidente da Associação Ateliê de Ideias

Leonora Mol realizou exposição sobre a experiência do Banco Bem, que se originou na Associação Ateliê de Ideias, constituída por um grupo de costureiras em 2003, de uma comunidade marcada por pobreza e violência em Vitória, no Espírito Santo. O capital do banco começou com apenas R\$300,00, doados por pessoas da igreja local. O dinheiro foi emprestado com sucesso.

Com o pouco dinheiro adquirido, a comunidade passou a emprestar parte desse resultado para dois empreendimentos iniciarem suas atividades. Foi assim que as comunidades do entorno do Banco Bem perceberam a importância do crédito para combater a pobreza e a falta de opção de trabalho e renda.

Dois anos depois, em vista do sucesso inicial do empreendimento, o mesmo grupo de igreja resolveu fazer uma doação muito mais substancial, dessa vez de R\$19 mil. Com esse dinheiro, foi aberto o Banco Bem. Do total da doação, R\$9 mil foram direcionados para concessão de crédito na comunidade. Mais tarde, o banco recebeu aportes adicionais de R\$130 mil da prefeitura e de R\$25 mil da Petrobras. Hoje existe um grupo de culinária, um grupo de produtos de limpeza e uma fábrica de tijolos ecológicos.

O Banco Bem tem caráter estritamente solidário e comunitário. A comunidade tem papel determinante nas decisões de crédito. Os moradores e clientes fornecem uma massa disseminada de informações que ajuda a tornar o processo de concessão de crédito mais eficiente.

Os princípios de atuação do Banco Bem envolvem visão de crédito solidário e de finanças de proximidade. Banco e moradores são parceiros, e todos participam do processo de concessão de crédito.

O Banco Bem dispõe de uma moeda social, o bem, muito utilizada na comunidade. O juro de empréstimos concedidos na moeda social é zero, e os juros dos empréstimos concedidos em reais variam de 0,5% a 1%.

Existe parceria com a CEF, instituição da qual o Banco Bem é correspondente bancário. Por meio dessa parceria, o banco comunitário oferece diversos tipos de crédito: crédito produtivo, crédito para consumo e crédito habitacional, que envolve crédito, assistência técnica e construção de casas com tecnologia ecológica.

Painel 1 – 2ª. Sessão – Moedas Sociais e Bancos Comunitários

Moderador: José Ricardo da Costa e Silva – Assessor Sênior do Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central

A Experiência de Incubação dos Bancos Comunitários em Redes Locais de Eco-Sol: o caso da Ites/UFBA

Genauto França Filho – Professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e Coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (Ites/UFBA)

Na palestra A Experiência de Incubação dos Bancos Comunitários em Redes Locais de Eco-Sol: o caso da Ites-UFBA, o professor Genauto França Filho defendeu que, para combater a pobreza, deve-se ir além das teorias econômicas convencionais e afirmou que os bancos comunitários devem ser considerados fomentadores da reorganização das economias locais. Esses bancos mesclam a lógica mercantil com a lógica não mercantil e com a lógica não monetária, ao utilizar as chamadas moedas sociais. As moedas sociais devem ser consideradas como tecnologia inovadora e socialmente adequada para promover desenvolvimento local, pois, além de internalizar a renda na comunidade, leva a interação entre o indivíduo e seu meio social.

Mediante a multiplicação de relações sociais de vizinhança, as moedas sociais incentivam o fortalecimento da economia local, fazendo com que boa parte da produção e do consumo se conserve na própria comunidade. Foram mencionadas pelo expositor quatro experiências com bancos comunitários acompanhadas pela Incubadora de Tecnologia em Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia (Ites/UFBA): Guia, em Salvador, Eco-Luzia, em Simões Filho (BA), Ilhamar, em Vera Cruz (BA), e Casa do Sol, em Cairu (BA), que utilizam, respectivamente, as moedas Guine, Trilha, Concha e Tinharé.

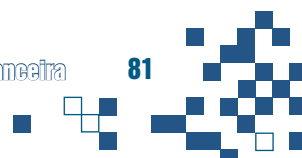
Genauto alerta que esse instrumento não deve ser visto como mecanismo convencional de inserção no tradicional sistema econômico de competição, no qual se observa contínuo *deficit* entre a oferta e a demanda por trabalho, fazendo com que não haja oportunidade para todos e potencializando a possibilidade de que a economia de mercado se transforme em sociedade de mercado.

Os bancos comunitários propõem novo modo de pensar e agir no espaço público, por meio de cooperação, em razão de problemas concretos vivenciados pelas comunidades no seu dia a dia e pressupõem nova forma de ação política autogestionária, voltada para a transformação dos processos cotidianos, que experimenta outros valores e lógicas associados ao trabalho econômico.

A Experiência do Banco dos Cacaos em Parceria com a Prefeitura de São João do Arraial (PI)

Francisco das Chagas Limma – Prefeito de São João do Arraial

O prefeito Francisco de Chagas Limma se apresentou e iniciou sua palestra sobre a experiência do Banco dos Cacaos em parceria com a prefeitura de São João do Arraial, mostrando alguns *slides* do município, localizado no norte do Piauí, um dos estados mais pobres do país, no território dos Cacaos, quase na divisa com o Maranhão, com apenas 7.822 habitantes.



A região, onde costuma chover muito, apresenta concentração de plantações de babaçu, chamadas babaçuais, fundamentais na dinâmica da economia do município. Esse vegetal é usado no artesanato, na produção de carvão, na fabricação de móveis e objetos de decoração e, principalmente, na produção de azeite. Do mesocarpo – fibra existente entre a casca do babaçu e a amêndoa –, extrai-se a farinha do babaçu, usada para se prepararem pratos típicos e para produzir babalate, o chocolate da região. Além dessa cultura, há no município agricultura de subsistência – arroz, feijão, milho e mandioca – e criação de pequenos animais como suas principais atividades econômicas.

De acordo com o IBGE, o município apresentava população de 7.822 habitantes em 2008, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,528 – o 21º menor do estado. Cerca de 72% da população possuía renda menor que meio salário mínimo. Apesar desses números, o município se destaca como polo de desenvolvimento local sustentável, devido ao crescimento dos empreendimentos solidários.

O prefeito informou que, em 2006, o meio circulante de São João do Arraial era de apenas R\$850 mil. De acordo com o palestrante, dos R\$850 mil que circulavam pelo município, apenas R\$80 mil, ou seja, menos de 10%, era oriundo da produção.

No princípio de sua gestão, o dinheiro deixava de circular em São João do Arraial para ser utilizado em outros polos comerciais, fator que dificultava o desenvolvimento do comércio e da cidade. Dessa observação, veio a ideia de se constituir um tipo de instituição bancária resultante da parceria do poder público com a comunidade. Após várias reuniões, decidiu-se pela implementação de um banco comunitário.

Assim, em 2007, constituiu-se o Banco dos Cocais, com moeda própria e de abrangência local. O banco comunitário é gerido por um conselho monetário local, formado por representantes do poder público e por vários grupos da sociedade civil organizada, todos abrigados pelo “guarda-chuva” do Centro de Organização Comunitária e Apoio à Inclusão Social (Cocais).

Das ações e atividades desenvolvidas pelo Banco dos Cocais, que passou a atuar como agente de microcrédito solidário, o expositor ressaltou: prestação de serviços à administração pública para pagamento de benefícios e de servidores municipais; atuação como correspondente bancário; recebimento de contas e taxas públicas; e troca de moedas.

Segundo Francisco das Chagas Limma, em dois anos de atuação, o Banco do Cocais já é referência regional em desenvolvimento local, e os principais resultados positivos gerados foram os seguintes:

- melhoria na geração de emprego e renda na localidade;
- fortalecimento dos grupos de produção locais;
- mais investimento em educação e cultura;
- incremento de circulação de dinheiro no município;
- melhoria da autoestima dos seus habitantes;
- divulgação do município para o país, mediante recebimento de prêmios e reportagens.

A Experiência da Parceria entre o Banco do Brasil e os Bancos Comunitários como Correspondentes

Paulo Odair Pointevin Frazão – Gerente-Executivo da Diretoria de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil

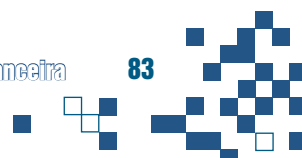
Na primeira parte de sua apresentação, Paulo Odair Pointevin Frazão informou que, no BB, a Unidade de Desenvolvimento Sustentável, que trata de questões de responsabilidade socioambiental (RSA) e de economia solidária, é responsável pelas parcerias entre o BB e os bancos comunitários, que atuam como correspondentes. O estabelecimento de uma estrutura para cuidar da RSA com uma gerência para se dedicar à evolução dos bancos comunitários no BB demonstra o reconhecimento de que essas questões fazem parte do mundo corporativo. Desde 2004 o BB tem zelado pelo desenvolvimento regional sustentável de negócios (DRS), percebendo-se avanço por parte das autoridades dirigentes da instituição ao apoiar e discutir ações nesse campo.

Nesse segmento de atuação, o BB se reúne com as comunidades para desenvolver uma atividade produtiva. Primeiro é realizado mapeamento da produção e do consumo conforme os interesses da comunidade e elaborado um plano de ação que engloba a questão financeira. Como a atuação envolve participação das comunidades, são formados fóruns locais ou regionais, e o direcionamento é dado pela própria comunidade, gerando negócios sustentáveis e inclusão. Os projetos nessa área contribuem ainda para educação e cultura, empoderamento das pessoas e concessão de crédito com redução de risco. Uma vez que as pessoas se conhecem e atuam de maneira solidária, há baixa inadimplência.

Em seguida, Paulo Frazão falou particularmente sobre a parceria entre o BB e os bancos comunitários, iniciada com o Banco Palmas, que ganhou prêmio de inovação tecnológica da Fundação Banco do Brasil (FBB). Todo o investimento nessa parceria se efetiva por meio FBB, e o objetivo é levar às comunidades a conveniência bancária. Em 2007, havia dezesseis bancos comunitários em funcionamento, quando foi firmada a parceria com o MTE, que propiciou a expansão dessas experiências. Em 2008, foi realizada uma caravana da cidadania financeira, que envolveu a constituição de dez bancos comunitários no Ceará, um dos quais situava-se em uma comunidade indígena. Em 2009, foram inaugurados quatro bancos comunitários em São Paulo e um em Minas Gerais. Atualmente há 42 bancos comunitários que usam a bandeira do BB: 29 no Ceará, 3 no Piauí, 1 no Maranhão, 1 na Paraíba, 1 no Pará, 5 em São Paulo, 1 em Minas Gerais.

Constituídos com base em princípios da economia solidária, os bancos comunitários consistem numa solução de correspondente em que a gestão é realizada pela comunidade, agregando tecnologias sociais, produtos e serviços de microfinanças, microcrédito produtivo orientado inclusive, promovendo desenvolvimento local em comunidades carentes, ao oferecerem produtos e serviços bancários com perspectiva de geração de trabalho e renda.

Os bancos comunitários são instalados em parceria com o BB e oferecem os seguintes produtos e serviços bancários: abertura de conta simplificada, mediante apresentação de Carteira de Identidade e número do Cadastro de Pessoa Física (CPF); saldo e extrato de conta corrente; depósito em dinheiro e saque com cartão magnético; crédito produtivo (até R\$10.000,00); contratação de empréstimos em reais e moeda social (consumo); pagamento de títulos; pagamento de convênios (água, luz, telefone etc.); seguro de vida; recebimento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); outras transações do BB.



Para o BB, essa parceria com bancos comunitários expande e torna mais expressiva a presença da instituição no país, principalmente em pequenos municípios e na periferia dos grandes centros urbanos, onde o custo de instalação de uma agência é muito alto. Além de fortalecer a marca do BB, essa parceria aumenta o volume de crédito e contribui para a inclusão financeira.

Por último, Paulo Frazão falou sobre os próximos passos do projeto do BB em relação a esse assunto, ressaltando a intenção de apoiar a constituição de bancos comunitários, dobrando o número de parcerias até 2011, e de elaborar um manual sobre como instalar um banco comunitário, por meio de parceria entre a FBB e entidades do terceiro setor. Entre as ações necessárias para enfrentar os desafios que virão, o expositor relacionou:

- desenvolver um modelo de correspondente mais adequado a esse tipo de iniciativa;
- oferecer novos produtos e serviços adequados aos clientes dos bancos comunitários;
- aprimorar a gestão dos bancos comunitários;
- ampliar as parcerias estratégicas (governo e empresas) para atuar no projeto de expansão dos bancos comunitários como correspondentes das instituições bancárias;
- promover alteração nos normativos, contemplando a realidade dos bancos comunitários (alívios, por exemplo);
- regulamentar a emissão e o uso das moedas sociais no país;
- assegurar a credibilidade do modelo na sociedade, nas entidades parceiras e no poder público;
- desenvolver o capital social nas comunidades.

Painel 2 – Outras Iniciativas e Efeitos das Moedas Sociais

Moderador: Marden Marques Soares – Diretor-Presidente da Agência de Fomento de Alagoas

Redes Sociais, Direito e Moeda na Era da Informação

Marcus Faro de Castro – Coordenador do Grupo de Pesquisa Direito, Economia e Sociedade (GDES) da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília

Ao iniciar a exposição da palestra Redes Sociais, Direito e Moeda na Era da Informação, Marcus Faro de Castro comparou os fundamentos da economia de mercado com os de outros tipos de economia, para apontar conceitos e ideias que sustentam a visão de que há oportunidade, propiciada pelas comunidades virtuais, de se saltar do estágio de economia de subsistência, obtida por meio das atuais políticas sociais complementares, para o de economia competitiva – industrial e comercial –, com base em uma política industrial que adote as moedas sociais digitais como instrumento central.

No desenvolvimento dos fundamentos teóricos, teceu considerações sobre questões relacionadas à mudança de paradigma, que apoiam a contribuição oferecida pelo trabalho: a informação pode substituir a moeda como meio alternativo na coordenação cooperativa de interesses em arranjos produtivos, a fim de aumentar o grau de confiança na vida em comunidade. Falou também sobre a interconexão de interesses e valores na economia de mercado, entre outros tópicos pertinentes ao tema.

Segundo o expositor, nesse contexto em que a realização do potencial de expansão do capital social em nossa sociedade pode advir do incremento da utilização das redes digitais, o pluralismo monetário seria bem-vindo, sobretudo porque, por seus potenciais efeitos anticíclicos, as redes sociais e as moedas eletrônicas contribuem duplamente: tanto podem complementar as políticas sociais, como podem servir de instrumento de política industrial.

Métodos Monetários Apoiados pela *Social Trade Organization* (STRO, Holanda) e Seus Impactos em Diferentes Ambientes Sociais e Econômicos

Camilo Ramada – Gerente da Área Metodológica e de Projetos do Instituto Instrohalm de Desenvolvimento Integral (InStroDI)

Na palestra intitulada Métodos Monetários Apoiados pela *Social Trade Organization* (STRO, Holanda) e Seus Impactos em Diferentes Ambientes Sociais e Econômicos, Camilo Ramada apresentou as inovações monetárias que, segundo o grupo STRO, são indispensáveis para que haja desenvolvimento econômico e mais acesso a capital de giro por parte das micro e pequenas empresas.

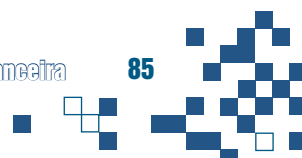
O STRO existe há 40 anos na Holanda e, nos últimos 15 anos, concentra sua atenção no mercado monetário. Essa organização, que possui diversos projetos no Brasil e em outros países, desenvolveu e disponibiliza gratuitamente pela internet o *software Cyclos*, de fonte aberta, que é uma ferramenta para realização de pagamentos virtuais.

Para o grupo STRO, na próxima década, os temas monetários receberão especial atenção, e haverá muitas novidades nessa área. O objetivo do STRO é gerar meios de pagamento que ativem as transações comerciais realizadas no mercado local, independentemente das oscilações que ocorrem nos sistemas financeiros nacionais ou das instabilidades que se verificam no sistema financeiro internacional.

Afirmou o palestrante que, atualmente, o capital de giro para micro e pequenas empresas é escasso e muito caro no mercado brasileiro. Há, no entanto, uma modalidade de crédito importante que não depende do sistema financeiro: trata-se do crédito comercial. É o caso de uma empresa que entrega seu produto e recebe o pagamento em trinta ou sessenta dias. Pagamentos a vista, nesses casos, são raros. Quanto maior a dificuldade para obtenção de crédito financeiro, fornecido diretamente pelos bancos, mais importante se torna o crédito comercial. Ocorre que, quando compradores e vendedores desejam realizar um negócio, eles podem estabelecer formas de pagamento opcionais, caso haja pouca disponibilidade de crédito financeiro.

Os meios de pagamento alternativos têm crescido bastante, assumindo papel relevante para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. As entidades filiadas ao grupo STRO atuam com o desenvolvimento desses meios de pagamento alternativos. Um exemplo de crédito comercial desenvolvido pelo STRO é o Circuito de Crédito Comercial – C3, que pode ser interessante para clientes de microfinanças. Nesse caso, uma empresa “A” recebe um produto pelo qual pagará a prazo ao fornecedor “B”. Uma empresa financeira idônea “C3” entra no circuito, fornecendo o saldo administrativo no valor devido por “A”. Esse saldo administrativo é repassado a “B”, que, por sua vez, pode repassá-lo à empresa “D”, e assim por diante. No vencimento, “A” paga o valor devido à empresa idônea “C3”, que, por sua vez, paga à empresa que detiver o respectivo saldo administrativo.

O expositor concluiu afirmando que esse tipo de operação, ainda em fase de teste pelo STRO, é uma opção à falta de capital de giro. Como “C3” não empresta recursos, não há cobrança de taxa de juros, apenas de taxa administrativa. Nesse exemplo, “A” poderia atuar no “C3” até mesmo se dispuser apenas de garantias, não precisando ter crédito em “B”. Esse é exemplo de uma metodologia inovadora que pode atender às necessidades do mercado com impacto positivo em diferentes ambientes sociais e econômicos.



Redes de Crédito Complementar e Estabilidade Macroeconômica: o caso do banco cooperativo WIR da Suíça

James Stodder – Professor da *Lally School of Management and Technology* do *Rensselaer Polytechnic Institute of Hartford*, no estado de Connecticut, Estados Unidos

O professor James Stodder apresentou palestra sobre o caso do banco cooperativo WIR, da Suíça, constituído em 1934, que apresenta receitas anuais da ordem de 1,6 bilhão de francos suíços (equivalente a 1,5 bilhão de dólares). Os clientes do banco têm duas contas na instituição: uma em francos suíços, outra em WIR. O WIR é uma moeda social eletrônica que só pode ser utilizada entre os clientes do banco. WIR significa “nós” em alemão e é abreviação da palavra alemã *Wirtschaftsring*, que significa ciclo econômico. Assim, o banco cooperativo conserva a ideia de que o ciclo econômico é formado pela comunidade. Desde 1973, a legislação suíça proíbe que os créditos em WIR detidos pelos clientes do banco sejam trocados por francos suíços.

O expositor comentou que, apesar de os economistas do *mainstream* usualmente não desenvolverem estudos sobre as moedas sociais, o uso da teoria econômica pode contribuir significativamente para melhor compreensão do tema. Dessa forma, ao utilizar a teoria econômica e os modelos econométricos, sua pesquisa busca preencher essa lacuna e tem por objetivo verificar a tese de que a utilização da WIR tem apresentado comportamento *anticíclico* em relação ao nível de emprego e à política monetária na economia suíça.

Em sua apresentação, o expositor procurou demonstrar: (a) por que um sistema tipo WIR, baseado em crédito eletrônico, e não em papel, pode ser autorregulado; (b) por que esses sistemas de crédito eletrônico são anticíclicos, especialmente para pequenas e médias empresas; (c) por que os sistemas de crédito eletrônico anticíclicos são melhores para combater a pobreza; e (e) por que tais sistemas são não inflacionários.

De acordo com os resultados da pesquisa realizada, o uso do WIR possui correlação negativa com a variação do Produto interno Bruto (PIB) e correlação positiva com a variação do desemprego. Em outras palavras, como o WIR coexiste com os francos suíços, é uma moeda secundária cuja aceitação aumenta quando a moeda oficial está escassa e diminui quando a moeda oficial está abundante. Além disso, dado que o comportamento do WIR é anticíclico e o comportamento do M2 (basicamente dinheiro em espécie e depósitos a vista e a prazo nos bancos) é procíclico, a expansão no WIR tende a gerar menos inflação que a expansão dos meios de pagamento oficiais. Quando a economia formal desacelera, a participação das moedas sociais, de forma menos inflacionária, aumenta, o que atenua o problema da falta de capital por parte dos agentes econômicos. A pesquisa demonstra também que o efeito anticíclico do WIR reduziu-se após 1973, quando foi proibida a troca de WIR por francos suíços.

Ante as conclusões do seu estudo, James Stodder defendeu a importância das moedas sociais eletrônicas tipo WIR também para os formuladores de política macroeconômica, uma vez que a política monetária tradicional, baseada em agregados monetários, não pode determinar a distribuição da riqueza. O uso de sistemas eletrônicos de crédito possibilitaria que as autoridades monetárias se orientassem não apenas por sinais da macroeconomia, mas também por sinais da microeconomia. Por essa razão e pelo fato de a moeda social permanecer na comunidade, segundo ele, todos os que se preocupam com microfinanças também deveriam se preocupar com moedas sociais.

Moedas Sociais, Clubes de Troca na Argentina e Projeto Sol na França: lições a serem lembradas

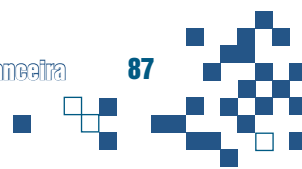
Heloísa Primavera – Professora, especialista em Economia Solidária da *Facultad de Ciencias Económicas da Universidad de Buenos Aires*

Ao discorrer sobre a história das moedas sociais no mundo, Heloisa Primavera informou que, de 1988 a 1996, existiam 465 iniciativas com moedas complementares em 136 países, com destaque para Canadá, Estados Unidos, México, Argentina e Brasil, este com uma rede de 51 bancos comunitários (2009), conforme exposição realizada por Joaquim Melo.

A primeira experiência com os clubes de troca na Argentina ocorreu em 1995, com 23 pessoas, em Bernal, província de Buenos Aires. Em 1998, os clubes de troca atingiram 60.000 membros, e o modelo começou a ser difundido na América Latina. Com o fim da conversão peso argentino/dólar americano (2001), os clubes de trocas atingiram seu ápice, com 6.000.000 de participantes. A crise política e financeira de 2003 acarretou a implosão do modelo, restando apenas cerca de 50.000 participantes. Atualmente, apesar de não haver grandes redes, há grupos de 30, 60 e até 600 pessoas, com forte relação afetiva e de confiança. Entre as lições a serem lembradas, a expositora destacou: (a) o impacto das moedas sociais ocorre individualmente: grande número de participantes desses sistemas é liderado por “empreendedores” eficientes; e (b) as moedas sociais são instrumentos da democracia participativa, que exigem compreensão do paradigma da abundância e de fortes mecanismos de regulação, transparência na gestão e equidade na distribuição da riqueza.

A expositora registrou que o Projeto Sol na França, inspirado no informe “Reconsiderar a Riqueza”, de Patrick Viveret, é um projeto piloto, financiado com recursos da União Europeia do Programa Equal, proposto por um grupo cooperativo para implementação de três categorias de moedas sociais Sol (Sol cooperação, Sol dirigido e Sol compromisso) em cinco regiões, com foco no desenvolvimento local, na sustentabilidade social e ecológica, bem como na inclusão social. A utilização da tecnologia adequada (cartão inteligente e internet *banking*) mostrou-se imprescindível para o êxito do projeto. Das lições a serem lembradas, a expositora disse que: (a) o modelo se mostrou viável, porém muito trabalhoso, por requerer treinamento altamente especializado para atingir as diferentes populações-alvo; (b) a utilização da tecnologia adequada é imprescindível para o êxito do projeto; e (c) a formalização de uma agência central, associada a novos parceiros do setor financeiro cooperativa, deverá substituir o apoio inicial da União Europeia.

Por último, Heloísa Primavera falou sobre o projeto Colibri. Buscando manter o foco nos jovens e na tecnologia da informação (redes sociais e *software* livre), o projeto consiste na introdução de recursos tecnológicos que utilizam o paradigma da abundância em múltiplos espaços institucionais, para promover a economia solidária como modelo de desenvolvimento e as moedas sociais como instrumento de radicalização da democracia. Durante sua palestra, foi exibido vídeo sobre o projeto Colibri, que mencionou a importância de três axiomas: (1) os recursos do planeta são suficientes para o bem viver de todos os seus habitantes, em harmonia com a natureza; (2) o poder é um jogo inevitável, permanente, necessário e criativo; e (3) cada um de nós é responsável por sua parte e pelo todo.



Painel 3 – Será que as moedas sociais realmente ajudam as economias locais? Quais os principais problemas relacionados com seu uso? Que supervisão elas exigem?

Moderador: Lademir Gomes da Rocha – Procurador-Regional do Banco Central no Rio Grande do Sul

Discussão acadêmica com o professor Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE)

Professores debatedores

Gilson Schwartz – Professor e pesquisador do Departamento de Cinema, Rádio e TV da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Cláudia Lúcia Bisaggio Soares – Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Economia Solidária da Universidade Federal de Santa Catarina (Nesol/UFSC)

Gilson Schwartz iniciou a discussão discorrendo sobre a experiência com o Garatuí, uma moeda social em um *resort* na praia da Pipa, no Rio Grande do Norte, com finalidade cultural, que pode ser utilizada em restaurantes e hotéis e para atividades como pesca e navegação. Além disso, pode pagar as próprias oficinas e eventos. A experiência foi feita pela Cidade do Conhecimento, projeto da Universidade de São Paulo (USP), que promove o uso da internet para envolver a população em projetos sociais, econômicos e educacionais.

No que se refere ao debate acadêmico sobre as moedas sociais, Gilson Schwartz apresentou os tópicos seguintes, que devem ser mais bem examinados e discutidos.

- A moeda social é complementar?
- A moeda social promove a desintermediação financeira?
- A utilização de moedas sociais pode ser considerada uma espécie de “favelização” da política pública?
- Há risco de utilização das moedas sociais por políticos locais (“coronelismo”)?
- É possível falarmos em mundos virtuais?
- A moeda social promove a desnacionalização do dinheiro?
- Regulação nacional x supervisão local.
- Fidelização de públicos?

Cláudia Soares afirmou que as experiências de moedas sociais se iniciam por motivos diferentes, visto que algumas pessoas têm acesso ao SFN e, mesmo assim, querem novas opções. Por isso, é difícil falar de maneira única das moedas sociais.

Segundo ela, muitas moedas sociais não têm “câmbio” com o real e apresentam características diferentes daquelas utilizadas pelos bancos comunitários. Por isso devem ser examinadas sob outra dimensão. É um grande desafio conseguir estudar todas essas formas das moedas sociais. Por esse motivo, a pesquisadora questionou em que medida as políticas universalistas têm de ficar à mercê do voluntarismo da ponta.

Deve-se olhar com crítica as diversas experiências monetárias, visto que a pluralidade monetária pode aumentar a resiliência da economia. Além disso, como existem diversos tipos de moeda em razão de diversos motivos sociais, é difícil falar em regulação.

Para o professor Paul Singer, não tem sentido ter visão bem acadêmica das moedas sociais

fora de contexto em que elas se inserem. Nesse sentido, lembrou que as moedas sociais apresentadas no I Fórum estão ligadas à economia solidária, ou seja, servem a uma sociedade local e são geridas por ela.

O professor afirmou que possui enorme admiração pela sociedade solidária. Para ele, “a pobreza é a escola da solidariedade” e “quem não for solidário já morreu”. Nas favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo, estudadas pelos discípulos de Ruth Cardoso, ninguém passa fome, porque, nas casas onde sobra comida, os mais necessitados comem. Esse tipo de solidariedade recebe ajuda das igrejas de diversas religiões que apoiam a economia solidária.

A economia solidária exige que as pessoas acreditem umas nas outras, que tenham confiança nas coisas. Exige também conhecimento pessoal, diferentemente dos grandes bancos, que procuram levantar dados sobre as pessoas para conceder crédito. Esses dados, em geral, são “abstratos”, impessoais e podem estar errados.

Na economia solidária, pautada por relações sociais de vizinhança, a inadimplência é extremamente baixa. Além disso, há sempre uma razão relevante para explicar a inadimplência nas economias solidárias. Segundo o professor, a política correta seria emprestar mais aos necessitados que têm motivos consistentes para estar inadimplentes. Todas as experiências indicam a possibilidade de se trabalhar com confiança e ter inadimplência zero.

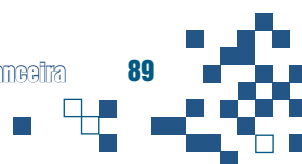
O que significa não pagar uma dívida ao Banco Palmas? É muito diferente de não pagar ao BB ou ao Itaú. Essa é a lógica, e por isso pode dar certo. O Banco Palmas começou com essa lógica da confiança e obtém êxito desde 2000. As comunidades que fundam bancos sociais têm de fazer pactos com os participantes para sobreviver.

Para o professor Paul Singer, há necessidade de regulação inclusiva, para evitar que haja comportamento não solidário. Por exemplo, o que impede o acesso das pessoas que não moram no Conjunto Palmas à moeda Palmas? O crescimento dessa comunidade não pode ser feito em detrimento das comunidades vizinhas.

Será necessário fazer tantos seminários quantos forem necessários para chegar às conclusões apropriadas para o tema. No entanto, é certo que muitas comunidades que trabalham com moedas sociais serão substancialmente menos pobres nos próximos anos.

Do auditório, o senhor Joãozinho, do Banco Comunitário Verde, de Vila Velha, no Espírito Santo, interveio para dizer que as moedas sociais e os bancos sociais foram fundados para diminuir as diferenças sociais. Essa transformação é feita pela parceria de três setores: o governo, as empresas e a comunidade. Segundo ele, as pessoas estão acreditando mais nelas mesmas, e as moedas sociais têm contribuído para isso. Além disso, com as moedas sociais seria possível contemplar mais pessoas.

Outra pessoa da plateia (que não se identificou) tomou a palavra para afirmar que as moedas sociais têm forte vinculação com determinada área territorial. Por isso perguntou ao professor Paul Singer: “Qual seria a limitação do tamanho da área de atuação que viabilizaria uma moeda social?” Afinal, quanto maior a área, mais difícil é para a economia solidária funcionar. O professor respondeu que essa é uma grande dificuldade, e que há experiências em áreas de diversos tamanhos pelo mundo. Afirmou que, sem dúvida, há limite para a área de atuação, mas o tamanho ideal ainda é objeto de discussão.



No entanto, registrou o professor, todos os autores sublinham que o conhecimento pessoal é importante para tornar viável a economia solidária. Por essa razão, não é possível fazer um banco comunitário com mais de uma dezena de milhares de pessoas. Nesse caso, as pessoas não se conheceriam e haveria um problema de comunicação. Para solucionar esse problema, seria necessário estabelecer uma “democracia indireta”, que ligaria um conjunto de bancos comunitários, correndo-se o risco de ser preciso profissionalizar seus gestores. Para o professor Paul Singer, a profissionalização é a morte da economia solidária, é a morte da autogestão. Esse é um aprendizado que decorre das experiências. A profissionalização individualiza o conhecimento. A ideia da autogestão é “todos os macacos em todos os galhos”, o conhecimento deve ser sempre compartilhado com a coletividade. A organização em rede tem sido a resposta para a autogestão. Aproximadamente 40% dos empreendimentos de economia solidária têm ligação com uma organização mais complexa de economia solidária.

Daniela Negri, do Sebrae do Espírito Santo, disse que testemunhou a criação da moeda social em Vila Velha (ES). Para ela, as comunidades esperam crédito dos bancos sociais. O desafio é trabalhar com o *funding* desses bancos e a política de concessão de crédito. Para Cláudia Soares, a resposta para o *funding* e a política de concessão de crédito não é trivial, e não há uma receita. Deverá haver soluções diversificadas, e esse é o maior desafio.

Para Gilson Schwatz, o banco comunitário não se integra de maneira trivial ao sistema bancário. Ele pode ser uma forma de “desintermediação” financeira. Por isso, o termo “banco” talvez não seja o mais apropriado. O cenário traz essas questões para serem resolvidas.

Paul Singer discordou de Gilson Schwatz. Afirmou que os bancos comunitários devem ser chamados bancos, por prestarem serviços e oferecerem produtos financeiros aos seus participantes, ora como agentes de microcrédito, ora como correspondentes bancários, sem deixar de ser autogestionados, como o Banco Palmas.

Painel 4 – Cooperação Técnica entre o Banco Central do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

Limites e Possibilidades das Moedas Sociais no Brasil – Agenda propositiva

Marusa Vasconcelos Freire – Subprocuradora-Geral do Banco Central

Antônio Haroldo Pinheiro de Mendonça – Coordenador-Geral de Comércio Justo e Crédito da Secretaria Nacional de Economia Solidária

Marusa Freire, ao iniciar sua exposição, afirmou que, com a assinatura do acordo de cooperação técnica entre o BCB e a Senaes, sairíamos desse I Fórum com muitos desafios, visto que as moedas sociais estão na pauta das políticas públicas nacionais. Por esse motivo, conforme combinado com Antônio Haroldo, representante da Senaes, presente à mesa, nesse painel seria apresentada uma agenda propositiva a ser cumprida pelas duas instituições para definição ou construção de um marco regulatório adequado para as moedas sociais no Brasil.

Segundo a expositora, a economia solidária se afirmou como estratégia e política de desenvolvimento com realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, de 26 a 29 de junho de 2009, convocada pelo MTE, pelo MDS e pelo MDA. A Conferência funcionou como espaço de interlocução entre o governo e a sociedade civil para proposição de princípios, diretrizes, estratégias

e prioridades para as políticas voltadas ao fortalecimento da economia solidária, entre as quais as políticas públicas de finanças solidárias, bancos comunitários e moedas sociais circulantes locais como instrumentos de democratização do acesso ao crédito e a produtos e serviços financeiros adequados.

Nesse sentido, a palestrante registrou que o item 78 do documento final da Conferência se refere expressamente a um sistema nacional de finanças solidárias.

78. Uma ação voltada à democratização do crédito deverá valorizar iniciativas existentes na área das finanças solidárias. No que se refere às agências de financiamento, devem ser estimuladas as cooperativas de crédito, as OSCIPs de microcrédito, os bancos comunitários, as fundações públicas e os fundos públicos de desenvolvimento, além dos fundos rotativos e sistemas de moedas sociais circulantes locais, lastreados em moeda nacional (Real) e outros sistemas de moeda social como formas criativas de lastros. A democratização do crédito e acessibilidade, pelos empreendimentos solidários exige que se consolide e se amplie a presença de uma vasta rede destas organizações pelo país, criando um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, o que requer um fundo de financiamento específico com controle social, como também o desenvolvimento do marco legal apropriado, capaz de lidar com as questões tributárias, com o problema da capitalização das instituições, da captação de poupança, da cobrança, entre outros (sic).

Assim, a discussão sobre as políticas públicas de finanças solidárias e sobre limites e possibilidades das moedas sociais no Brasil envolve diversas dimensões, além das preocupações específicas da política monetária e da estabilidade do sistema financeiro.

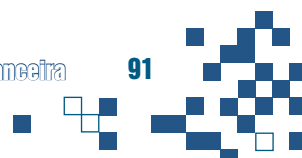
Por um lado, as finanças solidárias encontram legitimidade nos objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil, estabelecidos pelo artigo 3º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A palestrante observou a existência de alinhamento desse reconhecimento da economia solidária como estratégia e política pública de desenvolvimento no Brasil com os fundamentos de várias ações relevantes voltadas para geração de trabalho e renda, combate à pobreza e democratização do acesso ao crédito em outras realidades sociais, até mesmo na esfera internacional, mencionando alguns exemplos, enumerados a seguir.

- Programa de finanças sociais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que propõe a administração da moeda ou dinheiro de maneira que resulte em dividendos sociais e retorno econômico.
- Agenda para desenvolvimento sustentável na era da globalização (Declaração UNCTAD XII, Accra, 21-25 de abril de 2008).
- Iniciativas do Centro Internacional da Pobreza, resultado de parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o governo federal brasileiro, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que envolvem cooperação entre países do sul e propõem que o ser humano passe a ser considerado objetivo central das políticas econômicas e sociais.



- Experiências de finanças sociais registradas pela Associação Internacional de Investidores em Economia Social (Inaise – sigla correspondente a *International Association of Investors in the Social Economy*).
- Nova visão das microfinanças – *Consultative Group to Assist the Poor* (CGAP), colocando os clientes no centro dos objetivos dos programas de microfinanças.

Do mesmo modo, a importância da economia solidária é reconhecida pela Igreja Católica, como se pode verificar na Carta Encíclica do Sumo Pontífice Bento XVI – *Caritas in Veritate*, de junho de 2009.

Temos necessidade de um mercado, no qual possam operar, livremente e em condições de igual oportunidade, empresas que persigam fins institucionais diversos. Ao lado da empresa privada orientada para o lucro e dos vários tipos de empresa pública, devem poder-se radicar e exprimir as organizações produtivas que perseguem fins mutualistas e sociais. Do seu recíproco confronto no mercado, pode-se esperar uma espécie de hibridização dos comportamentos de empresa e, consequentemente, uma atenção sensível à *civilização da economia*. Neste caso, caridade na verdade significa que é preciso dar forma e organização àquelas iniciativas econômicas que, embora sem negar o lucro, pretendam ir mais além da lógica da troca de equivalentes e do lucro como fim em si mesmo (item 38, final).

A vitória sobre o subdesenvolvimento exige que se actue não só sobre a melhoria das transações fundadas sobre o intercâmbio, nem apenas sobre as transferências das estruturas assistenciais de natureza pública, mas sobretudo sobre a *progressiva abertura, em contexto mundial, para formas de actividade económica caracterizadas por quotas de gratuidade e de comunhão*. O binómio exclusivo mercado-Estado corrói a sociabilidade, enquanto as formas económicas solidárias, que encontram o seu melhor terreno na sociedade civil sem contudo se reduzir a ela, criam sociabilidade. O mercado da gratuidade não existe, tal como não se podem estabelecer por lei comportamentos gratuitos, e todavia tanto o mercado como a política precisam de pessoas abertas ao dom recíproco (item 39, final).

Por outro lado, segundo Marusa Freire, as finanças sociais estão relacionadas com a função social do SFN de promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses da coletividade em todas as partes que o compõem, na forma do artigo 192 da Constituição Federal:

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito.

Ao tomar-se, pois, como referência essa disposição constitucional, emerge importante questão. Se todas as pessoas são obrigadas a aceitar, em suas transações comerciais, a moeda nacional, elas são usuárias da moeda que circula no SFN e, nessa condição, integram a coletividade cujos interesses são protegidos por esse comando constitucional.

No entanto, em qualquer sistema financeiro, é possível observar um desequilíbrio estrutural entre demanda e oferta de moeda com base nas relações entre a quantidade de ativos financeiros e a quantidade de pessoas titulares desses ativos financeiros. Esse desequilíbrio estrutural afeta, de modo especial, as camadas mais pobres da população, que, situadas na base da pirâmide financeira, não têm acesso a crédito e a produtos e serviços financeiros adequados, apesar de serem obrigadas, por força de lei, a usarem a moeda oficial nos contratos que realizam.

Ora, se não há instituições tradicionais do sistema financeiro que assegurem a esses usuários da moeda nacional acesso a crédito e a produtos e serviços financeiros adequados, é preciso examinar até que ponto as moedas sociais e as finanças solidárias podem contribuir para ampliar o acesso e avaliar se essas instituições devem ser ou não consideradas partes do sistema financeiro nacional, para efeitos de regulação e supervisão.

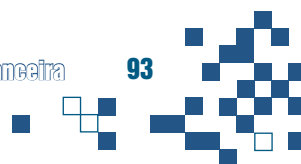
Segundo Marusa Freire, ao assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente, o BCB também deve zelar para que o SFN seja, ao mesmo tempo, inclusivo e sustentável. Por essa razão, as políticas públicas finanças solidárias, apoiadas pelo governo federal, devem integrar sua agenda de discussão, especialmente no que se refere à constituição de bancos comunitários e à emissão de moedas sociais.

Com essa finalidade, o Banco Central e a Senaes, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado neste I Fórum, propõem uma agenda conjunta para construção colaborativa de um marco regulatório para as moedas sociais no Brasil, realizando consulta pública de livre acesso pela internet, de forma que sejam captadas as demandas e as opiniões da sociedade a respeito do tema. Essa consulta pública tem cinco objetivos:

- reconhecer os conceitos empregados na economia solidária;
- estabelecer, de forma clara, a responsabilidade dos diversos atores envolvidos;
- estabelecer parâmetros de governança e transparência, de acordo com as diretrizes convergentes para atuação estatal no setor;
- instituir princípios de educação financeira e tecnologia;
- coletar sugestões para formulação de um mecanismo de acompanhamento do uso de moedas sociais no Brasil.

O processo será estruturado em três etapas, que ocorrerão em prazo a ser definido pelo grupo de trabalho instituído no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre o BCB e a Senaes. Na primeira etapa, deverá ser coletado o posicionamento de cidadãos e instituições a respeito dos temas propostos, com base em um texto-base aprovado pelo grupo de trabalho. Para isso, serão realizadas quatro audiências públicas em encontros sobre finanças solidárias promovidos pela Senaes. Na segunda etapa, o debate terá por objeto a divulgação de nota técnica elaborada com base nas contribuições recebidas. A terceira etapa envolverá encaminhamento de proposições normativas ou regulamentares, se for o caso.

Para sucesso e legitimidade dessa iniciativa, são fundamentais a ampla participação popular e a pluralidade de vozes envolvidas com as experiências de finanças solidárias, bancos comunitários e moedas sociais. Por esse motivo, serão solicitadas contribuições, por meio da ampla divulgação do projeto ao público e às instituições interessadas na matéria. Além disso, poderão ser designados representantes para acompanhar o processo na condição de representantes institucionais.



O texto-base que será gerado deverá conter os itens seguintes.

- Enquadramento legal das moedas sociais:
 - normas proibitivas;
 - normas permissivas.
- Limite da competência do Conselho Monetário Nacional (CMN) – Crédito e mobilização de recursos, finanças solidárias, meios de pagamentos.
- Definição clara do papel das organizações sem fins lucrativos e fundos rotativos solidários, tomando-se como referência as definições de instituição financeira e de fundo rotativo solidário que são utilizadas pelo BCB.
- Variedade e diversidade dos bancos comunitários (tecnologia do Banco Palmas, do Banco Bem e de outros).
- Variedade e diversidade de moedas sociais (outras tecnologias).
- Previsão do papel dos bancos comunitários como correspondentes bancários, bem como do uso do termo “banco”.
- Outras questões que mereçam a atenção do Estado e dos atores envolvidos com as finanças solidárias, os bancos comunitários e as moedas sociais.

Anexo 1

Dia 16: Articulando a indústria de microfinanças

8h Credenciamento dos participantes

9h Abertura

Antonio Gustavo Matos do Vale – Diretor de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural do Banco Central do Brasil
Carlos Alberto dos Santos – Diretor de Administração e Finanças do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)

Coordenador das palestras

José Linaldo Gomes de Aguiar – Chefe da Secretaria de Relações Institucionais do Banco Central do Brasil

10h Primeira palestra

Elementos de Sucesso para as Microfinanças: o que aprendemos até agora?

Sergio Navajas – Gestor de Investimentos do Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

10h30 Coffee break

10h50 Segunda palestra

A Importância da Governança nas Instituições de Microfinanças de Sucesso: o caso Compartamos

Carolina Velazco – Subdiretora de Estratégia do Banco Compartamos

11h20 Terceira palestra

Transparência para Instituições Microfinanceiras no Brasil

Renso Martinez – Gerente Regional para América Latina e Caribe de *Microfinance Information eXchange* (MIX)

11h50 Explicação sobre metodologia dos grupos de trabalho

Elvira Cruvinel – Gerente do projeto Inclusão Financeira do Banco Central do Brasil

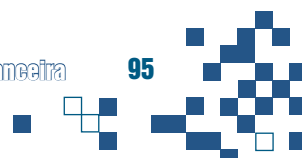
12h10 Almoço

14h 1ª Rodada: Governança e transparência

15h45 Coffee break

16h15 2ª Rodada: Governança e transparência

18h Coquetel e lançamento do livro Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil: visão de diferentes autores



Dia 17: Articulado a indústria de microfinanças

Coordenador das palestras

Luiz Edson Feltrim – Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil

9h10 Primeira palestra

Inclusão Financeira e as Microfinanças: desafios e oportunidades com o empreendedor individual

Carlos Alberto dos Santos – Diretor de Administração e Finanças do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)

9h40 Segunda palestra

Lições de Construção de um Setor de Microfinanças Sustentável e a Relevância para o Brasil

Terence Gallagher – *Operations Officer International Finance Corporation (IFC)*

10h10 Terceira palestra

Tecnologia e Finanças Inclusivas

Eduardo Henrique Diniz – Professor e pesquisador do Centro de Estudos em Microfinanças da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo

10h40 Coffee break

11h 1ª Rodada: Tecnologia de produtos e serviços

12h10 Almoço

14h35 2ª Rodada: Tecnologia de produtos e serviços

16h15 Coffee break

16h45 Palestra magna

Educação Financeira

John Hope Bryant – Fundador e Executivo da *Operation Hope*

Moderador: Sergio Almeida de Souza Lima – Coordenador do Grupo de Responsabilidade Social e Educação Financeira do Banco Central do Brasil

17h30 Sessão plenária

Apresentação dos resultados dos grupos de trabalho

Coordenadores: Luiz Edson Feltrim, Elvira Cruvinel e Alessandra Dodi

19h30 Encerramento de Articulado a indústria de microfinanças

Luiz Edson Feltrim – Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil

Dia 18: Moedas sociais, bancos comunitários e outras iniciativas

8h30 Painel de abertura do evento

Luiz Edson Feltrim – Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil
Francisco Siqueira – Procurador-Geral do Banco Central do Brasil
José dos Santos Barbosa – Chefe-Adjunto do Departamento do Meio Circulante do Banco Central do Brasil

Painel 1 – 1ª Sessão – Moedas Sociais e Bancos Comunitários

Moderador: José dos Santos Barbosa – Chefe-Adjunto do Departamento do Meio Circulante do Banco Central do Brasil

9h Primeira palestra

Sondagem das Moedas Alternativas em Curso no Brasil (Cordel/BNB)

Sheila Sztutman – Pesquisadora do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local

9h20 Segunda palestra

A Experiência do Banco Palmas (CE) e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários

João Joaquim de Melo Neto Segundo – Coordenador-Geral do Instituto Banco Palmas

9h40 Terceira palestra

A Experiência do Banco Bem e da Associação Ateliê de Ideias (ES)

Leonora M. L. Mol – Fundadora e Diretora-Presidente da Associação Ateliê de Ideias

10h Debate

10h30 Coffee break

Painel 1 – 2ª Sessão – Moedas Sociais e Bancos Comunitários

Moderador: José Ricardo da Costa e Silva – Assessor Sênior do Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central do Brasil

10h50 Quarta palestra

A Experiência de Incubação dos Bancos Comunitários em Redes Locais de Eco-Sol: o caso da Ites/UFBA

Genauto França Filho – Coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (Ites/UFBA)

11h10 Quinta palestra

A Experiência do Banco dos Cacaís em Parceria com a Prefeitura de São João do Arraial (PI)

Francisco das Chagas Limma – Prefeito do Município de São João do Arraial.

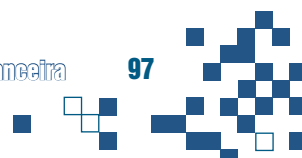
11h30 Sexta palestra

A Experiência da Parceria entre Banco do Brasil e Bancos Comunitários como Correspondentes

Paulo Odair Pointevin Frazão – Gerente-Executivo da Diretoria de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil

11h50 Debate

12h20 Almoço



Dia 18: Moedas sociais, bancos comunitários e outras iniciativas

Painel 2 – Outras Iniciativas e Efeitos das Moedas Sociais

Moderador: Marden Marques Soares – Diretor-Presidente da Agência de Fomento de Alagoas

14h Primeira palestra

Redes Sociais, Direito e Moeda na Era da Informação

Marcos Faro de Castro – Coordenador do Grupo de Pesquisa Direito, Economia e Sociedade (GDES) da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB)

14h30 Segunda palestra

Métodos Monetários Apoiados pela *Social Trade Organization* (STRO, Holanda) e Seus Impactos em Diferentes Ambientes Sociais e Econômicos

Camilo Ramada – Gerente da Área Metodológica e de Projetos do Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral (InStroDI)

15h Terceira palestra

Redes de Crédito Complementar e Estabilidade Macroeconômica: o caso do banco cooperativo WIR da Suíça

James Stodder – Professor da *Lally School of Management and Technology* do *Rensselaer Polytechnic Institute at Hartford*, no estado de *Connecticut*, Estados Unidos

15h30 Quarta palestra

Moedas Sociais, Clubes de Troca na Argentina e Projeto Sol na França: lições a serem lembradas

Heloísa Primavera – Professora, especialista em Economia Solidária da *Facultad de Ciencias Economicas* da *Universidad de Buenos Aires*

16h Debate

16h20 Coffee break

Painel 3 – Será que as moedas sociais realmente ajudam as economias locais? Quais os principais problemas relacionados com seu uso? Que supervisão elas exigem?

Moderador: Lademir Gomes da Rocha – Procurador-Regional do Banco Central no Rio Grande do Sul

16h40 Discussão acadêmica com professor Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE)

Professores debatedores

Gilson Schwartz – Professor e pesquisador do Departamento de Cinema, Rádio e TV da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP)

Claudia Lucia Bisaggio Soares – Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Economia Solidária da Universidade Federal de Santa Catarina (Nesol/UFSC)

17h20 Debate

Painel 4 – Cooperação Técnica entre o Banco Central do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

17h40 Primeira Palestra

Limites e Possibilidades das Moedas Sociais no Brasil – Agenda propositiva

Marusa Vasconcelos Freire – Subprocuradora-Geral do Banco Central do Brasil

Antônio Haroldo Pinheiro de Mendonça – Coordenador-Geral de Comércio Justo e Crédito da Secretaria Nacional de Economia Solidária

19h Encerramento

Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE)

Silvio Giusti – Analista de Mercado da Organização das Cooperativas Brasileiras

Carlos Alberto dos Santos – Diretor de Administração e Finanças do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)

Luiz Edson Feltrim – Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil

Anexo 2

I Pré-Fórum Inclusão Financeira

Atores do Governo

26 de agosto de 2009

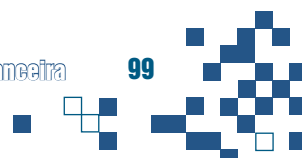
Unibacen – Brasília – DF

Questões sobre transparência sugeridas

- Possibilidade de se estabelecerem níveis de transparência para as instituições não reguladas (a exemplo dos níveis de governança utilizados na Bovespa).
- Avaliação de políticas públicas acerca das informações dadas aos beneficiários (formato, linguagem, veículo).
- Captação de recursos – Regulados ou não, com direito a captação de recursos do público ou não.
- Divulgação pública das operações de crédito realizadas pelas instituições de microfinanças.
- Marco regulatório para induzir a transparência das Instituições de Microfinanças (IMFs) e inclusão financeira.
- Apoio à formação dos profissionais das IMFs, para que eles operem de forma eficaz, gerando confiança, segurança, inclusão e sustentabilidade.
- Discussão sobre transparência das IMFs em três camadas:
 - a. na organização (sócios, aplicadores, investimentos);
 - b. no sistema financeiro por motivos de controle;
 - c. na sociedade, a fim de atrair recursos que venham a ampliar a capacidade de inclusão.

Questões sobre governança sugeridas

- Desenvolvimento de mecanismos de gestão.
- Nível de segregação de funções para que se alcance boa governança.
- Manual de boas práticas.
- Efetividade social nos processos de governança das IMFs.
- Profissionalismo do processo de inclusão financeira (cooperativismo, crédito solidário).
- Independência na captação de recursos.
- Subsídios – Para setores específicos dirigidos a público definido (baixa renda).
- Garantia das operações entre operadores de microfinanças e os agentes financeiros.
- Pacto entre os *stakeholders*: definição de metas, indicadores e diretrizes.
- “Níveis de governança” (a exemplo do que ocorre na Bovespa).
- Participação das universidades e críticos de esquerda no desenvolvimento de capacidades para o sistema.



Questões sobre tecnologia de produtos e serviços sugeridas

- Microcrédito x microfinanças: quem deve oferecer? Deve ser preocupação das políticas públicas?
- Diversificação de produtos e canais de distribuição.
- Utilização de cartão de crédito para microcrédito (produtos inovadores).
- Ferramentas de atração dos públicos excluídos.
- Promoção da educação financeira, visando a sustentabilidade do sistema – acesso a informação para garantir o crédito e sua adimplência.
- Construção de ferramenta pública de consulta gratuita de proteção no crédito: *bureaus* de crédito – “não onerosos”.

Sugestões

- Trabalhar o “crédito pelo crédito”, que, deslocado de contexto mais amplo de desenvolvimento, corre o risco de continuar privilegiando os grupos já contemplados.
- Provocar a disseminação de microcrédito como importante instrumento na construção de uma proposta de desenvolvimento com inclusão social e redução das desigualdades.

Debatedores	
Nome	Entidade
Anderson J. L. Brandão	MDS
Antonio Carlos Silva	MINC
Benedito Oliveira de Castro Filho	MDA
Eriberto Buchmann	MDA
Guilherme C. F. Montoro	BNDES
Marcelo de Sousa	MDS
Max Brito Coelho	MTE
Paulo Roberto Anderson Monteiro	BNDES
Rafael S. Barreto	MDS
Vital de Carvalho Filho	MDA

Questões sobre transparência sugeridas

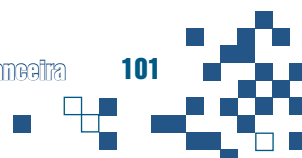
- Marco regulatório x custo operacional.
- Clareza e facilidade de execução e nas legislações pertinentes.
- Transparência do órgão regulador na normatização: normatização impositiva sem conhecimento prévio da operacionalização ou dificuldades do setor.
- Cobrança sobre órgãos reguladores e financiadores no cumprimento do seu papel.
- Enfoque voltado para colaboradores e tomadores de crédito (não a governança).
- Implementação de *bureaus* de crédito, de forma que aumente a transparência.
- Falta de informações padronizadas sobre o assunto.
- Informações e diversificação dos custos das operações.
- Fluxo da informação – com agregação da consulta aos *bureaus* de crédito.
- Combate a fraude.
- Educação financeira ao poupador.

Questões sobre governança sugeridas

- Rediscutir as leis do setor.
- Rediscutir a regulação das OSCIPs por questões de sustentabilidade e responsabilidade.
- Constituição de comissões de relacionamento entre operadores e órgãos reguladores e financiadores.
- Responsabilidades dos gestores das instituições que operam na ponta.
- Padronização Cosif – Confiança – Transparência;
- Discussão mais profunda sobre as exigências de relatórios da administração e sua apresentação, para atendimento aos *stakeholders*.
- Constituição de estrutura organizacional que torne viável a “perenidade” das organizações e iniba a possibilidade de ruptura da missão.

Questões sobre tecnologia de produtos e serviços sugeridas

- Comparação com mercados diferentes.
- Crédito: produtos que atendam ao cliente em todas as suas necessidades.
- Tecnologia de informação: ressaltar a importância da massificação e da inclusão financeira, bem como seu desenvolvimento bancado pelos financiadores e pelo governo.
- Correspondentes bancários: articular a comunidade com apoio dos agentes de crédito que atuam como correspondentes.
- Telefones celulares: canal de distribuição opcional, com relativa eficiência.
- Cartões de crédito: setor fechado às microfinanças por conta das exigências e dos custos.
- Terminais de pagamento-pós: ATMs ainda são onerosos.
- Cartões de débito podem ser uma opção para reduzir a circulação de moeda.
- Padronização de tecnologia para o setor por meio de Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- Constituição e canalização de recursos para as instituições que atuam no setor terem mais acesso a tecnologia.



- Discussão sobre legislação do empreendedor individual para melhoria do crédito.
- Importância da tecnologia da informação, não sendo relevante ou o melhor momento para discutir alguns canais de distribuição.
- Melhora no formato e na finalidade do crédito ao empreendedor – Para melhora em sua qualidade de vida.
- Melhora na qualidade dos correspondentes de crédito e bancários como fomentadores das operações.
- Sustentabilidade das operadoras por meio da oferta de novos produtos.

Sugestões

- Identificação da demanda.
- Política de governo.
- Participação mais eficaz dos governos das instituições de desenvolvimento e fomento social.

Debatedores	
Nome	Entidade
Ademiro Vian	Febraban
Almir da Costa Pereira	ABCRED
Amadeu Trentini	ABCRED
Cristiano Mross	ABCRED
Eloisa C. Maron	Febraban
Fabio Moraes	Febraban
Isabel Belem	ABDE
Jacy Diniz Nogueira	ABSCM
Jonas Klein	Ancosol
Lincoln Loh	OCB
Luiz Cláudio Dias Reis	ABDE
Marcelo Rocha	ABSCM
Márcio Gambin	OCB
Nabia dos O. Jorge	OCB
Pedro Verdino	ABCRED
Rodrigo H. Morigua	ABDE
Rubens de Andrade Neto	ABSCM
Stelio Gama Lyra Junior	ABDE
Wanilva Carvalho	ABCRED
William T. Salazar	Febraban
Wilson A. S. Gutierrez	Febraban

III Pré-Fórum Inclusão Financeira

Fomentadores e Estudiosos

21 de outubro de 2009

Banco Central – Rio de Janeiro

Sugestões

Questões sobre transparência

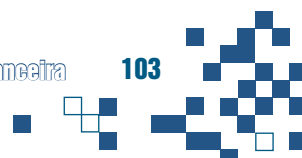
- Por que as OSCIPs não têm se transformado em SCMs, como esperado?
- Quais as dificuldades e potencialidades de desenvolver um sistema de informações para o setor, com o objetivo de reduzir a assimetria de informações?
- É verdadeira a afirmação de que somente 5% do potencial de clientes de microcrédito são atendidos pelas IMFs brasileiras?
- Segmentação por tipo de instituição.
- Segmentação para diferentes públicos.
- Custo x incentivos – Auditorias (modelos de relatórios, sistemas e canais).
- *Enforcement* das fontes de *funding* – Operadores em geral.
- Falta de padronização da transparência.
- Gradação na transparência (quanto maior, mais transparente deve ser).
- Padronização, representação, *benchmarking*.
- Utilizar definição mais ampla. A transparência deve referir-se a instituições que atuem no mercado de microfinanças.
- Sistema Financeiro Inclusivo.

Questões sobre governança

- Segmentação do público.
- Custo da governança.
- Qualificação dos governantes.
- Sugestão de agenda: regulação.
- Adesão às melhores práticas: estender o modelo de responsabilização e remuneração para os conselhos das OSCIPs.

Questões sobre tecnologia de produtos e serviços

- Mapear canais já existentes:
 - verificar sinergias;
 - verificar *gaps*.
- Como ampliar o papel dos correspondentes nas microfinanças:
 - transacionais;
 - relacionais.
- Mobile.
- Inovação em produtos.



Debatedores	
Nome	Entidade
Alexandre Darzé	<i>Planet Finance</i>
Alexandre Guerra Araujo	Sebrae
Bettina Wittlinger de Lima	<i>Acción Internacional</i>
Christiano Toupitzen Cavalheiro	<i>Planet Finance</i>
Cíntia Tavares de Souza	FGV-RJ/MIX Brasil
João Silvério Junior	Sebrae
Lauro Gonzalez	FGV-SP
Luciano Schweizher	BID
Luisa de Castro Ferreira	FGV-RJ/MIX Brasil
Mauricio Blanco Cassio	IETS
Robson Vitor Gonçalves de Matos	Sebrae
Tatiana Cruz Amaral	IETS
Terence Liam Gallagher	IFC

Anexo 3

Questões e Temas dos Pré-Fóruns

Elaborados com base nas sugestões apresentadas nos pré-fóruns do projeto Inclusão Financeira

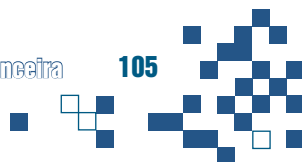
Obs. – O debate não precisa se restringir a esta lista.

Eixo temático: Governança

- Como devem ser estabelecidas as relações entre os *stakeholders* da instituição?
- Como devem ser estruturadas as alçadas de poder?
- Qual o nível de “prestação de contas” que deve ser exercido?
- Como deve ser tratada a questão da remuneração e da responsabilização dos Conselhos?
- Como criar estrutura organizacional que viabilize a “perenidade” das organizações e iniba a possibilidade de ruptura da missão?
- Deve haver exigência de qualificação para gestores de instituições que atuem em microfinanças?
- Qual deve ser a qualificação (formação, treinamento) para funcionários das instituições que trabalham com microfinanças?
- Qual a relevância de um manual de boas práticas de governança?
- Como deveria ser construído?
- Como deveria ser abordada a questão de segregação de funções?
- Como mudanças na regulamentação das OSCIPs podem influenciar nas questões de sustentabilidade e responsabilidade?
- Deve haver subsídios para setores específicos dirigidos a público definido (baixa renda)?
- Como isso afeta a governança?
- É importante haver sistema de garantia de operações entre operadores de microfinanças e agentes financeiros?
- É relevante a constituição de comissões de relacionamento entre operadores e órgãos reguladores e financiadores?
- Qual deve ser o envolvimento das universidades no desenvolvimento desse tema no país?

Eixo temático: Transparência

- Deve haver exigências diferenciadas em relação ao grau de transparência da instituição, considerando sua natureza jurídica?
- Como padronizar informações pertinentes ao setor de microfinanças?
- A padronização é prática relevante e deve envolver todos os stakeholders?
- O tema transparência deve ser abordado de acordo com os diferentes públicos-alvos da informação do segmento de microfinanças, como a própria organização, os órgãos reguladores e a sociedade, entre outros?
- Qual o papel dos órgãos reguladores e dos financiadores na promoção da transparência do setor?
- O processo de estímulo à transparência deve ser acompanhado de marco regulatório “indutor”?



- Há necessidade de mais clareza nas leis e regulamentos que disciplinam as microfinanças?
- Quais as dificuldades e potencialidades de desenvolver um sistema de informações para o setor, com o objetivo de reduzir a assimetria existente?
- Qual a importância da implementação de bureaus de crédito para aumento da transparência do setor?
- Como a educação financeira atua ou pode atuar no estímulo para maior grau de transparência em relação aos poupadores?
- Qual a importância de políticas públicas para melhorar e ampliar as informações fornecidas aos beneficiários?
- É verdadeira a afirmação de que somente 5% do potencial de clientes de microcrédito é atendido pelas IMFs brasileiras?

Eixo temático: Crédito

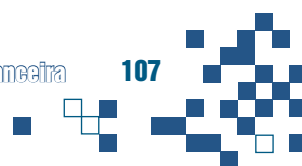
- Crédito: como desenvolver produtos que atendam aos clientes em todas as suas necessidades?
- Quem deve oferecer microcrédito? Deve ser preocupação das políticas públicas?
- Qual a importância da identificação da demanda? De que forma se faz a identificação?
- É verdadeira a informação de que somente 5% do potencial de clientes de microcrédito é atendido pelas IMFs brasileiras?
- A legislação do microempreendedor individual facilita o acesso ao crédito?
- Os agentes de crédito devem atuar como correspondentes? Como?
- Qual a influência do marco regulatório nos custos operacionais das instituições que trabalham com microfinanças (microcrédito) ?
- Quais as dificuldades e potencialidades de desenvolver um sistema de informações para o setor, com objetivo de reduzir a assimetria existente?
- A utilização do cartão de crédito contribui para expandir e melhorar a oferta de microcrédito?
- A promoção de educação financeira, com mais acesso à informação, contribui para redução da inadimplência?

Eixo temático: Tecnologia e canais de distribuição

- A promoção de educação financeira, com mais acesso à informação, contribui para redução da inadimplência?
- Como expandir as possibilidades de atuação dos correspondentes?
- Como melhorar a qualidade dos serviços prestados?
- Os agentes de crédito podem ou devem trabalhar como correspondentes?
- Deve haver recursos públicos e de doação para desenvolvimento de tecnologia de informação, com objetivo de massificação?
- Os telefones celulares representam um canal de distribuição opcional eficiente?
- Hoje, no Brasil, os telefones celulares são importantes instrumentos de inclusão financeira?
- Como reduzir custos de utilização dos terminais POS e ATMs?

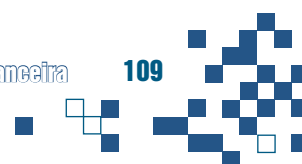
Eixo temático: Outros produtos

- Deve haver possibilidade de captação do público para instituições não reguladas?
- O cartão de crédito contribui para fomento ao microcrédito? Como minimizar as restrições quanto a custos?
- Educação financeira pode ser um “produto” para conferir sustentabilidade ao sistema?
- O acesso à informação melhora o crédito e sua adimplência?
- O que representa um bureau de crédito público de consulta gratuita? É um modelo viável?
- A comparação com outros mercados estimula a promoção de novos produtos? Como conduzir pesquisas e investigações com esse objetivo?
- A oferta de novos produtos contribui para sustentabilidade das operadoras de microcrédito? Como e por quê?
- Microcrédito x microfinanças: quem deve oferecer?
- Deve ser preocupação de políticas públicas?



Anexo 4

Debatedores			
Nome	Entidade	Nome	Entidade
Ademiro Vian	Febraban	Edson Luiz de Paula Pinto	ABSCM
Ailton Deli Martins Croda	Ancosol	Eduardo Henrique Diniz	FGV-SP
Alda Muller	Consultor	Eduardo Rocha	ABDE
Alessandro Chaves	Sebrae	Edzia Paula de Medeiros	BNB
Alessandro Flávio Barbosa Chaves	Sebrae	Eli Moreno	EMS Consultoria
Alexandre Darzé	<i>Planet Finance</i>	Elza Fagundes Gonçalves	ABCRED
Alexandre Flores de Almeida	OCB	Evanda Burtet Kwitke	Crear Brasil
Alexandre Guerra de Araújo	Sebrae	Fernando Simões	MDS
Almir da Costa Pereira	ABCRED	Flavio Marcos da Silva	Ancosol
Amadeu Trentini	ABCRED	Francisco Marcelo Garrito Barone	FGV-RJ
Ana Maria Canton	Febraban	Guilherme Castanho Franco Montoro	BNDES
Ana Paula Ramos	Abcred	Helda Kelly dos Santos Pereira	BNB
Ana Paula Soares de Carvalho	ABBC	Hermes Bonfim Filho	ABCRED
Ana Paula Uchoa	Ministério da Justiça	Isabel Baggio	Banco da Família
Anadete Apoliano Albuquerque Torres	BNB	Ivana do Carmo Guimarães Della Croce	ABDE
Anderson André Silva	Febraban	Jacy Diniz Nogueira Filho	ABSCM
Anna Paula Borges e Vasquez	ABDE	Jayr de Lima Pinto Júnior	Febraban
Antônio Carlos Rosa Pimenta	ABDE	Jesu Teodoro da Silva	OCB
Antonio Carlos Silva	MINC	João Albuquerque da Silva	Sebrae
Antonio Marcos Hoelz Ambrózio	BNDES	João Carlos Carita	ABSCM
Arnaldo Fagnani Lucca	ABBC	João Silvério Júnior	Sebrae
Bartholomeu Antonio Gonzaga Ribeiro	Febraban	José Antonio Bof Buffon	ABDE
Benedito Oliveira de Castro Filho	MDA	José Nélito Monteiro Corsini	ABCRED
Bettina Wittlinger de Lima	<i>ACCION</i>	José Ventura Sobrinho	ABCRED
Christiano Toupitzen Cavalheiro	<i>Planet Finance</i>	Juliana Estrella	Consultora
Claudia Cisneiros	ABCRED	Julio Themes Neto	ABDE
Claudia Forte	Mackenzie RJ	Kátia Madeira Blaha	ABBC
Cláudio Augusto Rotolo	ABBC	Leandro Gomes	Abracam
Claudio Risson	Ancosol	Leonardo Pamplona	BNDES
Cristiana Martins	OCB	Luciano Hiromitsu Hayata	Abracam
Cristiano Mross	ABCRED	Luiz Ademar Panzer	Ancosol
Dionisio Carvalho da Cunha Neto	OCB	Luiz Ajita	OCB
Dora Parente Costa	Sebrae	Luiz José Bueno de Aguiar	ABCRED



Debatedores			
Nome	Entidade	Nome	Entidade
Luiz Possamai	Ancosol	Rodrigo Cid M. M. Rondon	ABDE
Manuel Thedim	IETS	Rogério de Wallau	ABDE
Marcello George de Melo Pinto	ABSCM	Rubens de Andrade Neto	ABSCM
Marcelo Azevedo Texeira	BNB	Taniara Costa Jannibelli Castro	Sebrae
Marcelo Cardoso Mesquita de Souza	ABDE	Terence Liam Gallagher	IFC
Marcelo Espíndola	OCB	Thiago Sevilhano Martinez	Ipea
Marcelo Gonzaga Rocha	ABSCM	Valdi de Araujo Dantas	ABSCM
Márcia B. L. Timótheo	Sebrae	Wanilva M. F. A. Carvalho	ABCRED
Márcia Monteiro	Sebrae		
Márcio Gambin	OCB/Febraban		
Maria de Fátima Oliveira	ABDE		
Maria Fernandes Neres Senna	ABDE		
Marina Pereira	MDS		
Mateus Queiroz Medeiros Ramos	BNDES		
Michael Esrubilsky	ABBC		
Nicolau Jorge	ABSCM		
Nicolau Santos Neto	ABSCM		
Nilton Gratão	Febraban		
Paulo César Bezerra de Souza	MTE		
Paulo Henrique Valadares Pereira	Febraban		
Paulo Memoria Franco Amorim	MDS		
Paulo Roberto Monteiro	BNDES		
Pedro Claudio de Medeiros Bocayuva Bulcão	Seguros		
Raimundo Nonato Nogueira da Costa	ABSCM		
Ranúsio Santos Cunha	OCB		
Regina Lúcia Giordano Simões	Susep		
Renato Martins Oliva	ABBC		
Renato Pasqualim	Febraban		
Roberto Gomes do Nascimento	MINC		
Robson da Silva Sena	Ancosol		
Robson Vítor Gonçalves de Matos	Sebrae		
Rodolfo Francisco Ern	Seguros		
Rodrigo Hervar Noriguti	ABDE		